



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**Famílias e Habitação em Maputo: Um Estudo sobre as percepções sociais
dos jovens casados em relação a sua permanência na casa dos pais.**

Autora: Olga Arlindo Nwandzu

Supervisor: Dr. Eugénio Brás

Maputo, Outubro de 2012



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Famílias e Habitação em Maputo: Um Estudo sobre as percepções sociais dos jovens casados em relação a sua permanência na casa dos pais.

Autora: Olga Arlindo Nwandzu

Supervisor: Dr. Eugénio Brás

Monografia de Fim de Curso Apresentada à Universidade Eduardo Mondlane, em Cumprimento Parcial dos Requisitos Necessários à Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia.

Maputo, Outubro de 2012

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**Famílias e Habitação em Maputo: Um Estudo sobre as percepções sociais
dos jovens casados em relação a sua permanência na casa dos pais**

(Autora)

Olga Arlindo Nwandzu

MAPUTO
2012

O Júri

(O Presidente)

(O Supervisor)

(O oponente)

Declaração de Honra

Eu, Olga Arlindo Nwandzu, estudante da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, declaro por minha honra que o presente trabalho de Licenciatura em Sociologia, nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau. E que ele constitui resultado do desempenho por mim realizado, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes por mim utilizadas.

Maputo, Outubro de 2012

(Olga Arlindo Nwandzu

Dedicatória

Este trabalho é especialmente dedicado à minha família, aos meus pais e irmãos, que no meio de dificuldades souberam amparar-me para o sucesso da academia.

Agradecimentos

Aproveito este espaço para encaminhar os meus profundos agradecimentos, a todos que implícita ou explicitamente contribuíram para a realização do presente trabalho e muito fizeram para que o mesmo tivesse a consistência que agora apresenta. Assim, gostava de agradecer em primeiro lugar, a Deus, que apesar de “gazetar” tanto aos meus compromissos com ele em compensação recebo alegrias. Em segundo lugar, queria exprimir a minha gratidão ao meu Supervisor, Doutor Eugénio Brás, pelo contínuo acompanhamento, pelas críticas cuidadosas, exigência, sugestões e paciência que demonstrou ao longo da realização do trabalho. E por me ter ajudado a construir e a dar corpo a uma visão sociológica do trabalho. A ele vai um especial agradecimento.

Aos meus pais, Arlindo Luís Nwandzu e Helena Mata Nwandzu, pelo apoio, carinho, dedicação e compreensão. Aos meus irmãos, Sandra, Arlete, Alice e Arlindo, a todos pela força e encorajamento ao longo de todo o curso. Aos meus primos, Paula Novela (pela ajuda durante as entrevistas), Pedro Nwandzu e Inácio Nwandzu pela ajuda material nos primeiros anos da minha formação. A todos os meus amigos, especialmente à Marcelina, Sheila Machava, Ercílio, Dércio Eugénio (sabias que tu és a pessoa mais atenciosa e prestativa que conheço na vida?). E um merecido obrigada, a Fernando Tivane (o que é feito de ti meu caro?), pelas suas ideias e críticas ao discutirmos os temas dos meus trabalhos nas ruas da zona, e por me ter facilitado os seus instrumentos de trabalho nos momentos em que precisei. Obrigada a todos vocês por fazerem parte da minha vida e eu na de vocês.

Um imenso agradecimento vai aos chefes dos quarteirões (sobretudo, 10, 37, 49 e 50) do bairro Polana Caniço “A”, pela simpatia e por tudo que fizeram para que o trabalho corresse em plena ordem. A todos os docentes da FLCS, particularmente ao Departamento de Sociologia. E a todos meus colegas de curso de sociologia da turma de 2008, especialmente a Almeira, Manjate e ao meu grupo de estudo, o grupo 1 (Olívia, Sheila, Lucília Maguweny, e Clemente) a todos, pelos 4 anos de partilha de conhecimento, amizade, encorajamento e esclarecimento de dúvidas. Aos jovens casados que responderam carinhosamente as perguntas colocadas e a todos os jovens casados que permanecem na casa dos seus pais na cidade de Maputo. Olha, este trabalho não é contra vocês, pelo contrário, é a vosso favor. Espero sinceramente que um dia o compreendam.

A todos, um eterno, “Khanimambo”.

Resumo

A presente monografia debruça-se sobre as percepções sociais dos jovens casados em relação a sua permanência na casa dos pais. O estudo foi realizado no bairro Polana Caniço “A” em residências que têm jovens casados, permanecendo na casa dos seus pais. Quanto à metodologia usada, contamos com os métodos, *Etnometodológico e histórias de vida*. Contudo, para além destes dois métodos, o trabalho é eminentemente qualitativo. O trabalho contou com a técnica de entrevistas, concretamente as entrevistas semi-estruturadas e contou também com a *observação sistemática*. Trabalhamos com uma amostra de 16 jovens os quais, representam o total de 8 casais. Usamos a *amostragem intencional* e a esta juntou-se a *amostragem por acessibilidade ou por conveniência*. Assim, para compreender e explicar melhor o problema em análise, optou-se pela teoria *fenomenológica* de Alfred Schutz. Deste modo, com base nos instrumentos acima, os resultados permitiram-nos compreender que a permanência dos jovens casados na casa dos pais é uma questão de cultura e de valores locais, aprendidos no processo de socialização no contexto em que os mesmos jovens estão inseridos. Assim, apesar do meio urbano ter suas características próprias e contendo agentes socializadores da modernidade, ele pouco influencia na preferência dos jovens em relação ao local de morada depois do casamento pois, no contexto em análise, verifica-se um domínio do tradicional sobre o moderno.

Palavras-chave: *Permanência, percepções sociais dos jovens, jovens, casamento, aquisição da habitação, meio urbano e “Solidariedade mecânica”.*

Summary

The study aims at understanding the construction process of social perception of young couples according to their permanency in their parent's house. The study was carried out at Polana Caniço neighborhood «A» in houses with young couples, living in their parent's house. As to the methodology we used the ethnomethodology and "life history". However, besides these two methods, the work is essentially qualitative. This work relied on interviews, more particularly the semi-structured and also the systematic observation. We worked with a sample of 16 young men representing 8 couples. We used the intentional sampling together with the sample by accessibility or due to convenience. So to better understand and explain this issue we chose the phenomenological theory of Alfred Schutz. Henceforth, based on the above instruments, the results allowed us to understand that the permanency of the young married couples at the parents' house is rather a matter of local culture and values, learned during the socialization process. Thus besides the fact that urban areas have their own characteristics and modern socialization agents, it does influence very little on choosing where to live after marriage, because in the present context analyzed, we see the prevalence of the traditional over the modern.

Key-words: *Permanency, social perception of young people, young people, marriage, habitation acquisition, urban environment and "mechanic solidarity".*

Índice

INTRODUÇÃO:	1
Capítulo I: Épocas Históricas Sobre o Mercado de Habitação em Moçambique	10
Capítulo II: Revisão Bibliográfica sobre a Habitação como Fenómeno Social Complexo	15
2.1. Abordagem sobre a determinante economicista no acesso à habitação.....	15
2.2. Abordagem sobre as instituições, família e casamento	18
2.3. Abordagem dos teóricos urbanistas sobre a vida urbana	21
Capítulo III: Referencial Teórico e Metodológico.....	28
3.1. Teoria de Base.....	28
3.2. Definição e operacionalização dos conceitos	32
3.3. Opção Metodológica	35
Capítulo IV: Perfil Sociodemográfico e Económico dos Jovens Casados que Permanecem na Casa dos Pais.....	39
4.1. Caracterização das Condições Habitacionais dos Jovens Casados.....	52
Capítulo V: Significados Sociais dos Jovens em Relação à Aquisição da Casa própria, sua Saída e Permanência na Casa dos Pais.	56
5.1. Significados dos jovens casados em relação à aquisição da casa própria.....	60
5.2. Significado dos jovens casados em relação a sua saída da casa dos pais	66
5.3. Significado dos jovens casados em relação a sua permanência na casa dos pais	68
Capítulo VI: Construção das Percepções Sociais dos Jovens Casados em Relação à Sua Permanência na Casa dos Pais	70
Considerações Finais:	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS	91

Lista de Tabelas

Tabela número 1: (Sobre a identidade dos entrevistados).	40
Tabela número 2: (sobre a descrição dos nossos entrevistados).....	41
Tabela número 3: (sobre Características do casamento que envolve os nossos entrevistados)....	43
Tabela número 4: (Sobre o sonho de infância dos jovens).	46
Tabela número 5: (Sobre o sonho de infância das jovens).	47
Tabela número 6: (Sobre a situação familiar na casa).	49
Tabela número 7: (Sobre o lugar onde dorme a família do casal na casa dos pais).	52
Tabela número 8: (Sobre o tipo de casa onde moram os entrevistados).....	54
Tabela número 9:(O casal tem os seguintes bens).	55
Tabela número 10: (Distribuição dos jovens em função da posse ou não do terreno e/ou casa própria).....	58

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho de carácter académico debruça-se sobre a relação entre *família e habitação*. Nesta relação procuramos perceber a influência do contexto social para a permanência dos jovens na casa dos seus pais mesmo depois do casamento. O trabalho destina-se à conclusão do curso constituindo-se como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, na Universidade Eduardo Mondlane.

No tocante a *delimitação do tema*, primeiro propomo-nos a estudar a permanência dos jovens casados na casa dos pais, visto que esta tem sido relacionada com a questão da *habitação*, ou seja, como resultado do problema da habitação que se verifica com maior intensidade nas zonas urbanas. Por essa razão, tem-se levantado debates (sobre o problema de habitação para jovens no país), tanto em programas de televisão, encontros do governo, assim como tem sido assunto predominante em campanhas políticas e eleitorais, cujo objectivo é de se traçar soluções para o fenómeno. Segundo, por assistir-se no quotidiano jovens que se casam e não saem da casa dos pais e em alguns casos, os que saem costumam voltar à família de origem. Assim, iremos nos centrar na cidade de Maputo, no Bairro Polana Caniço, de modo a relacionarmos o nível de acesso à habitação por parte dos jovens casados e a frequência da saída desse segmento de sociedade da casa dos pais.

Pela extensão do nosso tema, que inclui para além da habitação a instituição família, torna-se relevante mencionar o conceito de *família* que será também um dos instrumentos centrais de análise, porque como afirmam Saraceno e Naldini (2003), a “família” não é algo natural mas sim uma construção social. Deste modo, não existe uma definição única de família pois, o termo abarca uma variedade de experiências e de relações apresentando uma forte variabilidade quer a nível histórico quer a nível cultural. O conceito família abarca uma multiplicidade de discursos que a definem, os quais podem ser: religiosos, morais, legais, tradicionais, de políticas sociais, até a específica tradição familiar de cada grupo e indivíduo. As autoras mostram ainda que no mesmo contexto social ou nacional pode coexistir uma definição legal, uma administrativa, uma fiscal para além de religiosa, de grupo étnico e/ou cultural, podendo diferir também de um país para o outro. Portanto, na análise da família é necessário sempre tomarmos em consideração o contexto social do grupo em causa. É desta forma que para o nosso trabalho, iremos considerar famílias compostas por jovens casados dentro do período em análise, em que os mesmos estejam

a viver na casa da família dos progenitores de um dos cônjuges, com estes progenitores e/ou outros membros da família destes.

Contudo, dentro desta família, procuramos analisar o jovem casal que permanece na casa dos pais ou sogros. Neste sentido, importa-nos analisar o tipo de casamento a que referimo-nos pois, como afirma Costa (s/d), no conjunto das famílias existe uma pluralidade de uniões matrimoniais, existindo uniões formalizadas simultaneamente no registo civil, na igreja e através do *lobolo*. Nesta variedade, há casais que só cumpriram parcialmente as diferentes cerimónias, podendo-se encontrar por exemplo, quem se diz casado enquanto apenas cumpriu com o *lobolo*; outros somente se casaram na religião Islâmica; existem ainda famílias poligâmicas em que cada mulher é casada de forma diferente com o marido e também pode-se encontrar as que vivem maritalmente (*união de facto*), ou seja, a sua união não envolve qualquer formalização possível.

Entretanto, dessa variedade de uniões matrimoniais, interessa-nos a aliança de jovens vivendo juntos com ou sem a formalização do seu matrimónio, desde que estejam nessa condição num período de 3 a 10 anos e que os mesmos, tenham idade máxima de 35 anos de idade. Pois do ponto de vista legal, o parlamento aprovou em 2003 a nova Lei da Família, promulgada pelo presidente Joaquim Chissano em 2004, na qual, dentre outros aspectos inovadores destaca-se o reconhecimento do casamento religioso e tradicional, reconhecendo também as *uniões de facto*, desde que tenham mais de um ano de duração (Costa, s/d; Monteiro, 2010).

Identificamos este fenómeno na área urbana, porque segundo WLSA (1998), é nesta área onde regista-se uma grande pressão sobre as terras em função do maior fluxo populacional e aumento demográfico. Conforme o INE (2010a), nas cidades residem cerca de 30,4% da população total de Moçambique (que é equivalente a 20,632,434 habitantes). Foi seleccionada a cidade de Maputo, por sua distribuição espacial apresentar uma maior densidade populacional dentre as províncias do país, sendo de 3,705 habitantes por Km² (Instituto Nacional de Estatística, INE, 2010b). E os jovens aqui enfrentam este fenómeno com maior intensidade em sua luta para adquirir uma casa própria. Este facto pode ser percebido pelo enfoque que se tem dado nas campanhas eleitorais por meio de propostas para solucionar o problema que eles enfrentam.

Quanto a área de estudo, escolhemos o bairro Polana Caniço, concretamente o Polana Caniço “A”, que se localiza no distrito municipal Kamaxaquene. O tema em análise pela sua frequência

na cidade de Maputo poderia se fazer a pesquisa em qualquer bairro periférico deste distrito municipal e fora dele. Contudo, escolhemos o bairro Polana Caniço “A” por conveniência, por a autora ter nascido neste bairro (embora tenha saído há mais de 15 anos), acompanhando sempre de perto situações em que os jovens se casam e permanecem na casa dos pais, mesmo tendo um emprego no qual auferem um salário na faixa dos 7 salários mínimos. Na divisão do bairro Polana Caniço entre “A” e “B”, escolhemos o lado “A” pelas suas fronteiras variáveis e múltiplas, onde dentre os limites com vários bairros periféricos, faz também limite com o centro da cidade. Ainda encontra-se dentro do bairro, a instituição universitária, UEM e as casas da suposta “Sommersshield 2” entretanto, estes são elementos que de forma directa ou não, podem exercer influência e reforçar a identidade dos residentes do bairro.

Quanto ao período de estudo, o mesmo se encontra delimitado pela natureza da própria população, como sugerido acima, que pretende-se trabalhar somente com casais que estejam nessa condição num período entre 3 a 10 anos. Daí que o intervalo temporal resulta da característica do objecto desta pesquisa, incluindo todos os membros nessa condição até o ano de 2011, período da realização do presente estudo. Em outras palavras, a amostra contempla jovens casados entre 2001 a 2008.

Em relação ao *problema de pesquisa*, analisando os trabalhos de autores que abordam o assunto, encontramos a contribuição de Giddens (2008), o qual no contexto da *exclusão social* faz alusão à questão do alojamento. Diz o autor, que a natureza da exclusão social pode ser claramente observada no sector da habitação, pois ao entrar no mercado da habitação, os indivíduos só podem encontra-la com base nos recursos próprios existentes e projectados. Argumenta ainda que, em comunidades carentes pode ser difícil às pessoas superar a exclusão e dar passos no sentido de participar mais plenamente na sociedade.

Focando especificamente nos jovens, o mesmo autor mostra que hoje em dia, este segmento da sociedade, enfrenta problemas no acesso à habitação pois, antigamente a transição para a fase adulta ocorria usualmente no início da carreira profissional, mas o que acontece na actualidade é que, os padrões da oferta do emprego reduziram por transformações que foram ocorrendo na sociedade. No mesmo sentido em que o nível dos salários baixou, tal faz com que o jovem não consiga adquirir casa própria. Enquanto, uma das formas de mostrar a liberdade ou

independência para além do emprego é ter casa própria, esta constitui também a condição essencial para a formação de uma nova família.

Ainda no entender de Giddens (2008), diferentemente do que acontecia antes, actualmente os jovens saem da casa dos pais mais cedo, à procura de liberdade, alguns saem para outra cidade ou país em missão de serviço ou mesmo para estudar. Mas por não conseguirem o próprio sustento, acabam vivendo com amigos, na casa de familiares, em pensões e, quando não mais aguentam a pressão de estar a viver de favores terminam voltando para casa dos pais, e outros ficando mesmo na rua.

A partir de estudos realizados em Moçambique, particularmente em Maputo, encontramos a contribuição de Brás (2010), na sua abordagem sobre a questão das desigualdades de género no acesso aos recursos *do e no espaço*, no seu trabalho intitulado “Maputo: a cidade dos homens” em que aborda a questão da habitação como um aspecto ilustrativo da *dominação* masculina na cidade de Maputo desde a era colonial (então Lourenço Marques). O autor mostra como a subordinação da mulher é histórica e cultural em Maputo. Olha para a sobrevivência na cidade como algo garantido pelo emprego, o qual constitui o primeiro passo para a fixação urbana e não a habitação, contudo, garantida a sobrevivência passa-se ao segundo momento, o da função da habitação.

Se o primeiro momento para a fixação na cidade é condicionado pelo emprego logo, vê-se uma desvantagem para as mulheres que se encontram em minoria no mercado de emprego formal. Esta diferenciação nas características ocupacionais entre homens e mulheres nesta cidade está relacionada aos papéis construídos culturalmente para ambos os sexos. Este facto, vai se reflectir na remuneração que eles auferem, que por sua vez, define acessos desiguais aos serviços oferecidos pela cidade, principalmente o bem mais precioso que alguém procura adquirir na cidade, *a habitação*.

Na mesma perspectiva de Brás (2010), encontramos a contribuição de WLSA (1998), que também defende que o acesso à terra deve ser visto como uma questão de género, onde a mulher produz fundamentalmente para a família, e o homem produz para o mercado. Acrescentando ainda que, determinantes externos como: o subemprego, deficiência dos rendimentos salariais, fraca capacidade de intervenção do Estado, falta de protecção social, desenvolvimento de uma

“economia subterrânea” e de um sector informal de auto-construção, são alguns dos factores que explicam a tendência à nuclearização e autonomia da família elementar (WLSA, 1998).

Portanto, é possível perceber nos autores acima apresentados uma certa concordância em suas abordagens, na medida em que ambos analisam o problema da habitação como algo que expressa a exclusão social por parte dos grupos desprovidos de recursos (os quais advém da renda/salário que os indivíduos auferem do seu emprego ou trabalho assalariado, que possibilita-lhes a aquisição também da habitação). A diferença que se encontra é que enquanto em Giddens, são todos jovens de forma generalizada, que se sentem excluídos da sociedade, em Brás e em WLSA o problema provoca exclusão social do género feminino. Contudo, no geral os autores dão ênfase à renda e/ou à organização socioeconómica como estando directamente relacionada com a aquisição da habitação para a formação de uma nova família.

Contudo, conforme autores acima, pudemos ainda perceber que os jovens constituem o grupo que mais excluído se sente no acesso à habitação, principalmente os que dependem somente do seu salário ou rendimento, o qual tarda por factores de desemprego e pobreza que se registam no país. Entretanto, o que se pretende aqui destacar e não foi tomado em consideração na literatura apresentada, é que não se pode olhar para os jovens como um grupo homogéneo com características iguais e, que vivam todos os mesmos problemas. Pois, pode-se encontrar diferenças sociais dentro do próprio grupo de jovens casados no seu conjunto, bem como diferenças entre os próprios homens assim como entre as mulheres: primeiro, se olharmos para estes jovens em função da posição social das suas famílias de origem, as quais irão determinar o grupo social de pertença individual, acompanhando-os ao longo da sua trajectória de vida; e segundo, se considerarmos que nem todos os jovens ficam confinados à condição social da sua família de origem pois, existem sempre alguns que conseguem enveredar por uma trajectória de mobilidade social ascendente, estes também irão se diferenciar de tantos outros jovens. Portanto, é tudo isto que na nossa opinião, pode explicar a frequência com que este segmento da sociedade sai da casa dos pais, bem como o acesso à habitação diferenciado. Contudo, este ainda não é o nosso foco pois, procuramos explicar a nossa perspectiva de análise a partir do que vem abaixo.

Deste modo, analisando o problema à luz das abordagens apresentadas, as quais enfatizam a renda ou a organização socioeconómica como estando directamente relacionada ao acesso à habitação, ao considerar também todas as especificidades de jovens casados, leva-nos a

questionar se de facto é a impossibilidade económica a ditar a permanência dos jovens casados na casa dos seus pais. Embora estejamos de acordo com a interpretação sobre o papel da renda, no nosso ponto de vista existe um outro nível de realidade a ser investigado, que tem a ver com o contexto social de inserção dos jovens casados, o qual pode condicionar a atitude dos mesmos. Por isso, procuramos buscar através do recurso às entrevistas e a consequente análise, os “significados” e valores que estes jovens atribuem às instituições *família e habitação*. Assim sendo, o problema pode ser colocado nos seguintes termos: *Que percepções sociais os jovens casados têm sobre a sua permanência na casa dos pais?*

Deste modo, com a questão colocada, pudemos identificar como *objectivo geral* o seguinte: Compreender o processo de construção das percepções sociais dos jovens casados em relação à sua permanência na casa dos pais. E quanto aos *objectivos específicos*: a) descrever o perfil socioeconómico dos jovens casados que permanecem com os pais; b) identificar os significados que os jovens atribuem à permanência com os pais; c) identificar os significados que os jovens casados atribuem à aquisição da própria casa; e, d) relacionar a permanência dos jovens casados com as condições habitacionais dos mesmos na casa dos pais.

Assim a partir da pesquisa exploratória, podemos inferir que, na maioria dos casos, não é a renda ou a condição socioeconómica que determina exclusivamente um tipo de comportamento social nos jovens casados. Neste sentido, com os objectivos propostos procuramos testar a seguinte *hipótese*: a permanência dos jovens casados na casa dos seus pais é por eles percebida como produto da “solidariedade mecânica”, portanto, relacionada com o forte sentido de intimidade, afectividade, valor do grupo doméstico, uma forte coesão das células sociais de base que são a família, os amigos próximos ou o bairro.

No entanto, é importante referir que o conceito “solidariedade mecânica” que usamos na construção da nossa hipótese, apresenta-se como uma inspiração em Durkheim ainda que não seja o próprio conceito deste e com todas as características que o mesmo nos apresenta. A nossa inspiração em Durkheim está ligada a tentativa de mostrar que a permanência dos jovens na casa dos pais é uma questão de comportamentos e valores locais, consolidados a partir da tradição. Como mostra Campenhoudt (2003) no estudo que faz sobre cultura popular, onde encontra um sistema de valores e comportamentos característicos das classes populares do mundo inteiro. Os quais, fazem com que o estilo de vida popular seja caracterizado pelo forte sentido de intimidade,

afectividade, uma forte coesão das células sociais de base que são a família, os amigos próximos, o bairro ou a aldeia.

Entretanto, como forma de olhar a realidade, falando especificamente do *enquadramento teórico e conceptual*, iremos nos apoiar da teoria Fenomenológica de Alfred Schutz (1979), com a qual, o autor pretende analisar as sociedades modernas no sentido de procurar entender o dia-a-dia dos indivíduos com relação à sua consciência e ao seu objecto. Neste sentido, o autor mostra a necessidade do cientista social suspender os juízos de valor como forma de analisar aquilo que os indivíduos valorizam e interpretam, os objectos do seu meio. Assim, Schutz (1979) trata da vida quotidiana e chama-nos atenção de modo a captarmos as experiências da vida através da razão. Por isso, temos que dominar o mundo e modificá-lo de forma a realizarmos os propósitos que buscamos dentro dele e entre os nossos semelhantes. Deste modo, entende-se que o autor está preocupado com a autonomia e liberdade dos indivíduos, facto que pode ser alcançado dentro da esfera da *redução fenomenológica* (um dos conceitos básicos da teoria em análise).

É deste modo que explicamos o nosso problema de análise em dois momentos: no primeiro, olhando a permanência dos casais na casa dos pais como algo inerente ao contexto social (família de origem, bairro) de inserção dos mesmos jovens, onde o seu comportamento (permanência na casa dos pais) está ligado a própria história desses casais. Pois, o mundo a que pertencem os mesmos jovens tem normas, valores e regras que são transmitidos aos mesmos desde a socialização primária e estes, apropriam-se destes valores sem reproduzir e sem recriá-los. Para dizer que os casais usam do estoque de conhecimento dos saberes práticos e/ou da realidade como um dado adquirido.

Segundo, procuramos compreender a permanência dos jovens casados na casa dos pais a partir do agir dos próprios indivíduos buscando deste modo, as interpretações e os significados que os próprios actores atribuem ao seu comportamento. Pois, existem alguns casais que chegam a questionar as normas da instituição família na qual cresceram, mas esses também subordinam o seu comportamento as normas estabelecidas. Portanto nem no primeiro nem no segundo momento os jovens são totalmente livres e autónomos.

Assim sendo, quanto à *metodologia* para a recolha dos dados no terreno, propomo-nos a trabalhar com dois métodos: o *etnometodológico* e o de *história de vida*, com estes, pretendemos

analisar em profundidade um número não elevado de casais, buscando com a etnometodologia, a importância que se atribui aos actores sociais, como seres capazes de se compreender a si mesmos e interpretar a realidade social (Gil, 1999). Por sua vez, pretendemos evidenciar valores e padrões culturais, os quais nos serão fornecidos pela história de vida (Marconi e Lakatos, 2009). Assim, iremos trabalhar com uma amostragem de 16 jovens previamente definidos, com apoio às entrevistas *semi-estruturadas*, onde os guiões serão respondidos por ambos os cônjuges num total de 8 casais.

De salientar que o nosso estudo, para além dos dois métodos apresentados, ele é eminentemente *qualitativo*. Como afirma Crespi (1997), nas pesquisas de histórias de vida, embora o elemento quantitativo detenha uma função própria, prevalece a análise de tipo qualitativo, pelo facto de estar orientada para a compreensão por parte do observador, de vivências subjectivas. Por seu turno, a etnometodologia também dá mais importância a compreensão do que a explicação, dá ênfase a abordagem qualitativa do social (Gil, 1999). O que conseguiremos com a busca dos significados que cada um dos cônjuges atribui a sua permanência na casa dos pais.

Entretanto, é importante uma melhor compreensão deste fenómeno, como é importante também perceber o que está por detrás da fixação e permanência do casal na casa dos seus pais e por vezes o regresso dos mesmos após tentativa de uma vida independente. Mostrando-se sociologicamente pertinente fazer uma reflexão crítica sobre a explicação dada pelos autores (Giddens, 2008; Brás, 2010; e WLSA, 1998) de que a renda ou a organização socioeconómica, está directamente relacionada com a permanência desses casais junto aos pais devido à dificuldade no acesso à habitação. Pois, o fenómeno habitação, constitui um problema que preocupa e inquieta grupos e comunidades, e a sociologia de forma geral é uma ciência vocacionada ao estudo das questões de interacção social, procurando compreender a realidade na qual se organizam e ocorrem as relações sociais.

Neste caso concreto, a relevância sociológica do estudo é de que a habitação/casa é um lugar onde ocorrem relações quotidianas entre os membros da família, entre estes e o espaço e os dois com a sociedade no geral (Leandro, 2001). Portanto, com a compreensão do tema em análise, esperamos trazer uma contribuição para academia, trazendo um novo conhecimento, uma nova forma de pensar sobre a nossa realidade e sobre o tema em estudo pois, acreditamos que iremos trazer novos dados e com eles fortalecer e mudar consciências.

Estruturalmente, o trabalho está organizado em capítulos, dos quais para além da presente Introdução, temos como Capítulo I, “As Épocas Históricas sobre o Mercado de Habitação em Moçambique”, onde iremos trazer uma breve contextualização sobre o assunto em análise; no Capítulo II, encontra-se a “Revisão Bibliográfica sobre a Habitação como Fenómeno Social Complexo”, em que mostramos diferentes abordagens na análise da vida urbana; o Capítulo III está reservado às “Opções Teóricas e Metodológicas”, onde mostramos a nossa teoria de base, a operacionalização dos conceitos e a metodologia usada no presente trabalho.

A seguir temos o Capítulo IV, intitulado “Perfil Sociodemográfico e Económico dos Jovens Casados que Permanecem na Casa dos Pais”; no Capítulo V, temos “Os Significados Sociais dos Jovens Casados em Relação a sua Permanência na Casa dos Pais”, dentro do qual encontramos, os significados atribuídas a aquisição da casa, e à saída dos jovens da casa dos pais; o Capítulo VI, foi reservado a “Construção das Percepções Sociais dos Jovens em Relação a sua Permanência na Casa dos Pais”, é neste capítulo onde interpretamos os dados tendo em conta os teóricos em análise e sobretudo, a teoria de base; e finalmente temos as devidas conclusões do trabalho.

Capítulo I: Épocas Históricas Sobre o Mercado de Habitação em Moçambique

A habitação ocupa nos níveis actuais do desenvolvimento da humanidade, um lugar de destaque. Tem sido assunto predominante em campanhas políticas e eleitorais e a razão para essa preocupação é simples: as despesas com a habitação representam uma parte importante do rendimento familiar e a ela estão ligados indicadores sensíveis do desenvolvimento social (Vença, 1995). Contudo, falar da habitação nas cidades como é o caso do tema proposto no presente trabalho, implica no nosso entender, falar do processo da urbanização. E a urbanização moderna segundo Tarver¹ (1994), teve seus primórdios no século XVIII, como consequência da Revolução Industrial que iniciou na Europa e mais tarde disseminou-se por diversas partes do mundo. Nos países africanos como Moçambique, este processo é relativamente recente, embora seja elevado o nível da população urbanizada (*apud* Mutolo, 2005).

No caso de Moçambique, encontramos as fases do processo da urbanização das cidades apresentadas por Baia (2009), o qual mostra que o território que hoje se chama Moçambique era ocupado anteriormente por comunidades que se dedicavam a caça e a recollecção. Quando ocorre a migração de comunidades da região central de África (expansão Bantu) a cerca de 3000 anos, constituíram-se as primeiras sociedades sedentárias no País, como resultado do domínio da agricultura e do processo de fabrico de ferro. As suas casas eram construídas de madeira e as paredes cobertas de argila, surgiram assim as primeiras comunidades moçambicanas. Nestas comunidades, a terra era património, e não propriedade das linhagens e podia ser usada, mas, não alienada de livre vontade, cabendo ao chefe da linhagem assegurar a distribuição periódica de lotes de terra para o cultivo pelas famílias que compõem a linhagem.

O mesmo autor mostra que no *período pré-colonial*, o conjunto de palhotas que constituía a habitação em África e particularmente Moçambique, por ser diferente das habitações europeias, aliado á dificuldade na compreensão do fenómeno urbano africano por parte de alguns antropólogos, resultou na exaltação das suas formas, do valor estético e emocional do produto arquitectónico subestimando o processo da sua formação e as suas afinidades culturais. O resultado foi a classificação da arquitectura africana em tradicional, primitiva, espontânea, sem

¹ TARVER, James. *Urbanization in Africa Since Independence*. 1994.

arquitectos e fora de qualquer referência histórica. Entretanto, neste período, a habitação em África, tanto individual como de todo o espaço construído era precária e existia também a homogeneidade dos edifícios.

Já no *período colonial*, a urbanização em Moçambique inicia com a instalação de portos que mais tarde se transformaram em vilas e cidades. A actual cidade de Maputo desenvolveu-se em função do porto. O espaço era caracterizado pela oposição entre a área de construções permanentes, chamada “cidade de cimento” (ocupada pelos portugueses e europeus) e a de construções precária, chamada “cidade negra” ou de “caniço” (ocupada pelos negros).

No *período pós-independência*, que é a que iremos dar maior destaque, a intervenção determinante tomada pelo novo Governo constituído pela Frelimo, foi a Nacionalização de toda a propriedade imobiliária do Estado, tendo sido construída uma instituição para a sua administração (APIE). A instituição tinha como missão distribuir habitação em função das necessidades das famílias e dos níveis salariais, fixar os preços de aluguer, controlar o número de habitações consideradas devolvidas ou abandonadas e visava também pôr em acção um esquema de autoconstrução que permitiria resolver o problema de habitação nas cidades.

Assim, proclamada a independência, a população negra que vivia nos subúrbios de construção precária migrou para o centro das cidades ocupando as habitações abandonadas pelos portugueses, chineses e indianos. O que não durou muito pela incapacidade financeira dos novos residentes para a manutenção dos imóveis o que por sua vez, provocou uma rápida degradação dos mesmos. Consequentemente, o governo obrigou os novos residentes a abandonarem as habitações e por meio da APIE, iniciou um processo de selecção de novos locatários. Assim, construíram-se grupos privilegiados o que até hoje se mantém e da discriminação das fracções de baixa renda, tendo sido definidas determinadas áreas para a residência de determinados grupos em função das condições e renda dos indivíduos (Baia, 2009).

Entretanto, é importante referir que o processo de urbanização da cidade de Maputo é evidente a partir do período colonial, mas no período pós-independência, a cidade continuou a crescer devido a incorporação de novos bairros suburbanos, como o da Polana Caniço "A", as zonas

verdes, etc. Vaene² (1998) mostra outras causas do crescimento da área suburbana no período pós-independência, que são as seguintes: os factores de guerra civil que fizeram com que muita gente emigrasse das províncias e distritos, principalmente de Marracuene e outros distritos de Maputo; a procura de segurança nas cidades, essencialmente na urbe de Maputo; a subida de renda das casas da APIE, fez com que os inquilinos da zona de cimento procurassem terrenos para construir habitação nas zonas suburbanas e a crise económica que afectou significativamente as zonas rurais (*apud* Mutolo, 2005). Tudo isto de acordo com o último autor, fazia com que grande parte destes imigrantes da urbe permanecesse nas zonas suburbanas devido à sua condição económica que não permitia que comprassem uma casa no centro urbano.

De acordo com último autor, nesta altura, apesar do registo do crescimento contínuo da cidade e da população nos subúrbios, o processo de aquisição de terreno para a construção de habitação era facilitado e estava ao alcance de todos. Porque formalmente não era preciso pagar nenhum valor, bastava ir ter com os grupos dinamizadores que cediam uma parcela livre, o que posteriormente mudou devido a grande procura de espaços para habitação aliado ao facto das pessoas preferirem zonas próximas dos centros urbanos, o que iria provocar mais tarde no surgimento de construções clandestinas de cimento. Nos finais da década 80 devido a falta de espaços para construir no Bairro Polana Caniço "A" por exemplo, muitas famílias instalaram-se nas barreiras no limite oriental do bairro, provocando a destruição do "coberto" que a protegia. Os problemas de habitação em Moçambique no geral e em particular na cidade de Maputo foram crescendo e outros se mantendo até a situação actual.

De acordo com Veniça (1995) a situação da APIE, pode ser descrita como indefinida devido a várias críticas que a instituição passou a receber quer dos inquilinos quer da sociedade no geral. A falta de autonomia tem influenciado o seu funcionamento o que provoca a ineficiência dos seus serviços. A inexistência de definição de uma política clara de rendas que tome em conta pelo menos os custos de administração e manutenção dos imóveis. Assim, alguns sectores da sociedade apontam para a extinção desta instituição, contudo, as perspectivas da instituição se desenham tanto por processos endógenos quer por exógenos ao próprio parque imobiliário. A

² VAENE, Roberto. Habitação: cada um constrói onde e como quer in. Tempo número 4, 1998.

estes processos refere-se a alienação dos imóveis residenciais nacionalizados a inquilinos nacionais e a troca de chaves por materiais de construção.

Assim, as críticas à APIE levaram a que o governo aprovasse em 1991, a venda das casas nacionalizadas aos respectivos inquilinos através do decreto 2/91 e no mesmo ano foi criada e passou a funcionar a comissão central de avaliação e alienação dos imóveis do Estado, através do decreto nº 31/91 de 26 de Novembro de 1991. A venda tinha como base, aliviar e diminuir a responsabilidade da APIE. As projecções indicavam que cerca de 15 a 20% dos inquilinos se interessariam em comprar as suas casas. O preço base usado na fórmula era de 20.000,00 por metro quadrado, pagamento a pronto ou em prestações até 25 anos, com um pagamento inicial obrigatório de 10% e a juros entre 9 a 15% para o resto do valor.

Contudo, mesmo com a venda destas casas, a procura de habitação irá manter as mesmas características, dado que o próprio processo admite apenas que uma família compre uma e única casa. Por sua vez, os imóveis do Estado estão a ser vendidos a preços muito abaixo do preço do mercado, levando ao desincentivo à construção. Ademais, os inquilinos dispostos a comprar os imóveis são na sua maioria os que possuem actualmente maior poder de compra e melhor situação financeira, o que poderá colocar em causa qualquer revisão de rendas, uma vez que os que continuam inquilinos da APIE estão no seu limite das suas capacidades de pagamento (Veniza, 1995).

Entretanto, as estratégias para minorar o problema de habitação no país e em particular na cidade de Maputo continuaram e com elas, foi possível a introdução do Fundo para o Fomento de Habitação (FFH), instituição criada pelo Governo em 1995, com as funções de financiar a área de habitação que funcionaria como promotor e empreiteiro da habitação no país. O fundo é financiado pelos fundos da Alienação dos Imóveis do Estado. Contudo, tais recursos estão cada vez mais escassos, visto que existem cada vez menos imóveis do Estado, aliado ao facto de o FFH, não conseguir cumprir com o seu mandato por estar baseado numa fonte de financiamento insuficiente. Por outro lado, o FFH não consegue construir 100 casas por ano, limitando mais a sua actividade à demarcação de talhões, quando o ideal para fomentar habitação em

Moçambique, seria necessário, no mínimo, construir três mil casas/ano por todo o país (Gov. Moç, 2010)³.

De salientar que a administração do parque imobiliária do Estado (APIE) deixa de fazer cobrança e arrecadação das receitas provenientes do arrendamento dos imóveis do Estado, passando esta actividade a ser da responsabilidade da Autoridade Tributária (AT) de Moçambique. O contexto actual é que dita esta transferência das funções na medida em que, a maior parte dos imóveis foram alienados por privados, contudo, a gestão do património imobiliário do Estado continua com APIE mas a função de rendas passa para AT, por fazer parte das suas funções. De salientar que a AT foi criada pela lei 1/2006 com a competência de controlar as receitas públicas (Gov. Moç, 2008)⁴.

Portanto, é todo este cenário das transformações no mercado de habitação em Moçambique, que nos orientou na definição do tema proposto. Embora acreditemos na relativa dificuldade de acesso à habitação por parte dos indivíduos de baixa renda desde a era colonial, mas a renda por si só não define o comportamento dos jovens casados razão pela qual, no nosso entender o aspecto cultural, do nosso contexto exerce maior influência na decisão dos casais para a separação com seus progenitores.

³ Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_sociedade_cultura Junho2010, acessado em 09-02-12.

⁴ Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/infraestrutura/outubro2008>, acessado em 20-02-12.

Capítulo II: Revisão Bibliográfica sobre a Habitação como Fenómeno Social Complexo

Tendo em conta a revisão da literatura dos autores que abordaram o assunto em análise, torna-se importante antes de mais, referenciar a dificuldade que enfrentamos devido a escassez da literatura para o desenvolvimento do trabalho. Aliado ao facto de os poucos que escrevem focarem os mesmos aspectos, que são as políticas de habitação em Moçambique e a determinante economicista para o acesso à habitação. Por isso, para a nossa revisão tomou-se duas linhas de análise. Primeiro, optamos pelo uso deste material mencionado e segundo, tendo em conta o nosso problema, os nossos objectivos e a característica do nosso objecto, recorreremos a outros teóricos urbanistas para a melhor construção e explicação do mesmo problema.

2.1. Abordagem sobre a determinante economicista no acesso à habitação

Assim, dos estudos realizados em Moçambique, para além dos já apresentados na formulação do problema, encontramos o trabalho feito pela WLSA (1998), nos bairros Jorge Dimitrove e Mafalala, na periferia da cidade de Maputo, onde procurou perceber nos agregados familiares dos bairros, como a sua estrutura é influenciada pelos vários aspectos da vida urbana, como é o caso do mercado de trabalho, as estratégias residenciais e económicas dos seus membros e o papel do Estado previdência. Neste estudo, mostrou-se que o problema de acesso à terra deve ser visto como uma questão de género nas sociedades patrilineares, onde as formas de acesso à terra estão relacionadas com a posição que homens e mulheres (definidas em função da idade e do estatuto) ocupam na família. O homem é o herdeiro da terra, define e controla o seu uso. A mulher produz fundamentalmente para a família, o homem produz para o mercado e o acesso e usufruto da terra por parte da mulher passa necessariamente pelo casamento.

Nos bairros supracitados, foi constatado uma variedade de agregados familiares, os quais formam uma unidade de produção e consumo. Esses agregados podem ser compostos unicamente pelos cônjuges e seus filhos mas noutros, a estes se juntam, os pais, tios, netos ou sobrinhos constituindo unidades familiares elementares simples a que se agregam parentes isolados. Notou-se também a existência de famílias nucleares sobretudo numa fase do início da vida familiar ou em casais idosos, cujos filhos se dispersam pela constituição de unidades familiares independentes. Contudo, a este importante recurso (terra), por exemplo, tem tido

acesso as famílias que detêm os meios financeiros para a sua aquisição, num clima de grande especulação (WLSA, 1998).

Com efeito, as obrigações de parentesco são por vezes uma fonte de conflitos entre parentes, pois as circunstâncias económicas e sociais em que as famílias vivem podem assim encorajar a nuclearização ou autonomização de modo a proteger os escassos recursos da família. Este facto é citado pelos autores como se vê a seguir:

“ Determinantes externos como o subemprego, insuficiência dos rendimentos salariais, fraca capacidade de intervenção do Estado, ausência de protecção social, desenvolvimento de uma economia subterrânea e de um sector informal de auto-construção, são alguns dos factores que explicam a tendência à nuclearização e autonomia da família elementar” (WISA, 1998:93).

Entretanto, a análise feita por WLSA, sobretudo no que refere as formas de aquisição da terra, contraria ao que está estipulado na Lei, a qual diz que a terra é propriedade do Estado, não deve ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada. O seu aproveitamento é direito de todo o povo moçambicano, sendo o Estado, o determinante das condições do seu uso e aproveitamento⁵. Ainda no Artigo 35 da mesma constituição (2008), advoga-se que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozando dos mesmos direitos e sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política.

Um estudo realizado por Baia (2009), sobre o processo da urbanização em Moçambique concretamente da cidade de Nampula, revela uma realidade que reflecte uma urbanização crítica e desigual organizada e controlada pelo Estado. A urbanização desigual realiza-se a partir da diferenciação no acesso à habitação e ao solo urbano, processos mediados pelo Estado, que através das desigualdades da renda determinam as diferenciações no tipo de habitação. Este facto verifica-se desde o período pós independência, em que o Estado através da APIE passou a administrar a habitação nas cidades, seleccionando famílias para a ocupação, o que incluía para além das necessidades familiares, a capacidade financeira dos novos locatários para a manutenção dos imóveis.

⁵Constituição da República 2004 (actualizada). Maputo: imprensa Nacional de Moçambique, 2008.

O mesmo autor, mostra que em Nampula apenas um pequeno número da população é capaz de comprar lotes para a construção, assim como construir uma casa com material durável ou apartamento convencional devido aos custos muito elevados. Na cidade de Nampula, revelou-se que o acesso à terra ocorre mediante cinco modos: a compra, herança, oferta, aluguer e a atribuição pelas instituições municipais, como se referiu a lei de terras (19/97 de 1 de Outubro).

Segundo Matos *e tal.* (2006), em Moçambique existe uma lacuna no que se refere aos instrumentos normativos referentes a metodologias e procedimentos adequados para o planeamento e gestão do solo. Não existe uma política nacional aprovada como também não existem estratégias e programas de desenvolvimento urbano a longo prazo, o que se explica pelo facto da região de Lourenço Marques (actual Maputo e Matola), a actividade de planeamento ter estado desde 1969 a 1977 sob responsabilidade do GUHARLM (Gabinete de urbanização da região de Lourenço Marques). E de 1977 até hoje ter passado a batuta do INFF, órgão autónomo, razão que explica o facto dos conselhos municipais nunca terem uma preocupação específica em se capacitar em matérias de planeamento devendo fazê-lo agora rapidamente de modo a responder os problemas actuais.

Assim, analisando os autores acima mencionados percebe-se que obter habitação em Moçambique, apesar de ser um problema generalizado, constitui ainda acessível a uma pequena minoria. Estão aqui inclusos os grupos mais favorecidos em termos de renda, os mais adultos que os jovens e tendo em conta as relações de género, os indivíduos do sexo masculino são também privilegiados que as mulheres, contudo, percebe-se que no geral é o aspecto económico (a renda) que determina o acesso à habitação.

Ainda no nosso entender, as desigualdades podem ser facilmente comprovadas através duma análise sobre as altíssimas taxas de juros efectuadas para a compra de um imóvel, ou ainda olhando para o preço de arrendamento de uma casa, estabelecidos, pelas agências que financiam crédito à habitação (Bancos comerciais). E pelas agências imobiliárias (Fundo para o Fomento de Habitação), numa situação em que nem as corporações bancárias conseguem satisfazer a demanda, pois oferecem juros altos com um prazo de pagamento muito limitado. Entretanto, segundo os autores acima mencionados pudemos inferir que a condição económica ou renda é para eles o factor que explica de forma decisiva a permanência dos jovens casados na casa dos

pais, por enfrentarem os factores de desemprego, subemprego e baixos salários, os quais inibem a aquisição da casa própria.

2.2. Abordagem sobre as instituições, família e casamento

Neste ponto pretendemos abordar as duas instituições de forma relacional conforme a natureza do objecto em análise. Assim, na análise de tipologia de famílias, Giddens (2005) mostra que nos últimos tempos têm-se verificado mudanças nos padrões familiares que seriam inimagináveis pelas gerações anteriores. Assim, a grande diversidade de formas de família e de núcleos domésticos tornou-se uma característica quotidiana de nossos tempos.

Segundo o mesmo autor, actualmente as pessoas estão menos propensas a casar do que antes e também estão se casando mais tarde. As pessoas estão optando cada vez mais por viverem juntas antes do casamento, até mesmo preferindo isso a se casar. Entretanto, o mundo da família mudou bastante nos últimos 50 anos pois, embora as instituições de família e casamento ainda existam e sejam importantes em nossas vidas, tiveram uma mudança drástica de carácter.

Como mostra Leandro (2001), desde há muito que a família é o primeiro espaço de (re) produção social, na medida em que determina o grupo social de pertença individual. Este sendo herdado, tende a acompanhar os indivíduos ao longo da sua trajectória de vida, pois que as famílias se inscrevem numa estrutura de classes que lhes é anterior e exterior. Neste sentido, as famílias sendo bastante diversificadas no palco da estruturação social, são o primeiro espaço dessa construção. Contudo, nem todos na vida ficam confinados a este determinismo ou mesmo fatalismo social, pois que existem sempre alguns que enveredam por uma trajectória de Mobilidade social ascendente. De resto, desde muito que se aceita que a família contribui para a formação de um “habitus”, isto é, de um sistema de disposições duráveis e transponíveis.

De acordo com Marconi e Lakatos (2006), nas sociedades em geral, existem duas formas de relações entre sexos, a união e o casamento. Assim, para o caso concreto do nosso contexto, existe uma forma de constituição de família que é específica mas que também vem sofrendo algumas alterações no decorrer do tempo. Como mostra Trindade (2000), que o casamento tradicional africano, acertado previamente entre as duas famílias envolvidas, sendo portanto, o resultado de uma vontade colectiva cede lugar ao acordo e à vontade meramente particular e

individualizada dos noivos, ou seja, o casamento deixa de ser uma vontade colectiva baseada em interesses comuns, para ser o resultado de uma decisão pessoal, por vezes à revelia da vontade familiar.

Segundo o último autor citado, uma das grandes provas de mudança de regras do casamento é a gradual substituição do alembamento, tido como o garante do mesmo e como compensação dada à família da noiva pela perda do seu membro. Assim, a cidade está ligada/acompanhada de uma desvalorização do casamento e esta, é acompanhada pelo enfraquecimento da instituição familiar (quer nas suas formas tradicionais, civil ou cristã) que passa a depender muito mais da atitude psicológica dos interessados que de uma vontade colectiva das famílias envolvidas, e passa ainda a sofrer com novos fenómenos sociais envolventes e típicos das cidades.

Assim, para o caso específico do contexto em análise no presente trabalho (bairro Polana Caniço “A”), a forma tradicional de casamento ou constituição de família é o lobolo, o qual constitui um costume cultivado até hoje no sul do país. Segundo esta tradição, a família da noiva recebe dinheiro do noivo pela perda que representa o casamento e a ida da filha para a outra casa/família. O lobolo mantém o sentido social que representa, são costumes, crenças, práticas culturais do sul do país.

Deste modo, dos estudos realizados em Maputo sobre o lobolo, encontramos a contribuição do Granjo (2005), o qual descreve e analisa esta cerimónia de lobolo em que participou e enquadra-a na vida das pessoas envolvidas, na sua história familiar e no contexto social em que a mesma cerimónia foi realizada. Na cerimónia descrita pelo autor, o objectivo principal do casal em lobolar era apaziguar os antepassados da noiva, a fim de superar os problemas ou dificuldades conjugais por si sentidas.

Contudo, o autor mostra que o lobolo não apresenta somente aspectos positivos, tem também pontos negativos. Primeiro, embora só em breve a cerimónia passou a ser juridicamente reconhecida pelo Estado, as pessoas por ela unidas são consideradas casadas pelos seus pares, podendo então acontecer que através do recurso a mecanismos “informais” de pressão e controlo social, lhes seja exigido o cumprimento de normas legais, ou seja, o conhecimento que os indivíduos tem das regras costumeiras e das leis estatais permite a manipulação conjunta de

ambas, tentando impor à parte mais fraca as combinações de normas que melhor convenham aos mais fortes.

Na vida quotidiana, a parte mais fraca que Granjo (2005) se refere é a mulher. Pois pode ser exigido a ela como esposa, o cumprimento de determinações legais que só se aplicam ao casamento civil. O autor destaca alguns exemplos como, a proibição de pedir crédito individual ou de começar um negócio e se deslocar com os filhos sem a autorização do marido. Assim como as normas costumeiras impõem à mulher lobolada novas restrições:

Temos o princípio geral de obediência e submissão ao marido, que conferem a este uma maior amplitude de dominação quotidiana do que a já atribuída pelos papéis de género localmente aceites. Existem algumas variações, mas o facto de cada vez mais ser o noivo a pagar o lobolo criará nalguns casos, o espaço para atitudes que afirmem a propriedade sobre a esposa. O segundo aspecto é que efectuado o lobolo, a família do homem passa a constituir-se como a primeira instância de regulação de conflitos. Os bens do casal são tradicionalmente considerados propriedade do marido e, por extensão, da sua família patrilinear. Este facto pode fazer com que a mulher lobolada corra o risco de vir a ser desapossada de tudo caso o seu marido, por exemplo morra.

De acordo com Granjo (2005), o lobolo também trás alterações no marido que lobola, na medida em que, um homem que lobola se torna sénior dentro da sua geração. Esse estatuto e a razão que lhe subjaz arrastam consigo uma efectiva alteração de atitudes por parte dos amigos e dos familiares inseridos no mesmo escalão geracional. O homem que lobola passa a ser tratado pelos amigos com um sensível distanciamento, respeito e cuidado, portanto, o lobolo é sinal de responsabilidade. Quanto à mulher lobolada as consequências na vida quotidiana são a respeitabilidade e o completo estatuto de adulta.

Portanto, pode-se assim se assumir com razoável segurança que o casamento tradicional é a forma de matrimónio dominante em Maputo (não no sentido de ser a mais predominante em termos de frequência mas pelo sentido que a mesma cerimónia carrega). Pois, esta instituição plástica e mutável, o lobolo, junta em si a legitimação conjugal, o controlo e regulação da descendência, a dignificação das partes envolvidas e a domesticação do aleatório por meio da acção dos antepassados. Assim, estas abordagens ajudam-nos na medida em que nos permitem

olhar para as famílias do bairro Polana Caniço “A”, como produto da “união”, lobolo ou casamento entre os jovens em análise.

2.3. Abordagem dos teóricos urbanistas sobre a vida urbana

Saindo das abordagens sobre as políticas de habitação e determinismo económico, vamos entrar nas que tratam sobre a cidade, sua cultura (espaço e cultura) e comportamento dos indivíduos. Encontramos na obra, “A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano” Park (1979), que considera a cidade como um estado de espírito, um corpo de costumes, de tradições, dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Dito em outras palavras, a cidade transcende a dimensão física e uma construção artificial. Ela é mais do que um amontoado de homens individuais, ruas, edifícios, luz eléctrica, etc. Portanto, a cidade é vista como tendo “cultura própria”. Aliado a estas ideias, encontramos a contribuição de Wirth (1979), na análise do “urbanismo como modo de vida” que olha para a vida urbana como sendo uma cultura, ou seja, a vida urbana para o autor, é a maneira de ser e estar. O que inclui os valores e o modo de comportamento na cidade, o qual aprende-se e/ou adquire-se através de gerações.

Pretendemos aproveitar das duas últimas observações acima, para mostrar como a cidade sendo dotada de uma “cultura própria”, de uma forma de ser e estar que lhe é característica, influencia o comportamento dos seus habitantes. Neste caso específico, pretendemos compreender como os costumes, os valores, os hábitos da cidade podem interferir e explicar a permanência dos jovens na casa dos pais depois do casamento. Procuramos entender, como a racionalidade urbana interfere e estrutura o comportamento dos jovens casados, os quais estabelecem relações sociais com o espaço e com outros indivíduos que no mesmo espaço se encontram.

Existe mais uma visão diferente da abordagem economicista, que também nos leva a entender o fenómeno em análise, que se encontra em Campenhoudt (2003), o qual, tentou compreender melhor o estilo de vida ou a cultura da classe popular. Para o alcance desse objectivo, o autor parte da imagem que as outras classes sociais fazem das classes populares e dos seus valores e tenta colocar essa imagem em paralelo com a análise que Hoggart (1970)⁶ faz da mesma cultura. Como resultado, o autor encontra um sistema de valores e comportamentos característicos das

⁶ HOGGART, Richard. La Culture Du Pauvre. Paris: Minuit, 1970.

classes populares do mundo inteiro, como por exemplo: a alimentação, que é simples mas abundante, e em geral farta, contudo falta-lhes a diversidade, a questão das prendas nas festas, as quais muitas vezes são tão caras quanto inúteis, e tantas outras práticas que explicam o sentido dos comportamentos quotidianos.

Portanto, são esses valores e comportamentos da vida das classes populares que segundo Campenhoudt (2003), fazem com que o estilo de vida popular seja caracterizado pelo forte sentido de intimidade. Daí o significado do valor do grupo doméstico, da forte coesão das células sociais de base que são a família, os amigos próximos, o bairro ou a aldeia que constituem a protecção última contra as provações da existência, como é o caso da perda do emprego, o acidente, a doença grave ou o desaparecimento físico de alguém próximo.

No âmbito da continuidade da cultura como expressão da vida urbana, podemos trazer a contribuição de Bourdieu (2007), abordando a questão do mundo de origem, onde mostra que qualquer herança material é, propriamente falando e simultaneamente, uma herança cultural. Além disso, os bens de família tem como função não apenas cientificar a antiguidade e a continuidade de linhagem, e por conseguinte, consagrar a sua identidade social, indissociável da permanência no tempo, mas também contribuir praticamente para sua reprodução moral, ou por outra, para a transmissão dos valores, virtudes e competências que servem de fundamento à filiação legítima das dinastias burguesas. O mesmo autor, mostra que em relação aos gostos alimentares, o mundo de origem é, antes de tudo, o mundo materno, o mundo dos gostos primordiais e dos alimentos originários, da relação arquetípica com a forma arquetípica do bem cultural, em que o dar prazer faz parte integrante do prazer e da disposição selectiva para o prazer que se adquire no prazer.

De acordo com Castells (1983) abordando o “simbólico urbano”, mostra que o espaço está carregado de sentido. Trata-se de uma evolução do espaço como facto social (o que remete ao conjunto da análise estrutural do espaço urbano). O autor defende que uma cidade não é apenas um conjunto funcional capaz de gerir sua própria expansão, ela é também uma “estrutura simbólica”, um conjunto de signos, que permite a passagem entre sociedade e espaço, que estabelece uma relação entre natureza e cultura.

Deste modo, aliado à cultura urbana temos também a questão das identidades, em que Gomes (2002) fala da afirmação de identidades sociais na cidade, a qual traduz-se sobre o território por um discurso sobre a diferença. O território próprio ao grupo é concebido como um terreno onde as regras que fundam a identidade gozam de uma absoluta e indiscutível validade. A predominância do nível colectivo é total e a oposição e a diferenciação são estabelecidos em relação à figura de um outro, que é exterior ao grupo.

Para o mesmo autor, actualmente, o espaço fragmentado nas divisões impostas por esses grupos de afinidade ajusta-se ao que alguns geógrafos denominam de “metrópole pós-moderna”. Ela traduz a ideia de mosaico, de unidades independentes justapostas. Trata-se da própria negação do conceito anterior de cidade unitária, coesa e hierarquizada por funções, classes ou usos, em benefício de uma noção de simples ajuntamento demográfico, a aglomeração.

Segundo Lynch (1997), uma imagem ambiental pode ser decomposta por 3 componentes que aparecem sempre juntas: *identidade, estrutura e significado*. Em primeiro lugar, a identidade, que refere-se não a igualdade com alguma outra coisa mas sim a uma imagem com o significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a imagem deve incluir a relação espacial ou paradigmática do objecto com o observador e os outros objectos. Por último, esse objecto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional. O significado também constitui uma relação ainda que bastante diversa da relação espacial ou paradigmática.

Portanto, a questão da permanência dos jovens casados na casa dos pais remete-nos segundo estes autores a análise das identidades sociais na cidade, e a relação que existe entre os jovens e o espaço em que se encontram. A relação entre eles e os membros do seu grupo, o qual partilha atitudes e valores considerados supremos a outros pertencentes a outros grupos. Dai, o forte apreço pelo seu grupo, o afecto e a intimidade que existe no grupo.

Entretanto, Elias (1994), na discussão sobre os conceitos “indivíduos e sociedade”, retrata a questão da identidade, a qual indica a pessoa tanto como indivíduo singular quanto como membro de determinado grupo, sua família. Enquanto por um lado, o nome dá a cada pessoa, um símbolo da sua singularidade e uma resposta à questão sobre quem ela é, ele também indica quem se é aos olhos dos outros. O que mostra o quanto a existência do indivíduo como um ser uno é indissociável de sua existência como ser social. Como o mesmo autor coloca: “não há

identidade-eu sem identidade-nós. Tudo o que varia é a ponderação dos termos na balança eu-nós, o padrão da relação eu-nós” (Elias, 1994:152).

O mesmo autor mostra que o termo “nós” varia em diferentes planos de integração, podendo-se dizer nós a respeito de suas famílias ou amigos, dos lugares ou cidades em que moram, das nações, unidades pós-nacionais e da humanidade. Entretanto, o autor mostra que o pronome (nós) costuma ser mais forte provavelmente em relação à família, ao domicílio ou à região natal e à filiação de um país. Nesses diferentes níveis de integração, a família enquanto referencial da identidade-nós, sem dúvida continua a ser um grupo humano que, para o bem ou para o mal, dita a seus membros uma carga afectiva bastante elevada. Apesar de mudanças profundas no contexto de uma profunda modificação estrutural da relação do indivíduo com toda a sorte de grupos sociais, especialmente a família.

Nos estágios anteriores do desenvolvimento social, a relação com a família era inevitável para a maioria dos indivíduos, os quais fizeram parte das suas famílias para o que desse e viesse. A força dos laços familiares teve muito a ver com a função da família ou clã como unidade de sobrevivência. A partir de certa idade é comum o indivíduo poder afasta-se da família sem perder suas probabilidades de sobrevivência física ou social (influenciado pelo Estado parlamentar com certas instituições previdenciais mínimas). Esta maior frequência de relações não permanentes entre os indivíduos é uma das características estruturais das modernas sociedades nacionais, nas quais o avanço da industrialização ligado a sua ascensão desempenhou papel influente. Portanto, esse desenvolvimento contribui nos países mais desenvolvidos, para que a balança eu-nós se incline para o lado do eu.

O autor reconhece que existem algumas diferenças e traz o exemplo dos processos de formação nacional que se desenrolam na África, mostra com especial clareza a força do processo social que impele as pessoas para o plano estatal e sua resistência. A essa integração que deve seu vigor e persistência à adequação do “habitus” social ao plano tribal tradicional. Por isso, nestes grupos pré-estatais, verifica-se a permanência maior e comumente vitalícia de muitas relações humanas, se não de todas e de uma balança nós-eu em que o nós tem clara preponderância sobre o eu, que frequentemente exige a subordinação incondicional do eu ao nós, do indivíduo ao grupo-nós.

Assim, a contribuição dos dois últimos autores no âmbito da análise da permanência dos jovens na casa dos pais, é a garantia de olhar o problema em duas dimensões relacionais: primeiro, na relação entre o indivíduo como um ser singular e segundo, como pertencente a um determinado grupo. O qual tem leis, normas e valores que influenciam o modo de pensar individual do jovem na atitude que este toma em relação a sua moradia depois do casamento.

Podemos analisar o outro estudo do Elias (2000), sobre a relação entre “Estabelecidos e Outsiders”, no qual o autor mostra a divisão clara que existe no interior da comunidade de Winston Parva, entre um grupo estabelecido desde longa data (duas ou três gerações) e um grupo mais novo de residentes tratado pelo primeiro como “outsiders”. Estes últimos, eram estigmatizados de maneira geral pelo grupo estabelecido como pessoas de menor valor humano, faltando-lhes a virtude humana superior e o carisma grupal distintivo e por sua vez, os estabelecidos pensam-se como humanamente superiores.

Nestes grupos não havia diferenças de nacionalidade, ascendência étnica, cor ou raça entre os residentes das duas áreas, e eles tampouco diferiam quanto a sua classe social. A única diferença entre elas era o tempo de residência no lugar. Assim, podia-se ver nessa comunidade que a “antiguidade” da associação, com tudo o que ela implicava, conseguia por si só, criar o grau de coesão grupal, a identificação colectiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com desprezo complementar por outros.

Assim, a exclusão e a estigmatização dos “outsiders” pelos “estabelecidos” eram armas poderosas para que o último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. Os grupos dominantes com uma elevada superioridade de forças atribuem a si mesmos, como colectividade e também àqueles que os integram, como famílias e os indivíduos, um carisma grupal característico. Todos os grupos participam do carisma porém, tem de pagar um preço.

Por isso, na opinião do mesmo autor, a participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal, singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um dos seus membros por meio da sujeição de sua conduta a padrões específicos de controlo dos afectos. Assim, a opinião

interna de qualquer grupo com alto grau de coesão tem uma profunda influência em seus membros, como força reguladora de seus sentimentos e sua conduta. Pelo contrário, o diferencial de poder de um membro do grupo diminui quando seu comportamento e seus sentimentos contrariam a opinião grupal fazendo-a voltar-se contra ele. A aprovação da opinião grupal requer a obediência às normas grupais. A punição pelo desvio é perda de poder, acompanhada de rebaixamento do *status*.

Entretanto, o impacto de opinião interna do grupo em cada um dos seus membros vai para além disso. Ela tem sob certos aspectos, a função e o carácter de consciência da própria pessoa. Esta, na verdade, sendo formada num processo grupal, permanece ligada àquela por um cordão elástico, ainda que invisível. A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele. Portanto, este estudo, mostra como o auto controlo individual e a opinião grupal estão articulados entre si (Elias, 2000). Como se referiam, Inkeles e Smith (1981), falando dos antecedentes do lar e da escola como indicadores para a modernidade, que os homens tornam-se modernos por meio de um processo de socialização no período inicial da vida. Assim, as famílias com quem se criam os indivíduos são indicadas como sendo uma das fontes de diferenças de personalidade e na propensão à modernização.

Na análise do “Direito à Cidade”, Lefebvre (2001), defende que a industrialização caracteriza a sociedade moderna. De salientar que numa outra obra, Lefebvre (2002) quando analisa a transição da cidade à sociedade urbana, mostra que a sociedade urbana é a que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real. Assim, no sistema urbano cada cidade tende a se constituir em sistema fechado e acabado, conservando um carácter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia e que traduz-se na organização corporativa. Ainda no entender de Lefebvre (2001), no âmbito da explicação do surgimento das cidades, mostra um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção económica e vida social. Os dois aspectos deste processo são inseparáveis. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não só produz empresas (operários e chefes de empresas) como também estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos.

Contudo, diz Sassen (2008) que o reconhecimento do valor das diferenças ou características de especialização entre diferentes cidades e diferentes regiões urbanas na economia global de hoje demonstra como a história econômica aprofundada de um lugar influencia o tipo de economia do conhecimento que uma cidade, ou cidade-região, termina por desenvolver. Isto contradiz o senso comum, de que a globalização homogeneiza as economias. A variação dessa história econômica aprofundada depende dos detalhes da economia de uma cidade ou região.

Do mesmo modo, já dizia Trindade (2000), na análise do fenómeno urbano na África subsahariana, que tal como em outras regiões, aqui também o fenómeno urbano se reveste de uma grande complexidade e diversidade de elementos. A complexidade e riqueza das cidades africanas reflete a história do continente, pois sendo cidades de inspiração europeia tem sua história e origem no processo de colonização. Geralmente, todas as cidades africanas são um produto final que resulta da articulação entre as características físicas (incluindo a localização) e as características sócio-culturais (economia, religião, cultura e realidade étnica).

Entretanto, os últimos quatro autores possibilitam-nos perceber duas realidades diferentes e duas formas também de análise. Os dois primeiros estabelecem uma relação directa entre industrialização e urbanização. Ora, as cidades africanas especificamente do nosso país não são fruto da industrialização, a realidade é totalmente diferente tal como mostram os dois últimos autores apresentados. Aliás, tal como mostra ainda Sassen (2008), cidades diferentes têm características também diferentes. No caso concreto, permite perceber a permanência dos jovens casados na casa dos pais como uma realidade específica nossa a ser apreendida dentro dos próprios hábitos, história e cultura do meio social que é específico e diferente dos outros.

Capítulo III: Referencial Teórico e Metodológico

3.1. Teoria de Base

A fundamentação teórica deste trabalho assenta na perspectiva de Alfred Schutz (1979), na sua *teoria fenomenológica*. Nesta teoria, o autor está preocupado com uma sociologia fenomenológica, tendo buscado a sociologia compreensiva de Weber e a fenomenologia de Edmund Husserl, faz a combinação dos dois e por meio desta ele constrói o seu raciocínio. O interesse central do autor é procurar entender o dia-a-dia dos indivíduos em relação à sua consciência e ao seu objecto, procurando também compreender as bases da constituição do mundo.

Por um lado, inspirando-se em Weber, Schutz (1979) trás a ideia de que o indivíduo está dotado de *consciência* das suas acções e das acções dos outros; na sua acção, o indivíduo toma em consideração a presença do outro e pode entender e significar essa presença; assim sendo, a acção do indivíduo é influenciada por este pensamento do outro. Por outro lado, inspirando-se em Husserl, Schutz (1979), busca a ideia de tornar explícitas as bases de qualquer ciência, seja ela natural, social ou filosófica. Pois, só através da dúvida filosófica em todo o nosso pensamento habitual, seja este, científico ou não, poderemos tornar explícito o mundo da vida e chegarmos a compreensão das nossas experiências do mundo. Husserl recusa-se a aceitar de modo acríptico percepções sensoriais, factos biológicos, sociais e ambientais como dados, como pontos de partida inquestionáveis para a investigação filosófica, pois a fenomenologia busca o início real de todo o pensamento filosófico devendo terminar onde todas as filosofias tradicionais começam.

Assim, com a combinação dos dois autores acima mencionados, Schutz (1979) referencia que é importante ter em conta que todos os actores sociais interpretam as acções e dão sentido a elas. A acção social entre os sujeitos carrega consigo os significados subjectivos desses sujeitos. Todavia, por fazer parte do quotidiano, o indivíduo toma o mundo social à sua volta como um pressuposto, esse mundo, então lhe é dado, e com ele são dadas as interpretações dos múltiplos fenómenos e relacionamentos do mundo social, conforme desenvolvidas pelo “grupo interno” cultural. “O grupo interno estabelece uma auto interpretação colectiva que representa a concepção comum, interna, da comunidade” (Schutz, 1979:19). Assim, o autor mostra que o indivíduo em seu modo de orientação dentro do mundo da vida é guiado por instruções e

interpretações que lhes são dadas por outros. Se o indivíduo constrói a sua própria visão do mundo à sua volta, o faz com auxílio das matérias-primas que lhe são oferecidas pelo contexto de inserção.

Por essa razão, é importante que o cientista social quebre a maneira passiva de observar as coisas, afastando da análise as pré-noções e os juízos de valor. Deste modo, o objecto de estudo do autor consiste desde logo, nos procedimentos de interpretação que os indivíduos colectivamente accionam na sua vida de todos os dias. Sendo a meta do pesquisador, descobrir os motivos da acção dos indivíduos, ou seja, o que impulsiona a acção humana e resulte em determinada atitude. Assim, a fenomenologia ocupa-se da realidade cognitiva incorporada aos processos de experiências humanas subjectivas.

Conforme Schutz (1979), o facto de os indivíduos conceberem o mundo como um dado adquirido, faz perder os actos da experiência subjectiva em si. Assim, como forma de revelar esses actos de experiência subjectiva, aparece o cientista social com a particularidade de quebrar a *atitude natural* de estoque de conhecimento, a maneira passiva e ingénua com a qual se dirige aos objectos. Questionando as nossas próprias experiências, ou seja, submeter as nossas experiências a uma discussão crítica (o que é possível com a fenomenologia). Fazemos isso num acto específico da reflexão à intencionalidade. Deste modo, o autor descreve dois níveis diferentes da reflexão, os quais fazem parte dos conceitos centrais da sua teoria: o da *atitude natural* e *dentro da esfera da redução fenomenológica* (este último é o conceito básico da teoria de Husserl por isso exige maior explicação).

A *atitude natural* refere-se ainda, a uma situação em que “aceitamos sem questionar a existência do mundo exterior, o mundo de factos que nos cerca” (Schutz, 1979:58). Na verdade, podemos até duvidar e desconfiar de tantas experiências desse mundo mas a visão da natureza das coisas vai subsistir imperturbável. A atitude natural esconde uma extraordinária capacidade de tratar os objectos, e de modo mais geral, as acções e os acontecimentos da vida social, em vista de manter um mundo comum.

Contudo, por meio de um esforço radical da mente podemos (cientistas sociais) alterar essa atitude, sem transformar a crença ingénua que temos, sem substituir nossa convicção de sua existência mas pelo contrário, suspendendo a crença, fazendo com que nossa mente faça um

juízo temporal e espacial, colocando a crença entre parênteses. Dessa forma, colocando o nosso conhecimento popular, o senso comum e das Ciências Naturais, que igualmente lidam com a realidade deste mundo do ponto de vista natural, colocando tudo isto a uma discussão crítica, e fazer o exercício da *Redução fenomenológica*. Procurando-se a verdade e questionando-se as certezas. A redução fenomenológica revela os fenómenos da experiência interior real (Schutz, 1979). O outro conceito trazido por Schutz é o conceito da:

“*Experiência significativa* que sempre pressupõe que a experiência cujo significado é predicado é uma experiência delimitada, (...) somente uma experiência passada, isto é, uma experiência que é vista em retrospectiva, como já acabada, terminada pode ser chamada de significativa (...) somente o que já foi vivenciado é significativo. (...) pois, o significado é meramente uma operação da intencionalidade, a qual, no entanto, só se torna visível reflexivamente” (1979: 63).

Deste modo, é o *estoque do conhecimento* à mão que serve como código de interpretações de experiências passadas e actuais em curso. Essa referência a actos vivenciados pressupõe memória, como lembrança, retenção e reconhecimento. Portanto, o estoque do conhecimento à mão, é que nos orienta na forma de olhar e interpretar os fenómenos. Assim, o homem na vida diária tem a qualquer momento, um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um código de interpretação de suas experiências passadas e presentes que também determina sua antecipação das coisas que virão.

Para o mesmo autor, *o mundo da vida* quotidiana significará o mundo intersubjectivo o qual, existia muito antes da nossa existência, vivenciado e interpretado pelos outros, como um mundo organizado, entretanto, ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda a interpretação desse mundo baseia-se num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e as que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais na forma de “conhecimento à mão” funcionam como um código de referência.

Entretanto Schutz (1979) ocupou-se dos meios através dos quais um indivíduo se orienta nas situações da vida, da experiência que armazenou e do estoque de conhecimento que tem à mão. Pois, o indivíduo não pode interpretar suas experiências e observações, definir a situação a que se encontra, fazer planos para o futuro sem consultar seu próprio estoque de conhecimento. Assim, cada indivíduo constrói o seu próprio mundo, mas o faz com auxílio de materiais e métodos que lhe são oferecidos por outros, entretanto, transmitidos pelos antecessores (pais, professores, autoridades, tradições, hábitos, entre outros). O mundo da vida é um mundo social

que por sua vez é preestruturado, pré-constituído e pré-organizado para o indivíduo. Assim, as percepções que os indivíduos têm sobre o mundo da vida estão ligadas à própria história dos indivíduos pois, todo momento da vida de um homem é a sua *situação biográfica determinada* em que ele se encontra

Portanto, Schutz trata da vida quotidiana e chama-nos atenção de modo a captarmos as experiências da vida através da razão. Pois, o mundo da vida quotidiana “é a cena e também o objecto de nossas acções e interacções. Temos de domina-lo e modificá-lo de forma a realizarmos os propósitos que buscamos dentro dele, entre nossos semelhantes” (1979:73). Neste sentido, trabalhamos e operamos não somente dentro do, mas também sobre o mundo. Logo, a compreensão da preocupação do autor, com a autonomia e liberdade dos indivíduos na era moderna.

É desta forma que procuramos buscar o quotidiano do jovem casal, a sua história e suas experiências, de modo a compreendermos o significado e a interpretação que ele faz da sua acção, prática e comportamento. É deste modo que para efeitos deste trabalho, colocamos um ponto de interrogação tanto na explicação dos autores que abordam o assunto da problemática de habitação para jovens, quanto ao pensamento e explicação do mundo da vida quotidiana que guia os próprios jovens casados, pois todos (os primeiros e os segundos) defendem o determinante economicista para a permanência desses jovens na casa dos seus pais depois do casamento.

Os casais que permanecem com os pais encaram essa realidade do ponto de vista natural, acreditando que seja natural e principalmente, que seja normal permanecer na casa dos pais depois do casamento. Pois assim foi com os seus pais, os quais viviam em famílias alargadas e continua do mesmo jeito com os seus primos, amigos próximos e vizinhos do bairro. O mundo da vida para esses jovens encontra-se organizado dessa forma, e continuar com o que começou com os outros antes da sua existência é manter a cultura viva. Por isso, a permanência deles na casa dos pais é tido como normal e faz parte da sua própria história, e os jovens que permanecem, levam em conta o facto de que os outros (do mesmo contexto social) vêm e não lhes rotulam pelo contrário, fazem o mesmo, logo, continuam ligados às células de base que são a sua família e o seu bairro de origem.

Assim, os próprios casais pensam que permanecem na casa dos seus pais somente pela falta de condições económicas para poder comprar e/ou sair para a própria casa. Este pensamento tem origem nas percepções sensoriais acríticas (estamos a falar do que os jovens vêem e ouvem dentro de casa, no bairro e na família, nos meios de comunicação social no geral), as quais não lhes dão espaço para reflectirem sobre a própria vida. Devido a este facto, os jovens casados acreditam que a fragilidade económica é que dita a sua permanência na casa dos pais.

O acto de ter casa própria, o acto da saída ou permanência dos casados é influenciado pelas normas e padrão cultural transmitidas aos jovens pela sua família, sobretudo pelos seus pais. Essas normas acompanham os jovens na sua trajectória/história de vida e por sua vez, ditam o seu comportamento depois do casamento pois, este conhecimento serve como código de referência quando os jovens precisam fazer uso dele, ajudando-os a saber como agir num determinado tempo e espaço e na maioria das vezes, esses elementos acabam afectando os sentidos, e a capacidade de pensar e reflectir sobre a própria vida, acabando por olhar a sua permanência na casa dos pais de forma passiva.

Portanto, a partir das percepções dos próprios jovens casados sobre o seu dia-a-dia, os seus feitos e os significados que eles atribuem aos objectos analisados neste trabalho, procuramos compreender o fenómeno com maior profundidade. Na medida em que, percebemos que a realidade escapa aos próprios jovens devido a prevalência da atitude natural, a qual deve ser banida e entrar em acção a redução fenomenológica.

3.2. Definição e operacionalização dos conceitos

Para este trabalho, os conceitos que consideramos pertinentes para a análise são os seguintes: *família, casamento, jovens, habitação, solidariedade mecânica e percepção social*. Assim, quanto ao primeiro conceito encontramos a contribuição de Saraceno & Naldini (2003), que defendem que a *família* revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais. Com efeito, é dentro da família e das relações familiares, tal como são definidas e regulamentadas que os próprios acontecimentos da vida individual que mais parecem pertencer à natureza recebem o seu significado, através do qual, são entregues à experiência individual, são os exemplos seguintes: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade e a procriação.

Este conceito nos é útil na medida em que, exprime essa funcionalidade da família como um sistema por meio do qual os jovens casados se estruturam, como um sistema que influencia os mesmos jovens no seu dia-a-dia, orientando de forma consciente ou não a maneira como os jovens casados interpretam os elementos que ocorrem na sociedade. Assim, a forma como os jovens casados percebem e vivem na casa dos seus pais é influenciado pelo seu meio social.

O segundo conceito a ser analisado é o de *jovens*, o qual varia de lugar para lugar e é moldado por diferentes factores tais como: classe social, situação económica, religião, sexo, raça, entre outros. Assim, partimos do pressuposto de que “a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (Pais, 1993: 29). Mas para os efeitos práticos desta pesquisa, iremos nos referir aos jovens de acordo com determinadas fases de vida, assim, referimo-nos ao grupo de jovens casados com idades compreendidas entre os 18 a 35 anos de idade.

Os jovens com idade acima referenciada devem ser casais e de sexos opostos (masculino e feminino) e coabitando o mesmo espaço físico. Pois o terceiro conceito que nos interessa é o *Casamento*, o qual pode ser: civil, religioso ou mesmo tradicional, o que significa que trabalharemos com os jovens casados independentemente do tipo de casamento que lhes une, no entanto, o casamento tem que estar num período superior ou igual a 3 anos e inferior ou igual a 10 anos. Porque na nova Lei da Família, destaca-se o reconhecimento do casamento religioso e tradicional, reconhecendo também as uniões de facto, desde que tenham mais de um ano de duração, facto observado na aprovação da Lei nº10/2004, de 25 de Agosto (Monteiro, 2010).

O outro conceito a analisar é o de *Habitação*, o qual segundo (César, 2000), refere-se ao: a) espaço; b) ambiente encerrado, coberto, com as funções de dormir, comer, estar e guardar; c) conforto; d) o meu território bem delineado por fronteiras; g) o lugar que ao longo dos tempos todos conhecem como ponto a retornar. Para efeitos do presente trabalho, usamos “habitação” e “casa” como conceitos sinónimos, referindo-nos a casa de habitação.

Como argumenta Leandro (2001), que *casa* refere-se a um espaço de coabitação de um grupo de familiares que partilham, entre si, os seus modos de vida, serviços e haveres, não se encontrando isolados da sociedade. Quando falamos do acesso à habitação ou casa para os jovens, referimo-

nos a casa comprada já pronta ou a aquisição de terreno (por herança, oferta, compra ou atribuição pelo conselho municipal) e posterior construção. Sendo que trabalharemos com jovens casados permanecendo na casa de habitação e/ou terreno dos seus pais, com estes e /ou outros membros de família destes, sem que os pais tenham parcelado o espaço para o filho.

Entretanto, o conceito a seguir é “solidariedade mecânica”, o qual mostra a inspiração do conceito em Durkheim, ainda que não seja exactamente o conceito usado no mesmo sentido que este. Mas definimo-lo a partir de Durkheim, pois queremos trazer algo parecido ao que o autor chama “solidariedade mecânica”. Não queremos trazer uma reprodução do conceito de Durkheim porque este trata as duas solidariedades (mecânica e orgânica) de forma dicotómica, actuando em dois mundos opostos, cada qual com características próprias. Uma caracterizando sociedades tradicionais ou pré-industriais e a outra para as sociedades modernas.

Assim, em Durkheim o conceito *solidariedade mecânica*, caracteriza as sociedades pré-industriais, onde não se tinha ainda afirmado o modelo industrial de divisão do trabalho. O conceito pode ser analisado a partir da obra de Durkheim (1999) “Da divisão do Trabalho Social”. Assim, quando o autor procura perceber a relação entre a personalidade individual e a solidariedade social, ele distingue as sociedades em duas solidariedades, a mecânica e a orgânica, mas para este trabalho interessa-nos apenas a primeira, a solidariedade mecânica. Esta é baseada sobretudo, na consciência colectiva, ou seja, no facto dos indivíduos serem homogéneos entre si, na medida em que partilham valores e regras comuns, consolidados a partir da tradição. Aqui existem poucas escolhas individuais, as acções são determinadas pela lógica do grupo, onde cada um percebe que tem um dever moral para com o grupo (Durkheim, 1999).

O autor mostra que existe uma estrutura social de natureza determinada à qual corresponde esta solidariedade. “O que a caracteriza é que ela é um sistema de segmentos homogéneos e semelhantes entre si (mesma natureza, constituídas por uma repetição de segmentos similares e homogéneos)” (Durkheim, 1999:164). Os indivíduos são agrupados segundo suas relações de descendência, seu meio natural e necessário é o meio natal, sendo a posição de cada um assinalado pela consanguinidade, real ou fictícia.

Ainda em relação ao mesmo conceito, o autor defende que quando se nasceu num clã, não se pode mais mudar, por assim dizer, de parentes, de cidade ou província. Com certeza, a

distribuição geográfica coincide em geral, com uma certa distribuição moral da população, por exemplo: cada província, cada divisão territorial tem usos e costumes especiais, uma vida que lhe é própria. Ela exerce sobre os indivíduos que são imbuídos de seu espírito, uma atracção que tende a mantê-los no lugar e, ao contrário, a repelir os outros.

Portanto, este conceito nos é útil na medida em que nos ajuda a compreender os valores que os residentes do bairro Polana Caniço “A” na cidade de Maputo atribuem às instituições casamento, família e habitação. Aqui, apesar de haver uma mistura das duas solidariedades, encontra-se com predominância e maior domínio, a solidariedade mecânica. Por isso, os jovens mesmo depois do casamento permanecem na casa de habitação dos seus pais. Assim, aproveitamos do conceito, sobretudo a questão da consciência colectiva, dos indivíduos serem homogêneos entre si partilhando valores e regras comuns consolidados a partir da tradição. O facto de os indivíduos serem agrupados de acordo com sua relação de descendência.

O último conceito para a análise é o de *percepção social*, que segundo Costa (2004) é uma imagem mental partilhada por uma comunidade num determinado período histórico a cerca dos objectos e dos acontecimentos do meio, explicando e simplificando a informação do meio social e físico envolvente (*apud* Monjane, 2007). Desta definição percebe-se a ideia de percepção como algo que se fundamenta nas relações sociais e partilha de valores entre os indivíduos dentro de uma colectividade. Essa percepção é possível mediante o contacto que os indivíduos mantêm com os objectos no seu quotidiano. Daí que, a partir das relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si, a partir da partilha dos valores, da comunicação, haverá partilha também dos significados, tornando as percepções semelhantes possibilitando a comprovação de que os indivíduos interpretam o meio envolvente da mesma forma.

3.3. Opção Metodológica

No âmbito da metodologia, apresentamos de forma detalhada como o trabalho foi conduzido. Assim, para a testagem das nossas hipóteses, foram usados os seguintes métodos: o método de abordagem foi o *etnometodológico* (Harold Garfinkel), o qual dedica-se a análise dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas acções do quotidiano, comunicar-se, tomar decisões e raciocinar. Com a influência da fenomenologia, ele analisa as crenças e os comportamentos do senso comum como os constituintes necessários de

todo o comportamento socialmente organizado (Gil, 1999). Deste modo, permitiu-nos analisar as interpretações e os significados que os próprios actores sociais (jovens casados) atribuem ao acesso à habitação bem como a permanência e/ ou separação com os seus pais.

Quanto ao método de procedimento, optamos pela *história de vida*, o qual consiste nas narrações apresentadas pelos actores sociais relativamente ao seu percurso biográfico, com referência a circunstâncias histórico-sociais que o caracterizaram (Crespi, 1997). Também considera-se como um modo de interpretar e reinterpretar os eventos, para a melhor compreensão das acções, dos conceitos e dos valores adoptados pelo grupo ou indivíduo em pauta, permitindo ao pesquisador um maior controlo sobre a situação ou as motivações do entrevistado (Marconi e Lakatos, 2009). Assim, procuramos estimular o entrevistado de modo a conseguir respostas claras sobre as suas percepções em relação à sua permanência na casa dos pais, buscando as circunstâncias históricas que explicam o comportamento/acção actual do jovem.

Para efeito das *técnicas*, o trabalho contou com a *técnica de entrevistas*, através da qual o entrevistador foi atrás da população alvo para a obtenção de informações pretendidas. Segundo Gil (1999), enquanto técnica de colecta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que os indivíduos sabem, crêem, esperam, sentem, fazem bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. Assim, o trabalho contou com um guião de perguntas, procurando fazer a colecta de dados o mais rigorosamente possível com recurso a entrevistas *semi-estruturadas*. Segundo Trivinos (1987) este instrumento possibilita uma maior aproximação com a realidade estudada bem como na obtenção de informações com maior profundidade, na medida em que consoante o decorrer das entrevistas existe a possibilidade de esclarecer certas dúvidas.

Para além da técnica acima, o trabalho contou também com a *observação sistemática*, em que o observador antes da colecta de dados elabora um plano específico para a organização e o registo das informações. O que implica estabelecer antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação (Gil, 1999). Assim, para além da técnica das entrevistas pudemos usar a observação para algumas questões sobre as condições habitacionais dos jovens casados na casa dos pais, bem como para colher a informação sobre o tipo de material de construção das casas (paredes, pavimento, cobertura) nas quais vivem os jovens.

No referente à *identificação do universo*, torna-se importante dizer que as entrevistas foram feitas somente aos jovens casais, de ambos cônjuges. A preferência por este grupo, justifica-se pelo facto de ser o nosso objecto de estudo daí, acreditamos que fosse possível só com ele, o levantamento da informação pretendida para a realização do trabalho, uma vez que procuramos captar aspectos subjectivos da realidade dos mesmos antes e pós casamento na casa da sua família de origem no bairro Polana Caniço “A”.

Assim, como subconjunto do universo da população acima referenciada, trabalhamos com uma *amostra* de 16 jovens, os quais representam o total de 8 casais que permanecem na casa dos pais em um período entre 3 a 10 anos pós casamento. Foram entrevistados os maridos e suas esposas em separado de modo a colher mais informação e evitar situações de influência pela presença do outro.

Trabalhamos com o tipo de *amostragem intencional*, que segundo Gil (1999), constitui uma *amostragem não probabilística*, a qual consiste em seleccionar um subgrupo da população que com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. Para tal, escolhemos estas famílias através das indicações que nos foram fornecidas pelas estruturas do bairro (primeiro a secretária do bairro e posterior, chefes dos respectivos quarteirões).

O tipo de amostragem acima apresentada por si só não responde de todo, o conjunto de critérios usados durante a pesquisa, por isso, aliado àquele foi também usado a *amostragem por acessibilidade ou por conveniência*. Em que seleccionamos os elementos que tivemos acesso, admitindo que estes poderiam, de certa forma, representar o universo. Este tipo segundo Gil (1999) aplica-se sobretudo em pesquisas qualitativas em que não é requerido elevado nível de precisão. Este tipo de amostragem, para a nossa pesquisa ajudou também nos momentos em que o casal identificado pelo chefe do quarteirão não fosse disponível para conversar connosco, daí a escolha de um outro casal em substituição deste.

De salientar que tratando-se de um bairro grande, o qual contém 77 quarteirões e dois anexos (quarteirão 4 a e 49 a, neste último encontra-se construções de luxo em que os respectivos proprietários consideram-se como parte de um suposto bairro “Sommersshield 2”, que não existe na divisão administrativa da cidade, mas sim o bairro Sommersshield que pertence ao distrito

municipal KaMpfumo, e o bairro Polana Caniço que pertence ao distrito municipal KaMaxaquene). Assim, foram seleccionados 8 quarteirões (o Quarteirão 10, 11, 27, 37, 49, 50, 64 e 73).

A selecção dos quarteirões seguiu a linha das extremidades, ou seja, estes quarteirões encontram-se nos extremos e no centro do bairro, onde em cada um dos 8 identificamos um casal com a indicação dos chefes dos mesmos quarteirões. Porém, depois de traçarmos o modelo da escolha dos quarteirões (das extremidades e centro do bairro) com o qual admitimos que podia de alguma forma representar o universo, a identificação dos mesmos quarteirões foi possível com ajuda e indicação da secretária do bairro.

Deste modo, torna-se relevante ressaltar que, pensando no anonimato dos nossos entrevistados, os nomes aqui apresentados são fictícios ou imaginários tendo sido atribuídos de forma aleatória. Contudo, propusemo-nos a fazer o levantamento da renda mensal dos jovens casados para uma melhor análise com o conhecimento da sua condição económica, mas infelizmente não pudemos ter acesso a este dado, enfrentamos dificuldades na sua busca por falta de conhecimento dos próprios entrevistados. Daí que, a saída encontrada imediatamente no terreno, foi o levantamento dos gastos mensais do próprio casal, os quais apenas nos deram valores aproximados da renda e não a realidade como tal.

Capítulo IV: Perfil Sociodemográfico e Económico dos Jovens Casados que Permanecem na Casa dos Pais

Gostaríamos de iniciar o presente capítulo, com uma pequena descrição do bairro onde foi feito o levantamento de dados que permitiram o resultado que se apresenta neste trabalho. Assim, o bairro Polana Caniço “A” é parte da divisão do bairro maior, o bairro Polana Caniço que segundo a divisão administrativa da cidade pertence ao distrito municipal KaMaxaquene na periferia da cidade de Maputo. O bairro Polana Caniço, está dividido em duas partes, Polana Caniço “A”, onde fizemos a presente pesquisa e Polana Caniço “B”, cada uma das partes com seus respectivos representantes, seu círculo e secretário.

Os quarteirões do bairro Polana Caniço particularmente do Polana Caniço “A” são bastante grandes chegando a englobar 3 vezes ou mais, o número de habitantes estipulado como norma padrão de número de habitantes e famílias para um quarteirão. Quando analisado o número de famílias tendo em conta que uma casa chega a ser constituída por pelo menos 4 famílias olhando para os jovens que se casam e não saem da casa dos pais, a realidade é totalmente contrária e surpreendente, que até escapa da percepção dos próprios dirigentes e representantes do bairro (secretário e chefes dos quarteirões).

Deste modo, torna-se importante referenciar antes de mais, que o trabalho contou com uma amostra de 16 indivíduos correspondentes a 8 casais de jovens vivendo na casa dos pais, tendo sido entrevistados ambos os cônjuges porém, em separado. O número de famílias corresponde ao igual número de quarteirões seleccionados para a pesquisa.

Assim, podemos apresentar a distribuição dos casais subdivididos em sexo, idade e o número do quarteirão, em que cada um foi localizado e/ou identificado. Por isso, para uma melhor organização e leitura dos dados vamos apresenta-los em forma de uma tabela, como se mostra a seguir. De referir que a enumeração dos casais (que a seguir se mostra) obedeceu a ordem das entrevistas e os nomes aqui apresentados são fictícios já que não fizemos o levantamento dos nomes reais.

Tabela número 1: (Sobre a identidade dos entrevistados).

	Sexo	Nome	Idade	Nº do Quarteirão
1º Casal	Masculino	Lucas	20	Quarteirão 64
	Feminino	Amélia	18	
2º Casal	Masculino	João	32	Quarteirão 10
	Feminino	Maria	31	
3º Casal	Masculino	Mateus	27	Quarteirão 73
	Feminino	Joana	23	
4º Casal	Masculino	Pedro	30	Quarteirão 49
	Feminino	Flora	27	
5º Casal	Masculino	Carlos	29	Quarteirão 37
	Feminino	Ana	26	
6º Casal	Masculino	António	29	Quarteirão 50
	Feminino	Júlia	24	
7º Casal	Masculino	Isaac	34	Quarteirão 27
	Feminino	Lúcia	26	
8º Casal	Masculino	Jacob	30	Quarteirão 11
	Feminino	Laura	25	

Os entrevistados encontrados no terreno, tem idades compreendidas entre 18 a 34 anos de idade. A idade mínima é do Lucas e Amélia, cujo casamento tem a duração de 3 anos e a idade máxima é do Isaac e Lúcia, cuja duração do casamento é de 4 anos. Assim, a Amélia tem a idade mínima (esposa no casal 1), e o Isaac tem a idade máxima (esposo no casal 7). Analisando as idades em função dos casais no sentido de verificar o casal mais velho e novo em função das suas idades apenas, temos o primeiro casal como o mais novo (com 18 e 20 anos de idade) e temos o casal número 2 como o casal mais velho (com 31 e 32 anos de idade), embora exista o casal número 7 com 34 anos do esposo a sua esposa tem idade inferior a esposa do casal nº2, por isso, em termos de idade dos indivíduos entrevistados o esposo do casal 7 é o mais velho mas como casal, o mais velho é o segundo. Assim, em forma de tabela avançamos outros elementos sobre o perfil dos casais entrevistados, como a seguir se apresenta.

Tabela número 2: (sobre a descrição dos nossos entrevistados).

Nºdo casal	Naturalidade	Nível de escolaridade	Profissão/Ocupação
1	Lucas, Maputo cidade	7ª Classe	Trabalhador, Conta própria
	Amélia, Maputo cidade	5ª Classe	Estudante/doméstica sem salário
2	João, Maputo cidade	Bacharelato	Técnico Planificador físico/ e Estudante
	Maria, Maputo, Marracuene	12ª Classe	Desempregada
3	Mateus, Maputo cidade	10ª Classe	Ajudante de despachante aduaneiro e Negociante
	Joana, Maputo cidade	10ª Classe	Estudante/ doméstica sem salário
4	Pedro, Maputo cidade	3ª Classe	Pedreiro
	Flora, Maputo cidade	7ª Classe	Doméstica sem salário
5	Carlos, Maputo cidade	9ª Classe	Trabalhador Conta Própria
	Ana, Maputo cidade	6ª Classe	Estudante/ doméstica sem salário
6	António, Maputo cidade	8ª Classe	Pedreiro
	Júlia, Póvncia de Gaza, Xibuto	6ª Classe	Doméstica sem salário
7	Isaac, Maputo cidade	10ª Classe	Não responde
	Lúcia, Maputo cidade	9ª Classe	Doméstica assalariada
8	Jacob, Maputo cidade	11ª Classe	Segurança
	Laura, Maputo cidade	12ª Classe	Trabalhadora, Conta Própria

Como se vê na tabela acima, todos os jovens entrevistados são originários da zona sul do país, destes um pouco mais de 90% são originários da província e cidade de Maputo. Todos homens entrevistados têm sua origem na periferia da cidade de Maputo, concretamente no bairro em que se encontravam até a data da entrevista (Polana Caniço “A”). Quanto à origem das mulheres, com a exceção da Maria e da Júlia que vem dum dos distritos de Maputo e província de Gaza respectivamente, todas outras 6 são originárias da periferia da cidade de Maputo. Destas, sendo 3 originárias do mesmo bairro, Polana caniço “A”, o que mostra que mudaram apenas de casa e/ou quarteirão e as outras 3 vem de bairros próximos a Polana caniço “A”, como é o caso de Chamanculo, Maxaquene e Ferroviário.

Quanto ao nível de escolaridade, pudemos verificar que a maioria dos jovens termina os estudos antes de ingressar para o ensino superior e muitos deles não chegam a concluir nem o ensino médio. Na tabela acima, mostra-se que apenas o João com 32 anos, está a frequentar o ensino superior, o qual é estudante do 4º ano da Universidade Pedagógica do curso de Gestão Ambiental, Planificação e Desenvolvimento Comunitário (GAPDC). Alias, este é o único jovem (sexo masculino) que continua estudando os outros pararam antes da 12ª classe. Somente a Maria (31 anos) e a Laura (25 anos) concluíram o ensino médio, 3 continuam com os estudos e as outras 3 pararam. Contudo, a profissão mais predominante nas mulheres é a doméstica com e/ou sem salário e nos homens é de trabalhador por conta própria (vendedor e pedreiro).

Os que pararam de estudar, quando questionados sobre as razões, as respostas foram variadas sobretudo nos homens, o Mateus alegou o factor tempo, que não era compatível com o trabalho por isso teve que abandonar a escola. O Pedro, o factor foi doença, a qual sempre lhe atacava quando chegasse à escola e de volta a casa a saúde retornava. Para o Carlos, António e o Jacob foi devido a condições precárias para sustentar os estudos. Entretanto, regra geral, pudemos perceber que os jovens abandonam a escola para passar a desempenhar actividades remuneráveis para o “sustento da família”. Para o caso das jovens, elas foram unânimes ao se referir ao factor casamento, pois tiveram que deixar a escola logo que entraram na casa dos maridos. Como se expressaram duas jovens: “lar é outro mundo” (Maria: 31 anos, casal número 2), e a Flora de 27 anos, casal número 4: “Lar e escola não combinam nem um pouco, ou é uma ou é outra”.

Deste modo, no bairro Polana Caniço “A” as mulheres diferentemente dos homens apresentam níveis de escolaridade superiores (encontramos pelo menos 2 com o ensino médio completo). Apesar de terem que deixar os estudos para dedicar a vida ao marido, filhos e família no geral, elas são as que em número elevado continuam indo a escola com todas as dificuldades que enfrentam por estarem em outra família diferente da sua de origem.

Quanto a ocupação/ profissão, percebe-se que o trabalho informal ocupa grandes percentagens nas ocupações dos jovens casados do bairro. Os jovens (sexo masculino), até os que aparentemente desempenham uma função formal estão também envolvidos em negócios e outros trabalhos informais. O trabalho informal desempenhado pelos jovens iniciou como provisório enquanto não conseguissem um emprego, o que não ocorreu, assim, o provisório tende a se

tornar definitivo. Portanto, geralmente os membros das famílias particularmente os jovens casados do bairro Polana Caniço “A”, dedicam-se a outras actividades como forma de contribuir na renda doméstica.

As mulheres, grosso modo delas dedicam-se ao trabalho doméstico sem salário, poucas desempenham esta actividade com salário. As três esposas que continuam estudando, dividem o seu tempo entre escola e trabalho doméstico. Este facto também foi observado pela WLSA (1998) e Brás (2010), que sustentam que o mesmo vai se reflectir na remuneração que ambos sexos auferem e no acesso aos serviços oferecidos pela cidade, principalmente a aquisição da casa. Porém, os autores frisavam o facto de as mulheres estarem em minoria nos trabalhos assalariados formais, mas o que nós constatamos no terreno é que do universo de 8 correspondente a 100%, a maioria delas (7 que corresponde a 87.5%) do bairro em análise, não se dedicam nem a actividades informais, apenas são domésticas sem remuneração alguma. Assim, em uma tabela, apresentamos outros dados dos jovens em análise:

Tabela número 3: (sobre Características do casamento que envolve os nossos entrevistados).

	Modalidade do casamento	Tempo do casamento	Nº de filhos do casal
1º Casal	União de facto	3 Anos	1
2º Casal	União de facto	9 Anos	2
3º Casal	Tradicional (Lobolo)	3 Anos	1
4º Casal	União de facto	8 Anos	2
5º Casal	União de facto	7 Anos	3
6º Casal	União de facto	3 Anos	1
7º Casal	União de facto	4 Anos	1
8º Casal	Oficial (Religioso e Civil)	5 Anos	1

Quanto a modalidade do casamento, verificamos que no conjunto das famílias entrevistadas no bairro Polana Caniço”A”, existe uma pluralidade de uniões matrimoniais, sendo a mais predominante a “União de facto”, ou seja, na maioria dos nossos entrevistados a sua união não obedece qualquer tipo de formalização. Apenas dois casais (correspondentes a 25%) cumpriram com a formalização do matrimónio dos quais, um com o tradicional (lobolo) e outro com este e o oficial. Os dois casais encontram-se no grupo dos que estão casados no período igual e inferior a

5 anos. Assim, 75% dos jovens entrevistados não formalizaram de nenhuma das formas a sua união, o que mostra que quanto mais tempo passar sem a formalização da união a probabilidade dela vir a ocorrer reduz-se.

Na actualidade, geralmente os jovens não se casam ou não chegam a morar juntos espontaneamente e por vontade própria mas sim por “obrigação”. Isto porque quando questionados os entrevistados do porquê se casaram? Excepto casal número 3 que conversou e decidiu unir as famílias e formalizou a união pelo lobolo, todos outros 7 casais (correspondentes a 87.5%), foram unânimes em afirmar que não foi algo programado mas sim, como chamam os próprios jovens um “acidente”. Este apresenta-se em dois tipos: uns porque as esposas estavam grávidas e tiveram os jovens que ficar juntos, é o caso dos casais (1, 2 e 8), de lembrar que o casal 8 foi o único a oficializar a união, tendo partido também de uma gravidez. E os outros, foi por falta de controlo do tempo de regresso à casa no período do namoro, desses uns sem intenção (casal, 4 e 7) e outros intencionalmente para poder ficar juntos sem ter que esperar pela formalização (casal, 5 e 6). Podemos nos apoiar nos depoimentos de alguns deles:

“Eu casei com ele porque tive medo de voltar para casa dos meus pais depois de passar a noite na casa do meu namorado” (Flora: 27 anos, casal nº 4).

“Me casei por ambição de querer estar no lar, nem estava preparada mas queria sentir o que as outras amigas sentiam (...) também queria ser valorizada e fazer ver a minha tia que eu podia (...) (Ana: 26 anos, casal número 5).

No casal número 8, o único que oficializou o casamento no civil e na igreja, mostramos o facto de igualmente ter referido que o motivo do casamento foi acidente do tipo gravidez da esposa, como explica a própria esposa:“ (...) Quando fico grávida, meu pai descobre e por causa das regras da nossa igreja (Assembleia de Deus) e da posição do meu pai lá, meu marido foi obrigado a casar na igreja e no civil” (Laura: 25 anos, casal número 8).

Nos casais entrevistados verificamos que existe uma tendência do número de filhos dos próprios jovens ser reduzido em comparação com o número de filhos que seus pais tiveram. A moda é de 1 filho por casal, e analisando os casais que tem mais de 1 filho e o tempo do casamento dos mesmos, podemos perceber que em média, na maior parte dos casos em cada 4 anos o casal nasce um filho. O que podemos observar analisando os que estão casados num período de 3 a 5 anos (casais 1, 3, 6, 7 e 8) os quais tem apenas um filho e os que estão num período de 8 a 9 anos

de duração do casamento (casais 2 e 4) os quais tem apenas 2 filhos. Entretanto, 87.5% dos jovens casados tem entre 1 e 2 filhos num período de 3 a 9 anos de duração do casamento.

Assim, a realidade actual no caso estudado revela uma mudança de regras e da valorização da formalização do casamento por parte dos jovens, o que pode ser observado pelo facto dos mesmos, optarem pela união de facto que de certa forma é decidida pelos dois à revelia da família e esta só vem a saber como modo de tranquilização e conhecimento do paradeiro da filha. Quanto a família do jovem, esta só vem a saber como forma de receber mais um membro na família. Independentemente de ter estado grávida, de ter sido intencional ou não o motivo da união do casal, todos estes estavam conscientes do que poderia advir da sua atitude pois compartilham de normas e regras do meio em que cresceram. Como se refere Giddens (2005), as pessoas estão optando cada vez mais por viverem juntas antes do casamento, até mesmo preferindo isso a se casar.

A questão de mudanças de regras do casamento foi também referenciada por Trindade (2000), o qual mostra que o casamento tradicional africano acertado previamente entre as duas famílias envolvidas, sendo portanto o resultado de uma vontade colectiva, cede lugar ao acordo e à vontade particular e individual dos noivos. Uma das grandes provas seria a substituição gradual do “lobolo” tido como o garante do mesmo e como uma compensação que se dá à família da noiva pela perda do seu membro.

Entretanto, no nosso entender, a lógica da cidade está ligada a desvalorização da formalização do casamento pelo facto de tudo ter seu preço, e requerer dinheiro até a formalização do matrimónio. Facto que também contribui para a redução do número de filhos por casal. Podemos nos apoiar em Simmel (1979), quando afirma que os efeitos da industrialização e monetarização da economia trouxeram uma nova estrutura social na cidade. Estes assumiram um carácter calculista, em resposta a uma economia de dinheiro que trouxe para as pessoas a dimensão da avaliação, do cálculo em termos quantitativos os valores qualitativos. Assim o espaço urbano é um espaço da racionalidade, do capital, onde tudo se compra e sempre coloca-se a questão, *quanto?*

Assim, verifica-se uma mudança nas normas e principalmente, no comportamento dos jovens casais em relação ao casamento, os quais começam a agir a partir da própria capacidade

reflectida, operando deste modo, mudanças nas regras da instituição família. Este facto sugere-nos teoricamente, que os jovens casados embora tenham conhecimento das normas do casamento e sobre a história da sua família sobre o assunto, eles começam a questionar tais normas procurando acima de tudo enveredar por uma transformação social (Schutz, 1979).

Os amigos de infância dos jovens casados são dos bairros em que os entrevistados nasceram, ou seja, pertencem também ao bairro Polana Caniço (tanto A quanto B) e actualmente, a maioria destes amigos também estão casados, continuam no mesmo bairro e permanecendo igualmente com os seus pais. É com os mesmos amigos que os jovens casados participam dos diversos divertimentos modernos e passam uma parte do seu tempo livre.

“Todos meus amigos de infância, hoje estão casados continuam na zona e também na casa dos pais...a minha relação com eles é muito boa. Continuam sendo os mesmos amigos de hoje e somos todos da mesma igreja...casamos nos mesmos lugares.” (João, esposo no casal nº2)

Tabela número 4: (Sobre o sonho de infância dos jovens).

Homens	Sonho de Infância dos Jovens casados	Sonho actual
Casal 1	Ter carro, casa e casar	Ter casa própria
Casal 2	Arquitecto e ter filhos	Voltar para a arquitectura
Casal 3	Transportar o presidente da república “nas motos”[sic]	Sucessos no seu negócio
Casal 4	Não tinha sonho	Sem sonho
Casal 5	Funcionário do aparelho do Estado	Voltar à escola
Casal 6	Motorista	Continua sendo o mesmo
Casal 7	Ter carro e me casar	Ser feliz
Casal 8	Cantor famoso	Continuar estudando

No sonho dos homens existe uma tendência ao cargo de motorista, a explicação desse caso encontra-se nas próprias relações de género, nos papéis construídos culturalmente para homens e mulheres que através deles, o homem ainda criança brinca com o carrinho que ele próprio faz ou é dado de presente pelos pais. O que se vai reflectir nos sonhos da própria criança que começa ainda cedo a imaginar o verdadeiro carro para ser motorista de profissão apenas ou mesmo a aquisição de um carro próprio. Assim, à medida que vão crescendo, descobrem outras actividades variadas para o próprio sustento e aquele sonho torna-se numa necessidade por

satisfazer por meio do que é ganho em outras actividades. Quanto aos sonhos actuais, existe uma tendência dos jovens casados (masculinos) não apresentarem um sonho concreto em termos de cargos e tarefas profissionais. O que faz parecer haver um certo descontentamento, uma falta de ambição, frustração e sem esperança alguma de um dia vir a ter uma profissão.

Tabela número 5: (Sobre o sonho de infância das jovens).

Mulheres	Sonho de Infância dos Jovens casados	Sonho actual
Casal 1	Contabilista	Estudar, ser feliz com a família
Casal 2	Doutora, enfermeira, trabalhar no hospital	Mesmo sonho
Casal 3	Psicóloga	Se formar e ter casa própria
Casal 4	Contabilista	Ter emprego e casa própria
Casal 5	Modelo	Médica/ trabalhar na electricidade
Casal 6	Professora	Viver bem e ter própria casa
Casal 7	Advogada e/ou diplomacia	Voltar à escola e ser jornalista
Casal 8	Professora	Me formar em uma área

No caso das mulheres, na categoria de sonho de infância, existe uma diversidade de profissões, a repetição das profissões é quase nula terminando em duas pessoas com o mesmo sonho. Porém, a uniformização dos sonhos verifica-se no período actual (pós casamento), reflectindo-se no desejo da maioria em querer casa própria. Este facto, tem também a ver com as relações de género, onde à menina reserva-se a cozinha, a roupa para lavar e os cuidados da casa, por isso já casada ela sonha com a própria casa para poder cuidar.

A tendência dos homens ao cargo de motorista e de mulheres a casa própria de infância e actual respectivamente, que consideramos ter a ver com as relações de género, tais relações reproduzem-se nas profissões e ocupações actuais de homens e mulheres que também são definidos culturalmente. Como mostrou Brás (2010), que as ocupações masculinas estão associadas a “actividades masculinas”, como pedreiro, carpinteiro, jardineiro, pintor, etc. As actividades femininas estão igualmente vinculadas às funções de doméstica, babá, costureira, cozinheira, ou seja, relacionadas às actividades que ocorrem orientadas à reprodução familiar. Contudo, no geral, o sonho de infância não é concretizado pelos jovens. Todos estão a exercer actividades que nada tem a ver com o que sonharam quando crianças. Este facto pode ser

observado fazendo uma análise das tabelas nº3, nº4 e a 5 com a tabela Nº2, aqui olhando principalmente para as categorias das profissões e ocupações.

Nos jovens casais pudemos captar valores do grupo social em que os mesmos cresceram e que assimilaram a partir da transmissão do conhecimento que os pais passaram para eles, e as respostas foram variadas mas convergem ao mesmo ponto: estudar, respeito aos mais velhos, trabalhar, sinceridade, verdade nas palavras, amor ao próximo, o significado de uma família, aprender a cuidar de uma família, como ser bom pai, como cuidar dos irmãos, responsabilidade, cozinhar, entre outros. Assim, percebe-se que o meio social em que os jovens cresceram valoriza-se acima de tudo o amor fraternal que passa pelo respeito aos mais velhos, tal significa ouvir o que os mais velhos dizem e seguir literalmente com a finalidade de se garantir a unidade familiar, a qual é mantida pela transmissão do conhecimento sobre o significado da família. Este facto pode ser percebido também por meio das regras que eram impostas na casa que são: voltar sempre cedo para casa, ir à igreja, obediência, saudar sempre os mais velhos, não ter amigos estranhos, respeito à hora do jantar, andar sempre limpo, entre outras.

Questionados se existe alguma diferença (financeira) entre a vida que levam hoje e a dos pais quando os mesmos jovens eram crianças, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que, as condições económicas nas quais vivem são bem melhores em relação às dos pais quando os jovens eram crianças. Pois agora estão bem e sem razões de queixa, o facto de estarem casados e a viver com suas esposas na casa dos pais nada muda a sua relação com os pais e irmãos e nem na sua vida. Alguns como casal número 3 e 7 afirmam que a vida é óptima. Podemos avançar alguns exemplos dos próprios entrevistados:

“Antes os meus pais tinham que pedir comida aos meus avós mas hoje conseguimos nos sustentar e estamos bem” (Lucas: 20 anos, casal número 1);

“A vida agora está razoável porque consigo ajudar os meus pais” (Pedro: 30 anos, casal número 4);

“Agora está bem melhor, principalmente porque trabalho e estudo, meus pais nem estudaram” (João: 32 anos, casal número 2).

O Período de férias, foi outro elemento que procuramos apurar, férias do período escolar anterior ao casamento e férias actuais, escolares e/ou do trabalho aos que desempenham essas funções. Assim, foi possível saber que nas férias anteriores ao casamento, principalmente da escola

primária, os entrevistados passavam-nas na casa dos tios na mesma cidade e ajudavam nas tarefas domésticas e do sustento da casa. Já na actualidade, os que fazem conta própria e os pedreiros afirmam nunca ter férias e dificilmente saem da cidade. Os outros trabalhadores e estudantes afirmam visitar tios e avós e por vezes saem da cidade para Gaza e Inhambane de visita a outros parentes.

Os tempos livres/ lazer dos jovens casados, regra geral são passados em casa na conversa entre os membros da família. Para os homens já que continuam no seu bairro de origem estão lá os seus amigos, assim, dividem o tempo entre a família e amigos. Há quem responde a questão sobre o lazer da família da seguinte forma: “a família se não vai à igreja não se sente realizada, a igreja é o lazer e dever, se concretiza este dever e vai ao Xitique familiar, a família é alegre” (João: 32 anos, casal número 2).

No caso de doenças, todos os membros da casa cuidam dos doentes, contudo, tem sido as mulheres que tem faltado ao trabalho para ficar com aqueles caso a doença assim exija. No caso em que o doente fique de baixa no hospital, e se precise de alguém da família para ficar com ele, tem sido sempre as mulheres (trabalhando ou não) que ficam com doentes. Enquanto isso os outros membros da casa procuram ajudar de outro modo, indo trabalhar, levando alimentação e cuidando da casa, quem tiver dinheiro ajuda os que não tem até que ultrapassem a difícil situação. Os homens alegam o factor tempo para desempenhar esta função que é sempre a mulher que sacrifica o seu emprego e tarefas diárias no caso de doenças em casa.

Tabela número 6: (Sobre a situação familiar na casa).

	Nºde famílias na casa	Nºtotal de membros da casa	Gasto mensal do casal	Religião
1º Casal	2	11	2500-3000	Zione
2º Casal	3	12	10000-12000	Zione
3º Casal	2	7	12000-15000	Betesda
4º Casal	4	14	Não respondem	Zione
5º Casal	3	11	6500-7000	Sem Religião
6º Casal	2	11	7000-7500	Sem Religião
7º Casal	2	6	5000-6000	Zione
8º Casal	3	11	5000-7000	Católica

Como se pode observar na tabela acima, existe uma diversidade na composição das habitações com jovens casados no Bairro Polana Caniço “A”. O número dos membros da casa chega a atingir 14. Assim, o número total dos membros da casa varia em ordem inversa ao número de famílias da mesma casa, dito de outro modo, quanto mais elevado for o número de jovens casados nessa casa maior vai ser o número de membros dessa mesma casa. Nas casas onde encontram-se 3 a 4 famílias, significa que para além do casal de jovens que entrevistamos e seus pais e irmãos, existe(m) outro(s) irmão(s) na mesma casa que também esteja(m) casado(s) e permanece(m) na casa dos pais.

Nos casais pertencentes às casas com duas ou três famílias, existe uma particularidade que em certas casas explica o número de membros e das famílias colocando a hipótese de o número vir a aumentar com o tempo. Ora, os jovens que entrevistamos são nestas casas, filhos únicos do sexo masculino e/ou filhos mais novos ou ainda mais velhos, estes últimos têm outros irmãos do mesmo sexo ainda solteiros, que vindo a casar-se, certamente irá subir o número de famílias e conseqüentemente o número dos membros da casa.

Podemos esclarecer esse facto, subdividindo os casais: o Lucas, o António e o Jacob são na casa filhos mais velhos, e desses, o António por exemplo, considera-se o chefe da família por este motivo e não só, os seus pais encontram-se na África do Sul a trabalho, e ficou com ele a responsabilidade pelos irmãos mais novos ainda solteiros; o João e o Mateus são filhos únicos (do sexo masculino) dos pais por isso vêm-se na condição de cuidar das irmãs e do pai, como eles mesmo explicam:

“Meu pai antes se aguentava e hoje ele está velho, por isso, os filhos devem tomar posse de tudo e hoje aqui, estamos muito bem” (Mateus: 27 anos, casal número 3).

“Sempre terei que olhar para trás independentemente de onde eu estiver porque já sou o chefe desta família e terei que olhar pelas minhas irmãs, o meu pai já está velho” (João: 32 anos, casal número 2).

No casal número 7, o Isaac é na casa o filho mais novo dos seus pais, todos seus irmãos tem suas próprias casas, ele ficou com o seu pai, que tem outra casa em Palmeira. O qual apenas vive ali devido ao trabalho. O jovem está no segundo casamento com 3 filhos, sendo um do casamento actual, considera-se dono da casa e todos seus irmãos que estão fora assim o dizem por ser mais novo e ali deve permanecer.

Quanto ao Pedro e Carlos, eles têm irmãos tanto mais velhos assim como mais novos, casados e solteiros, o que provavelmente poderá subir o número de jovens casados na casa quando estes irmãos virem a casar-se. Uma vez que faz parte do seu meio social, casar e permanecer na casa dos pais pois, todos olham para o fenómeno como algo natural e normal e que não atrapalha em nada no seu dia-a-dia. Os jovens casados permanecem na casa dos pais porque desde a época dos seus avós os jovens que se casavam permaneciam na casa dos pais, formando assim famílias alargadas.

Em termos de gastos mensais, queremos frisar que aqueles são gastos do casal na casa e não do total dos membros da mesma. Esses gastos referem-se às despesas do dia-a-dia, durante o mês, contando que todos referiram participar das despesas da casa, uns de forma parcial (casais 1, 8), em outros há distribuição por igual (casais 2 e 4) e outros ainda de forma quase completa (casais, 3, 5,6,7).

Os que participam de forma parcial são os que seus pais fazem o rancho mensal da casa, o dinheiro que os jovens conseguem serve apenas para ajudar caso falte algum produto na cozinha, serve para comprar objectos pessoais para o quarto do casal assim como para as necessidades próprias. Os segundos, todos que trabalham na casa contribuem para o rancho e outras despesas e a distribuição pode ser por um valor mensal ou alimentos tirados diariamente e os últimos, os jovens custeiam praticamente com todas as despesas da casa, os seus pais de vez em quando ajudam-nos mas regra geral, são os próprios jovens casais que garantem o sustento da casa.

Desta forma, 50% dos jovens gastam mensalmente um valor que se encontra no intervalo de 5000 à 7000 Mts e 25% enquadra-se nos 12000 à 15000 Mts, dos restantes 25%, 12.5% pertence aos que gastam até 3000 Mts. Para dizer que os jovens casados que permanecem com os seus pais não constituem um grupo homogéneo com características iguais, principalmente quando analisados de acordo com a sua renda mensal, o que pode ser claramente observado na tabela acima na categoria dos gastos mensais. Assim, percebe-se que os jovens gastam por mês entre um pouco mais de seis (6) salários mínimos do aparelho do Estado, onde 50% gastam um pouco mais de 3 salários mínimos, os 25% entre 5 a 6 salários mínimos actuais do Aparelho do Estado e somente um casal gastando um pouco mais que o valor do salário mínimo (o outro casal, sem dados). Quanto à religião, percebemos que 50% dos jovens pertencem à religião Zione, 25% não

professam nenhuma religião, contudo, acreditam na existência de Deus e afirmam ter professado alguma mas no momento alegam o factor tempo como entrave para continuar a ir a igreja.

4.1. Caracterização das Condições Habitacionais dos Jovens Casados

Nesta parte vamos descrever as condições em que os jovens casados vivem na casa dos seus pais, em termos de disposição do espaço, da casa e de alguns bens que achamos pertinente averiguar se os jovens possuem ou não para melhor compreendermos do assunto em análise. Assim, em forma de tabela vamos apresentar algumas das categorias desta secção:

Tabela número 7: (Sobre o lugar onde dorme a família do casal na casa dos pais).

	Na casa principal	Na dependência	Uns na principal e outros na dependência	Nº de Divisões da mesma
Casal 1	Sim	—	—	2 Quartos e 1 sala
Casal 2	—	Sim	—	1 Um quarto
Casal 3	—	Sim	—	1 Um quarto
Casal 4	—	Sim	—	1 Quarto e 1 sala
Casal 5	—	Sim	—	1 Quarto e 1 sala
Casal 6	Sim	—	—	5 Quartos e 1 sala
Casal 7	Sim	—	—	3 Quartos e 1 sala
Casal 8	—	Sim	—	1 Um quarto

Do total de 8 casais correspondentes a 100%, 5 casais que correspondem a 62.5% dormem em dependências construídas na casa dos seus pais. Apenas 3 casais com 37.5% dormem na casa principal, ou seja, na casa construída total ou parcialmente pelos pais dos jovens. Assim, nota-se que em algumas ocasiões não são somente os quartos que servem para dormir, pois as salas também nas noites são transformadas em locais para dormir, podemos ver isso, analisando o casal número 1, que dorme na casa principal, a qual tem apenas 2 quartos e uma sala contendo 11 membros, nos quais 4 formam dois casais, os pais dos jovens e os próprios jovens casados, estes ocupam os dois quartos, restando a sala para o resto da família. Antes dos jovens se casarem, o quarto que hoje ocupam era ocupado por todos os filhos da casa, mas quando este se casou os outros irmãos do jovem tiveram que ceder o quarto ao novo casal.

Os jovens casados que tem terreno e/ ou casa própria fora da casa dos pais (estamos a falar de um total de 62.5%), na casa dos pais onde permanecem, vivem em dependências, ou seja, os jovens que já tem sua casa construída e os que tem terreno, construíram dependências na casa dos seus pais e é nelas onde a sua família dorme. A percentagem de jovens em dependências pode ser considerada também como sendo igual a 75%, pois existe um casal dos que tem casa própria (Isaac e a Lúcia) que na casa dos pais vive na casa principal com os seus pais e sua própria família.

Entretanto, a razão deles estarem na casa principal é que lhes coloca no grupo dos que estão em dependências, na medida em que, a casa principal tem actualmente uma sala, 3 quartos e uma cozinha, desses compartimentos, apenas um quarto e uma sala foi construído pelo seu pai, os outros 2 quartos e a cozinha foi o Isaac quem aumentou, ou seja, ele preferiu, já que o pai lhe ofereceu a casa para daqui não sair, preferiu aumentar a casa principal ao invés de fazer uma dependência, razão pela qual ele se encontra na casa principal com a sua família.

As dependências construídas pelos casais variam em dois tipos: existem as de uma divisão, que corresponde apenas a um quarto e outras com duas divisões correspondentes a um quarto e uma sala. De referir que nem todas estas dependências foram construídas pelos casais existem as que os seus pais fizeram antes dos jovens se casarem, contudo, os casais que se encontram nessa categoria afirmam terem ajudado os seus pais a terminar ou aumentar a casa principal para poderem ficar com a dependência, temos o exemplo do João e a Maria, casal número 2.

Regra geral, o casal usa o mesmo espaço para dormir junto com os seus filhos, ou todos os membros na dependência ou todos na casa principal. Por este facto não existe uma distribuição dos membros da família do casal entre a casa principal e a (s) dependência (s) pois, todos usam o mesmo espaço para dormir e guardar os seus objectos. Entretanto, existe outro factor comum nas construções das casas em que vivem estes casais do bairro Polana Caniço “A”, tanto as dependências quanto as casas principais, todas têm características comuns, tais características podemos apresenta-las junto a outros elementos em forma de tabelas, que a seguir se apresenta:

Tabela número 8: (Sobre o tipo de casa onde moram os entrevistados).

	Tipo de casa	Cobertura da casa	Pavimento	Paredes
Casal 1	Básica	Chapa de zinco	Cimento	Bloco de cimento
Casal 2	Básica	Chapa de zinco	Cimento	Bloco de cimento
Casal 3	Básica	Chapa de zinco	Tijoleira	Bloco de cimento
Casal 4	Básica	Chapa de zinco	Cimento	Bloco de cimento
Casal 5	Básica	Chapa de zinco	Cimento	Bloco de cimento
Casal 6	Básica	Chapa de zinco	Cimento	Bloco de cimento
Casal 7	Básica	Chapa de zinco	Cimento	Bloco de cimento
Casal 8	Básica	Chapa de zinco	Cimento	Bloco de cimento

Como se vê na tabela acima, todas as casas são do tipo básico⁷, compostas somente por quarto (s); outras por quarto (s) e sala; outras ainda, nos componentes indicados acrescentam a cozinha e/ou a varanda (s). Dificilmente se encontra uma casa que contém cozinha e casa de banho dentro, das casas visitadas nenhuma incluía essas características juntas. Entretanto, as casas do bairro Polana Caniço “A”, têm a cobertura de chapas de zinco, o pavimento é de cimento, e suas paredes são feitas por bloco de cimento.

Regra geral, as famílias do bairro Polana Caniço “A”, os indivíduos constroem habitações do mesmo tipo. Talvez pese o facto dos mesmos não apresentarem diferenças intrigantes em termos de renda mensal (excluímos aqui, os residentes dos quarteirões das casas da suposta “Sommersfield 2”, que não fizeram parte do nosso estudo). Assim, as casas do bairro são maioritariamente feitas de bloco de cimento, com o pavimento de cimento, com a cobertura de chapa de zinco, contendo quarto(s) e sala, algumas a estes anexam cozinha e/ ou a(s) varanda(s) e não apresentam casa de banho dentro.

⁷O INE (2007), tem tipologias de habitações particulares, dentre as quais, à casa básica, que refere-se a uma unidade habitacional que só tem quarto(s) e não tem casa de banho e ou cozinha, sendo construída com material durável.

Tabela número 9:(O casal tem os seguintes bens).

	Carro	Motorizada	Rádio	TV	Computador	Telf.fixo	Energia	Água	Internet
Casal 1	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
Casal 2	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Casal 3	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Casal 4	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
Casal 5	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Casal 6	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Casal 7	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
Casal 8	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não

Do total dos casais apenas 37.5% têm carros próprios, a maioria dos 62.5% não possui este bem, e nenhum tem motorizada. Contrariamente a este bem, existe uma tendência de todas as casas terem um televisor e rádio, isto porque, todos eles têm tanto rádio bem como televisor. O mesmo acontece para as categorias de energia e água, todas as casas tem esses dois elementos. O facto de todos terem TV e rádio, explica de certa forma o lazer dos mesmos que é passado em casa. Entretanto, são estes elementos que animam o lar durante os dias em que a família toda se encontra em casa.

Pudemos constatar que no total dos 75% de casais com casas próprias e/ou terrenos, a maioria correspondente a 62.5% não tem carro próprio e o inverso é válido, a maioria dos jovens que tem carros próprios não tem casas próprias nem terreno. A maioria dos entrevistados não tem o computador porém, deste número reduzido dos que possuem (37.5%) a maioria deles, são os que um entre o casal continua indo à escola, ou o marido ou a mulher.

Entretanto, a percentagem dos que têm o computador (37.5%) e dos que não possuem este bem (62.5) é claramente visível quando se fala da internet. E finalmente, uma esmagadora maioria não tem o telefone fixo, apenas 2 famílias de jovens casados ligaram e usam estes serviços, tais casais correspondem a 25% do total, assim 75% deste não tem e nem utiliza esses serviços.

Capítulo V: Significados Sociais dos Jovens em Relação à Aquisição da Casa própria, sua Saída e Permanência na Casa dos Pais.

Dentro do grupo de jovens casados do bairro Polana Caniço “A” existem diferenças, os jovens casais não constituem um grupo com mesmas características. Tais diferenças podem ser analisadas por exemplo, em função das suas idades, da duração das suas uniões com os seus pares de casais, em função da renda que pode ser claramente observada por meio dos gastos mensais, pelas condições habitacionais. E estas por sua vez, podem também ser observadas e compreendidas a partir do número de famílias na casa e posterior número total dos membros da casa, que é a soma total de todos os membros do total das famílias na casa.

Dos 8 casais correspondentes a 100%, apenas 1 casal (Jacob e Laura) que corresponde a 12.5% tentou uma vida independente dos pais, ou seja, somente este casal alguma vez saiu da casa dos pais para uma casa de aluguer, tendo voltado à casa dos pais, o motivo contrariamente a aparência não foram problemas financeiros mas sim problemas próprios de convivência do casal, que se resumem em discussões, desrespeito um com o outro e desentendimento mútuo. Questionados eles acusam-se:

“Já saímos para uma casa de aluguer, onde ficamos 2 anos (...), foi uma vida não agradável, discutíamos quase todos os dias porque minha mulher quando se zanga não se controla, ela acorda todos os vizinhos com o barulho que provoca, lá já estavam todos cansados...até que o dono da casa disse-me para deixarmos a casa (...) e voltamos para aqui” (Jacob:30 anos, casal número 8).

Por sua vez a esposa em defesa também acusa seu marido, embora concorde que havia desentendimento entre o casal: “Quando nos mudamos daqui as brincadeiras do meu marido aumentaram, ele passou a ficar mais tempo fora com os amigos, bebendo e sempre que lhe chamasse atenção discutíamos e ele não me ouvia mais e nem me respeitava” (Laura:25 anos, casal 8). Segundo o mesmo casal, antes foram a uma casa de aluguer e não a própria casa porque esta, não estava pronta na altura e pretendiam termina-la antes da mudança. Com esta informação surgiu-nos umas questões que consideramos pertinentes: depois da saída da casa de aluguer, por que voltaram para a casa dos vossos pais e não foram para a vossa própria casa?

“Por mim, estaríamos lá, tudo bem que as condições de estrada lá não são boas, para sair de lá para cá. Os “chapas” que circulam aqui lá não existem só caixa aberta, correndo o risco de sujar pelo caminho já que a estrada também é terra batida. Mas também meu marido não vai conseguir ir trabalhar, estudar e voltar para casa vivendo lá. Para além disso, acho que ninguém iria nos visitar lá de tão longe e se viajar em condições difíceis” (Laura:25 anos, casal número 8).

“Não é fácil tomar a decisão de viver só com a minha mulher, eu sofreria muito nas mãos dela. Quando saímos da casa de aluguer eu não aguentava mais por isso tive que voltar para a casa da minha mãe para ter um pouco de paz, de alegria e descansar um pouco, também para buscar ajuda da minha família, porque lá só com ela eu acabaria morto por suicídio ou mesmo doença, então voltei para minha família que sei que nunca me abandonará” (Jacob: 30 anos, casal número 8).

Entretanto, um número total de 7 casais correspondentes a 87.5% nunca saíram da casa dos pais, desses uns alegam a falta de condições para poderem adquirir casa própria, outros simplesmente que ainda não é altura certa contudo, a última justificação é comum nos jovens que já tem a casa própria e a primeira nos que tem somente terreno ou nem terreno ainda.

Este facto sugere-nos teoricamente que nem os próprios jovens percebem a situação a que estão a viver, a questão de permanência ultrapassa até a própria compreensão dos jovens que se encontram na casa dos seus pais. Assim, persiste o que Schutz (1979) denomina *atitude natural*, pois os jovens subordinam o seu comportamento à explicação e percepções do dia-a-dia. A quem explicou a sua permanência na casa dos pais da seguinte maneira: “Nunca saí porque não fui mandado embora, gostam de mim aqui por que sou filho da casa” (Pedro: 30 anos, casal número 4).

A questão da falta de condições para a aquisição da casa própria foi também considerada pelos autores consultados como sendo determinante para a permanência dos jovens casados na casa dos pais bem como o motivo do regresso dos jovens no geral, à família de origem. Tal análise pudemos encontrar por exemplo em, WLSA (1998), Brás (2010) e Giddens (2008).

O que pudemos constatar no campo é que a condição económica aparece como uma desculpa para explicar o que os próprios jovens pouco compreendem. Na medida em que, não permanecem na casa dos pais apenas os jovens casados sem casa própria, existem outros com casa própria há anos mas que nem têm claramente definida a data da sua saída para essas casas. O motivo para a permanência, encontra-se no próprio meio em que cresceram mas que a mesma explicação passa de percepção dos próprios jovens. Por isso, torna-se importante neste momento, apresentar a distribuição dos casais de jovens de acordo com a posse ou não da casa própria para podermos perceber melhor o que queremos dizer. Em forma de tabela, vamos mostrar os jovens que tem casa própria e /ou apenas terreno.

Tabela número 10: (Distribuição dos jovens em função da posse ou não do terreno e/ou casa própria).

	Casa própria	Terreno	Bairro	Quanto tempo
Casal 1	Não	Não	N/A	N/A
Casal 2	Não	Sim	Mulotana	Há 2 anos
Casal 3	Não	Sim	Matola Gar	Há 1 ano
Casal 4	Sim	Não	Bouquisso	Há 5 anos
Casal 5	Não	Sim	Mateque	Há 3 anos
Casal 6	Não	Não	N/A	N/A
Casal 7	Sim	Não	Khobe	Há 2 anos
Casal 8	Sim	Não	Mualaza	Há 7 anos

Do total de 8 casais (100%), apenas 2 correspondentes a 25% não têm um espaço com ou sem construção, contrariamente aos outros 75% compraram e têm terrenos, do último número, 3 casais que correspondem a 37.5% já têm suas casas construídas, ou seja, tem casas próprias. Curiosamente, nem estes casais com casas próprias sabem quanto tempo mais vão permanecer com os pais ou quando irão se mudar para as suas casas.

É de salientar que, todos os jovens que têm terrenos e /ou casas afirmaram terem comprado os terrenos e construíram e os outros estão ainda para construir, mas todos tiveram o espaço diante do pagamento do valor correspondente ao mesmo. São amigos, familiares e conhecidos que lhes fazem chegar a informação sobre a venda do espaço, o que faz com que alguns paguem o valor à prestações. Este facto contraria ao que está estipulado na lei sobre a forma de aquisição da terra no país, segundo a Lei (2008)⁸, a terra é propriedade do Estado, não deve ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada. O seu aproveitamento é direito de todo o povo moçambicano, sendo o Estado, o determinante das condições do seu uso e aproveitamento. Na prática verifica-se o contrário, existe a venda de terrenos a preços proibitivos principalmente nos bairros já parcelados e nos bairros próximos ao centro da cidade.

⁸Constituição da República 2004 (actualizada). Maputo: imprensa Nacional de Moçambique, 2008.

É verdade que a renda contribui em grande medida para a aquisição da casa própria por parte dos jovens casados tendo em conta que só o acesso ao espaço (terreno) contrariamente ao estipulado na lei de terras em Moçambique e na própria constituição da república, tem que se comprar, e posterior construção no mesmo. Então, tanto o primeiro quanto o segundo momento requerem somas avultadas para obter o resultado final que é uma casa. Analisando também, os gastos mensais dos casais (que não nos dão o valor da renda mas a partir daí, podemos ficar com uma ideia do que aproximadamente ganham num mês que pode-se afirmar que não seja muito distante dos gastos), é caso de verificar que adquirir casa própria constitui uma barreira olhando para o rendimento financeiro dos mesmos embora seja variado.

Contudo, a permanência dos casais na casa dos pais, mostra-se ser mais do que uma questão de renda ou condição económica. Existe um vínculo extremamente forte entre os jovens e sua família, o que é percebido a partir das normas transmitidas ao longo de gerações sobre o significado do casamento, de família, irmãos e pais. Existem normas e valores que os jovens foram transmitidos, os quais traduzem-se no significado que os mesmos atribuem a permanência e/ou separação com os seus pais. Portanto, a preferência dos jovens em permanecer na casa dos pais tem origem nos próprios processos históricos e sociais dos mesmos, reflectindo a própria organização sociocultural do meio em que os jovens estão inseridos.

Os argumentos em volta do que acima se expôs encontram-se arrolados a partir deste ponto. Entretanto, embora existam diferenças nos números apresentados na tabela número 10, é importante referenciar que todos os jovens casados pensam em sair da casa dos pais para a casa própria. Os mesmos, destacaram alguns bairros nos quais se fosse possível gostariam de construir neles, são os seguintes: uns gostariam de ter um espaço próprio no mesmo bairro, polana Caniço “A”, outros; CMC; Ferroviário; Matola e Bouquisso.

A opção pelos três primeiros bairros, justifica-se por ser perto da família de origem, perto do centro da cidade e por isso, facilitar a trajectória do dia-a-dia, escola, trabalho e casa, porém estes bairros encontram-se extremamente superlotados, não havendo lugar para novas construções. Os últimos dois bairros, justifica-se também por estar próximo, não da família mas sim do local de trabalho e/ou pela atracção apenas pelo espaço. Entretanto, são estes elementos que chamam os

jovens para um determinado espaço, o facto de ser próximo a família de origem, ser próximo ao local de trabalho, próximo ao centro urbano e finalmente a simples atracção pelo espaço.

O facto acima descrito foi-nos referenciado por Mutolo (2005), ao mostrar que no período pós-independência, muitos imigrantes da urbe preferiam permanecer nos bairros suburbanos como Polana Caniço “A”, por falta de condições para a compra de uma casa no centro da cidade enquanto os mesmos queriam permanecer próximos ao centro urbano. Contudo, não havendo espaços para mais construções nos subúrbios começaram a surgir construções clandestinas de cimento. O mesmo acontece com os nossos entrevistados que procuram espaços próximo ao centro da cidade pois, este constitui sua origem e por estarem aqui seus pais, irmãos, amigos, encontrando-se também, sua escola e o seu trabalho. Porém, para o caso dos nossos entrevistados, este facto mostra que não constitui obstáculo somente o factor de ordem económica conforme explicado pelo autor apresentado neste parágrafo.

5.1. Significados dos jovens casados em relação à aquisição da casa própria

Das entrevistas semi-estruturadas levadas a cabo, foi possível constatar que apesar de as respostas serem diferentes pudemos notar que elas se baseiam em aspectos comuns. Deste modo, ter casa própria, mostra-se importante não para o próprio casal mas para os seus filhos, se compram a casa é mais para seus filhos que para si próprios. A casa identifica-se como sendo a herança mais significativa que um pai passa para os filhos, que o avô passa para os netos, sendo mais importante a primeira transmissão. Por isso, a casa dos pais dos jovens casados representa a grande herança dos filhos, tanto masculinos quanto femininos sendo mais significativo para os filhos do sexo masculino, pois estes representam a continuidade da família pelo apelido que mantém através da atribuição aos seus filhos, enquanto às mulheres, espera-se que cresçam, se casem e se mudem para a família dos seus maridos.

Nas famílias do bairro polana caniço “A”, pelos motivos acima apresentados, todos os jovens casados (esposos) que são para os seus pais, filhos únicos, do sexo masculino (exemplo, João e o Mateus) ou filhos mais novos da casa (exemplo, Isaac), ou ainda único filho a continuar na casa dos pais, consideram-se herdeiros legítimos das casas dos pais. Independentemente de existirem outros irmãos que são também herdeiros, mas aqueles estão num escalão superior, ou seja, são “maiores herdeiros” que tantos outros. Porém, os outros irmãos também podem viver na casa se

precisarem por serem filhos dali, mas conscientes de que a casa pertence aquele irmão, facto que se considera indiscutível pois é do conhecimento de todos e todos sempre estiveram conscientes disso.

Teoricamente podemos encontrar isso na exposição de Schutz (1979), uma vez que os jovens permanecem na casa dos pais interpretando sua acção e têm em mente que os outros do mesmo meio social também interpretam o fenómeno, pois trata-se de uma interpretação feita à luz do estoque de conhecimento que todos os indivíduos do mesmo meio social adquiriram. Trata-se de um fenómeno que não é novo, sempre ocorreu e teve uma determinada interpretação, a qual deve manter-se agora com eles, pois trata-se de um fenómeno que faz parte da sua própria história, resultado das próprias experiências e das transmitidas pelos pais. Assim a combinação dessas experiências torna-se o guia das acções e da interpretação dos jovens sobre a sua permanência na casa dos pais.

Daí se explica a dificuldade em abandonar a casa dos pais mesmo depois do casamento e mesmo tendo pronta a própria casa. Mais uma vez, embora correndo o risco de repetição, vamos lembrar o depoimento de um dos casais: “sempre terei que olhar para trás independentemente de onde eu estiver porque já sou o chefe desta família, e terei que olhar pelas minhas irmãs, o meu pai já está velho” (João: 32 anos, casal número 2).

Assim, independentemente de saírem ou não, a casa dos pais pertence aos jovens, como também pertencem a estes jovens (filhos únicos, mais velhos e/ou mais novos), as despesas para o sustento da casa, a resolução de qualquer problema e/ ou acto festivo e comemorativo que nesta casa advir. Por isso sair ou ficar não tem diferença, e se optam pela primeira é pelos seus filhos e como forma de mostrar aos demais o seu crescimento e passar a fazer apenas suas próprias vontades.

Os jovens que constituem filhos mais novos da casa e/ou filhos únicos a permanecerem na casa dos pais vêm-se a si e são pelos outros vistos como sendo herdeiros legítimos da casa dos pais. Vistos ainda como pessoas que irão alavancar a casa, e dar brilho à mesma. Por isso, são influenciados pelos outros (pais, irmãos, tios e vizinhos) de modo a continuarem na casa dos pais. Assim, como referencia Schutz (1979), este jovem está consciente de que ele é o herdeiro da casa dos pais, sabe que os outros assim o olham e esperam que ele continue naquela casa em

nome da tradição familiar, o que faz com que este jovem por mais que compre casa própria dificilmente saia da casa dos pais em receio do que os outros pensam e vão pensar sobre ele.

Podemos avançar um exemplo do casal número 7:

“O meu pai deu-me esta casa, ele disse-me que estava velho e a casa ficava comigo por ser filho mais novo, por isso comecei a construir aqui mesmo, aumentando a casa, meu pai só tinha feito um quarto e sala e eu aumentei mais dois quartos e cozinha. Assim, os meus pais, irmãos e amigos do bairro não querem que eu saia dizem que sou o herdeiro daqui, mas os meus amigos vizinhos lá onde construí também me chamam para ir lá morar” (Isaac: 34 anos, casal número 7).

Aliás, a influência que os jovens casados sofrem dos amigos e familiares é comum em todos os casados, principalmente nos homens, os quais estão no seu bairro de origem e com os seus amigos mais próximos e de longa data. Os jovens casados manifestam uma certa vontade de sair para a própria casa mas os dois intervenientes acima referenciados influenciam de modo contrário, sobretudo nos casais acima detalhados pelos motivos também apresentados. Por exemplo: “meu sogro é muito apegado ao filho e ao neto, eu acho que ele não vai gostar nada de nós irmos a sair daqui” (Joana: 23 anos, casal número 3). Outra diz: “Meu sogro não vai gostar, até agora só de saber que temos uma casa ele não gosta e sempre perguntava: quando terminarem lá por que é que não alugam? O que mostra que ele não gosta” (Lúcia: 26 anos, casal número 7).

Algo curioso nos casais acima indicados é o facto de todos serem a peça chave nas despesas da casa. O que faz-nos suspeitar que seja também esse facto que faça com que os sogros/pais e os irmãos dos esposos destes casais influenciem no sentido da permanência dos mesmos jovens na casa dos pais. Já do lado dos amigos e vizinhos é o costume e hábitos de ver os jovens ali, e são estes que fazem com que os vizinhos continuem entrando naquela casa, e os amigos porque querem continuar perto do amigo e este dos outros amigos, que muitas vezes são os mesmos amigos da escola, do bairro e/ ou da igreja. As jovens, por estarem na casa dos maridos, num período não inferior a 3 anos já estabeleceram relações de amizade dentro e fora da casa que faz com que sofram a mesma influência que os seus maridos.

Entretanto, a casa dos pais dos jovens casados embora seja mais visível a questão da herança para os filhos (principalmente para os filhos únicos e mais novos da casa) também os filhos do meio, os que tem irmãos do sexo masculino tanto mais velhos como mais novos que eles, consideram-se também herdeiros apesar de reconhecerem a vantagem para o filho mais novo. É o caso dos casais número 4 e 5, os quais construíram suas próprias dependências no terreno dos

pais e consideraram-se donos dessas casas. “Eu tenho casa própria, esta dependência onde durmo com minha família eu que fiz com o suor do meu trabalho” (Carlos: 29 anos, casal número 5).

”Eu tenho minha casa fora daqui mas não vou sair daqui, porque meu pai comprou um espaço muito grande (2 terrenos) a contar com os filhos pois ele queria que permanecêssemos todos aqui em família e aqui eu já terminei de construir, estou bem” (Pedro: 30 anos, casal número 4).

Contudo, aos jovens casados que são na casa filhos mais velhos considera-se e são por outros também vistos como sendo os pilares da casa mas que em algum momento deverão sair e deixar a casa para os mais novos. São o exemplo, os casais 6 e 8, que apesar de serem mais velhos a casa dos pais para eles é também sua casa. Para o caso específico do casal 6, o jovem sendo mais velho se sente e é visto pelos outros como sendo o pai ou chefe da casa, pois seus pais encontram-se na África do Sul a trabalho, e o jovem ficou responsável pela casa e pelos irmãos mais novos, assim ele ocupa o lugar e exerce o papel do seu pai na ausência deste. Já o casal 8 é só lembrar o que descrevemos antes que ele refugiou-se a casa dos pais quando saía da casa de aluguer pois só aqui encontra a paz, o amor e segurança.

A explicação da herança da casa para os filhos do sexo masculino, podemos encontrar em Rocha (2002), pelo facto de todos os nossos entrevistados pertencerem a região sul do país e a sul do rio save, particularmente nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, onde encontra-se povos de tradição patrilinear. A mesma explicação nos foi demonstrada pela WLSA (2008), ao tratar do acesso à habitação/ terra como uma questão de género nas sociedades patrilineares, onde as suas formas de acesso estão relacionadas com a posição que homens e mulheres ocupam na família. O homem é o herdeiro da terra, define e controla o seu uso.

Não obstante todos os filhos casados que permanecem na casa dos seus pais sentirem-se herdeiros e estarem a usufruir da herança construída pelos seus pais, principalmente para os filhos do sexo masculino, os jovens adquirem e procuram ter casa própria, facto que mostra-se importante e explica-se pelo facto de também terem filhos. Ora, se os pais deixam a sua casa como herança para os jovens, os quais hoje estão casados, os mesmos também vê a necessidade de a semelhança dos seus pais deixarem uma casa como herança para os próprios filhos.

Esta é a explicação comum em todos os jovens, que dentre outros elementos, destaca-se o significado da casa própria como sendo o garante do futuro para os filhos. Os jovens pensam ainda nas suas irmãs, que não sendo possível prever o futuro delas com os seus esposos, torna-se

importante os próprios jovens terem casa própria para que as irmãs que não chegarem a casar e as que voltarem da casa do marido possam ficar na casa dos pais sem a sua cunhada, pois daqui podem surgir conflitos na casa, a que volta da casa do marido vai considerar aquela como casa dela porque foi a casa dos pais onde foi criada e as cunhadas também vão alegar o facto de os seus maridos serem os herdeiros, daí a confusão e desentendimentos na família.

Entretanto, o acto de ter casa própria significa o futuro para os filhos, a construção de uma nova família, desenvolvimento da família, liberdade, independência, responsabilidade dos jovens, demonstração de crescimento, forma de fazer as próprias vontades. Dá sentido e orgulho de ser a dona da casa, permite o descanso e o acordar na hora a escolha da própria pessoa, receber próprias visitas, ser o dono dos próprios problemas e significa um espaço seguro, este último principalmente para os filhos dos jovens e para as esposas no caso da morte do marido. Outros significados da casa própria podem ser descritos em forma de depoimento como se apresenta:

”Se estivesse na minha própria casa seria bom porque aqui para poder circular de toalha tenho que acordar bem cedo antes do meu pai, porque este quando me vê de toalha sempre pergunta: -swile nawena she u kunko lani kaya hashwo?” (João: 32 anos, casal número 2).

Contudo, no acto de permanência e/ou saída da casa dos pais, verificamos que existem diferenças no ânimo e no querer sair ou permanecer na casa dos pais. Tais diferenças variam em função do sexo, ora, verificamos uma vontade maior nas mulheres em detrimento dos seus maridos em poder sair da casa dos sogros para a casa própria. Elas temem que o casamento dê errado e voltem para as suas casas sem nada. E estão preocupadas com os seus filhos caso aconteça alguma coisa com elas, ou com os maridos, e estão ainda preocupadas com elas caso aconteça algo com o marido ainda vivendo com os pais dele, pois elas ficarão a sofrer com os filhos. Por sua vez, os jovens filhos da casa perante o comportamento e ideias das esposas pouco se importam e dão pouca atenção a elas. Por exemplo:

“Mulher que vive com as cunhadas é cheia de mesquinhas [sic], mas a mulher tem que ser muito forte e o homem mais ainda, o homem não pode ouvir sempre a mulher pois, estas reclamam de tudo, e se o homem ouvir a mulher muita coisa pode não dar certo” (Pedro: 30 anos, casal número 4).

Assim, percebe-se a dificuldade dos jovens em sair da casa dos pais, Por sua vez, os pais dos jovens, pelo amor que tem para com os filhos e pelo facto de se partilhar as despesas da casa,

⁹Tradução nossa: quer dizer então que tu também és galo nesta casa?

também preferem que eles permaneçam. Entretanto, todos assim se sentem melhor, pois no final do dia e/ou mês junta-se o produto obtido para os membros da casa toda. Assim, por mais que alguém não tenha conseguido nesse dia ou mês, os outros partilham o pouco pelo conjunto, pois consideram-se uma família, onde aconteça o que quer que seja, deve preservar-se a unidade e a solidariedade.

O facto descrito acima é visível nos momentos difíceis e de alegria na casa. No caso de doenças, todos os membros da casa cuidam de todos. Existe ainda nestas casas algo que mais demonstra a questão da unidade e solidariedade entre os membros da casa. Dos 16 entrevistados que correspondem a 8 casais em estudo, 7 destes que correspondem a 87.5% dos entrevistados (casais, 1,2,3,4,6,7 e 8), afirmam que as refeições da casa são feitas na mesma panela para todos os membros da casa e o outro casal que corresponde a 12.5% é que separa a panela, ou seja, cozinha a sua própria panela diferente do resto dos membros da casa.

Facto curioso na excepção do Carlos e da Ana (casal número 5) dos demais, é o facto de tanto os 7 primeiros casais quanto o último justificarem a escolha dessa opção (junção ou separação) da panela em nome da unidade familiar na casa. Dito em outras palavras, os 7 afirmam a panela ser a mesma para todos os membros da casa por haver unidade e o 5º casal que constitui a excepção, cozinha sua própria panela separada da panela dos outros também por haver unidade familiar e pretender conservá-la. Podemos explicar isso apresentando depoimentos dos dois grupos, primeiro, aos que cozinham todos a mesma panela:

“Em casa é mesma panela para todos, não permitem divisões, por mais que seja pouco é para todos” (Mateus: 27 anos, casal número 3);

“Basta se entender na panela é suficiente, podem discutir ou se bater desconta-se tudo” (Pedro: 30 anos, casal número 4).

Ainda em relação a esta questão, o último jovem citado, trouxe-nos um depoimento bastante elucidativo que gostávamos de apresentar, tudo para justificar a questão da unidade, da junção da panela, da coesão e solidariedade familiar, podemos descrever suas palavras e seus exemplos, como a seguir se coloca:

“ Nós ainda não discutimos, separar panelas significa desentendimento. Nós somos uma família apesar de cada um tiver sua própria dependência. Muitas vezes a separação de panelas é causada pelas mulheres que falam muito e acusam-se de uma tirar pouco, ou então que sempre que se come boa comida em casa é sempre a mesma que tira e a outra só tira o que não presta (...) é preciso descontar isso, porque se tiram diferente é porque também ganham diferente. Posso te dar dois

exemplos: o primeiro, dois irmãos não tem mesma sorte logo, não vão tirar igual. Até dois gémeos que nascem no mesmo dia e da mesma gravidez têm sortes diferentes; o segundo, até mesmo dois estudantes do mesmo curso, mesma sala que fazem a graduação no mesmo dia terão empregos diferentes, salários diferentes e conseqüentemente levarão vidas igualmente diferentes, então é preciso descontar a briga das mulheres” (Pedro: 30 anos, casal número 4).

No segundo momento podemos apresentar a justificação do casal número 5, que é o único a separar a panela.

“Separar é bom, porque se não tenho, só eu é que sei, e se juntamos no dia que eu não tiver os outros podem não entender (...), daí começarem os problemas e quando chegar a altura de sairmos daqui não nos visitarmos nas nossas casas, então temos que separar para vivermos em paz” (casal número 5).

A questão das doenças e sobretudo, a questão das refeições com e sem panelas separadas e a divisão das despesas da casa entre os membros da mesma, mostra a existência de um forte sentido de solidariedade e coesão social nos membros das casas dos jovens do bairro Polana Caniço “A”. Estes elementos são ainda mais claros quando analisado o significado da saída da casa dos pais, tais significados transcrevem-se em uma perda bastante grande dos valores, do espaço e do ambiente em que os jovens cresceram.

5.2. Significado dos jovens casados em relação a sua saída da casa dos pais

Entretanto, o facto de os jovens saírem da casa dos seus pais embora demonstre crescimento, significa se desligar da família, dos pais, dos irmãos, dos amigos, do ambiente em que cresceram, do barulho que sempre ouviram, das histórias que sempre se contou sobre os residentes do bairro. A saída da casa dos pais, significa uma nova vida, jovens largados a sua própria conta, a maturidade dos próprios jovens, significa ter que conhecer e conviver com pessoas novas, distanciar-se do centro da cidade, dos prédios, da sua família de origem e ter que fazer uma viagem sempre que precisar de alguns serviços do centro da cidade. Como colocou um dos nossos entrevistados:

“Sair da casa do papá significa ter que conhecer pessoas novas, talvez até estranhas e como vizinho não se escolhe, significa ter que conhecer e viver com outros vizinhos e com o que nunca falta, ir para um sítio em que há outros feiteiros, enfim é complicado. Como dizia um professor meu, é difícil sair de um lugar para o outro, assim como é difícil até mudar de um quarto para o outro, até pode se bater na parede pensando que é a porta. Eu sou muito apegado aos meus amigos que são os irmãos da igreja. É por esse motivo também que não comecei a construir, porque meu terreno está longe, e todos meus amigos tem terrenos em Marracuene, agora procuro outro lugar para estar próximo desses amigos lá. Muito difícil desligar-se dos amigos e eu não gosto de fazer novas amizades” (João: 32 anos, casal número 2).

A ligação que une os jovens casados à sua família de origem, aos seus amigos do bairro, ao bairro e a influência que os mesmos jovens sofrem daqueles, de modo a permanecerem na casa dos pais faz com que eles, mesmo que tenham casa própria continuem na casa dos seus pais. Esta afirmação prende-se pelo facto dos jovens com casa própria, quando questionados do porquê não se mudarem para lá, terem respondido que não sabem em que ano o fariam. Alegam o factor distância, a qual dificultará o movimento do dia-a-dia dos jovens e dos seus filhos. Principalmente o problema de transporte para a família toda de casa para escola, para o local de trabalho e de volta para casa. Sendo por isso, melhor permanecer na casa dos pais que localiza-se próximo ao centro da cidade, por sua vez próximo ao trabalho e à escola dos filhos. Como estratégia, uma vez as casas terminadas, é o aluguer ou o arrendamento das suas casas para aumentar a renda doméstica.

Por outro lado, existem jovens com casa própria como o Pedro e a Flora que como mostramos anteriormente, ele não quer sair da casa dos pais, pois construiu aqui uma dependência que considera sua própria casa. Assim, a casa que tem no seu terreno está para fazer o arrendamento e está no momento, construindo mais uma dependência na casa dos pais também para arrendar. O mesmo acontece com o Isaac e a Lúcia, que tem a própria casa mas continuam na casa dos pais, devido a influência dos pais, irmãos e amigos do bairro que não querem que o jovem saia da casa dos pais. Apesar de existirem outros amigos seus próximos a casa que construiu em outro bairro que também influenciam no sentido contrário da saída para se tornarem vizinhos lá, o casal prefere continuar na casa dos pais, e reservar aquela casa os finais de semana.

Entretanto, aos nossos entrevistados, sair da casa dos pais significa mudar suas vidas, onde para além de se afastarem dos seus pais, irmãos, tios, amigos passarão a enfrentar outros problemas que irão afectar suas vidas negativamente. E que se distanciarão de tudo que se acostumaram, os problemas de transporte serão ainda piores e correndo o risco de vir a perder o ano escolar e o emprego, sem contar com os novos vizinhos que irão conhecer e sem saber o que lhes espera.

5.3. Significado dos jovens casados em relação a sua permanência na casa dos pais

Na análise do presente problema é possível perceber que a realidade escapa da compreensão dos próprios jovens casados que se encontram na casa dos seus pais, ou seja, os jovens não percebem a situação em que estão a viver. Por isso, na interpretação que fazem da mesma realidade é possível perceber os pretextos apresentados por eles na explicação da sua permanência na casa dos pais. Os argumentos apresentados podem ser analisados em dupla dimensão: primeiro, encontramos o grupo que alega questões de ordem económica como determinantes para a sua permanência na casa dos pais. Segundo, encontramos o grupo que coloca a responsabilidade de tal situação na acção do governo.

Entretanto, algo surpreendente nestes grupos, é o facto de cada um dos dois grupos incluir somente jovens com determinadas características quanto à posse ou não da casa própria. Assim, no primeiro grupo, encontram-se dois tipos de jovens, todos aqueles que não possuem nem casa própria nem terreno, como também encontram-se todos aqueles que apenas possuem o terreno. Com maior rigorosidade para os que não tem nenhum dos dois (ver tabela número 9). Para este grupo a justificativa para a permanência na casa dos pais deve-se a falta de condições económicas.

O segundo grupo é composto por todos os jovens que tem a própria casa. Aqui, encontram-se alguns que adquiriram-na há 5 anos ou mais. Entretanto, este grupo justifica a sua permanência de forma mais complexa que o primeiro, por envolver vários elementos, sendo o cerne da justificativa o governo. Ora, o grupo alega factores como distância para chegar ao centro da cidade, problemas no transporte para os filhos irem a escola e voltarem para casa e os próprios jovens irem ao trabalho, a escola e daqui voltar para casa, receando como consequência, a perda do emprego e do ano lectivo por falta de transporte para lá chegarem. Aliado a estes pontos tem a questão do isolamento do resto da família e receio dos estranhos, novos vizinhos, entre outros.

De salientar que os jovens com casa própria encontram-se na faixa dos que gastam mensalmente entre 6000 a 7000 meticais, todos estes sem carro próprio. Estes jovens têm as mesmas características com alguns outros jovens (quanto ao número de famílias na casa, membros e filhos) assim como tem outros que encontram-se acima destes em termos de gastos mensais e

bens matérias, temos por exemplo os que mais gastam na nossa tabela, que são os casais 2 e 3, os quais apenas tem terreno.

Em contrapartida, aos nossos entrevistados, permanecer na casa dos pais é visto como sendo a continuação de dependência perante os pais, é continuar criança mas criança amada e em paz, que tem com quem dividir seus problemas do quotidiano, na medida em que, qualquer problema sentam todos para resolver em conjunto e encontrar uma solução. Permanecer na casa dos pais é continuar a morar com as pessoas que lhes deram a vida, que lhes ensinaram tudo o que sabem, pessoas mais importantes na vida dos jovens, é continuar com as pessoas com as quais cresceram (pais, irmãos, amigos, vizinhos), no bairro em que lhes viu nascer e nele brincaram e continuam brincando, ouvindo as histórias de sempre.

Desta forma, percebe-se que para compreender o problema de habitação e permanência dos casais na casa dos seus pais é necessário analisar o fenómeno dentro da família e na casa em que eles se encontram. Porque as percepções que os casais têm sobre a sua permanência na casa dos pais são construídas a partir da vida que levam na sua família de origem, a partir da história, dos ensinamentos, da cultura e do estilo de vida levado a cabo na família e na casa onde os mesmos cresceram e se encontram até hoje. Entretanto, o facto de os jovens fazerem parte deste contexto, os mesmos interpretam os fenómenos do seu meio.

Longe de querermos defender o papel e a acção do governo e das autoridades municipais na expansão das cidades e melhoramento das infra-estruturas, principalmente nos bairros novos. Mas o que estamos a dizer é que esta lacuna na acção destes, serve para os jovens, como uma razão fictícia para dissimular o motivo real da sua permanência na casa dos pais que nem eles percebem, pois acreditam na explicação que nos dão que na verdade é a mesma que dão a si próprios. É verdade que a expansão das cidades é algo indispensável, na medida em que é preciso garantir que os novos bairros sejam parcelados e tenham as infra-estruturas (acesso a água, energia, escolas, hospitais, rede telefónica, vias de acesso) e serviços que são oferecidos no centro da cidade (bancos, supermercados, etc.), para que os jovens possam viver nesses locais sem se sentir excluídos e se evitar maior concentração populacional nos mesmos espaços. Daí a necessidade de intervenção do governo e das autoridades municipais como sendo importantes nas estratégias de urbanização e da expansão das cidades.

Capítulo VI: Construção das Percepções Sociais dos Jovens Casados em Relação à Sua Permanência na Casa dos Pais

“As origens de qualquer ordem institucional consistem na tipificação dos desempenhos de um indivíduo e dos outros (...). As origens dos papéis encontram-se no mesmo processo fundamental de formação de hábitos e objectivação que as origens das instituições” (Berger e Luckmann, 1999:101,103).

Com o trecho acima, queremos mostrar que a permanência dos jovens casados na casa dos seus pais, principalmente dos jovens que para os pais constituem filhos únicos e/ou mais novos (sexo masculino) na cidade de Maputo, pode ser produto da própria base que fundou a instituição família, ou seja, da própria história. Aliado ao controle que vem sendo desencadeado de modo que os indivíduos não se desviem das normas, dos hábitos, leis e regras preestabelecidas. Na estrutura familiar, existe o desenho de papéis que cada membro deve desempenhar, nele espera-se do filho mais novo e /ou único, que permaneça na casa dos seus pais mesmo depois do seu casamento. Deste modo, a permanência dos jovens casados na casa dos pais passou a constituir uma “norma”.

Os jovens casados por fazerem parte do contexto social em que estão inseridos, têm conhecimento da distribuição de papéis ali existente, daí que sabem do que deles se espera como filhos da casa e ao mesmo tempo que conhecem o papel a eles reservado. Razão pela qual, os jovens consideram-se “herdeiros” da casa dos pais, pelo facto destes encontrarem-se na fase de aposentadoria. Assim sendo, alguém precisa dar continuidade ao que os pais não podem mais, ou seja, regista-se uma troca de papéis, onde os jovens casados permanecem na casa dos pais em desempenho dos papéis que antes eram dos pais quando estes não mais aguentam tal função. É nesta perspectiva que Schutz (1979), defende que a vida quotidiana, apresenta-se como uma realidade interpretada pelos indivíduos, na medida em que os mesmos têm *consciência* das suas acções e das acções dos outros e na sua acção, o indivíduo é influenciado por este pensamento do outro.

Desta forma, os jovens casados ao permanecerem na casa dos pais, participam do seu mundo social. Ao interiorizarem o que deles se espera como filhos únicos, mais novos e até mais velhos da casa e sobretudo, como filhos do sexo masculino, o mesmo mundo torna-se desta forma, subjectivamente real para eles. Assim, uma das continuidades que estes filhos devem tomar dos pais é a questão das despesas e da chefia da casa, ou seja, transfere-se ao filho o estatuto de pai, o

qual confere-lhe ao mesmo tempo o estatuto de chefe de família. Olhando para estes elementos é possível perceber a relevância da permanência destes filhos para garantir na casa a manutenção dos pilares e da ordem familiar.

Entretanto, a casa dos pais dos jovens, onde estes permanecem depois do casamento para além de representar uma “herança” material, simultaneamente representa uma “herança” cultural. Por sua vez, esta herança apresenta várias outras funções: ela serve para ilustrar fisicamente a antiguidade e a continuidade da linhagem, consagrar sua identidade que não se anula da permanência no tempo, e contribuir para sua reprodução moral, para a transmissão dos valores, hábitos e costumes do mesmo meio social.

Deste modo, a permanência dos jovens casados na casa dos pais representa a ordem institucional da família. Pois, os casais ao permanecer na casa dos pais, não o fazem somente por sua própria vontade mas sim por meio do que já foi delimitado no seu meio social como papel do mesmo. Assim, ao acatar estas normas, o filho jovem torna-se no ser respeitador, equilibrado e com juízo, capaz de dar continuidade às regras do grupo, pois assim ele interpreta e significa a sua e a conduta dos outros. Na medida em que, os jovens seguindo o que deles se espera socialmente, podem vir a ser introduzidos em áreas específicas do conhecimento, como conhecedores das normas, valores, hábitos e tradição do grupo, uma vez que é através disto que se mede o carácter da pessoa.

Podemos nos apoiar na análise de Goffman (1999), sobre as representações sociais, onde mostra que se a actividade do indivíduo tem de tornar-se significativa para os outros, ele precisa mobilizá-la de modo tal que expresse durante a interacção o que ele precisa transmitir. Daqui, é possível perceber, que os jovens casados mesmo tendo casa própria, o seu comportamento tende a reunir os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, ou em outras palavras, os jovens criam estratégias de modo a que os outros saibam e reconheçam que eles têm casa própria. Contudo, procuram colocar em arrendamento a sua própria casa e continuam na casa dos seus pais, como indivíduos conhecedores dos valores que envolvem o seu meio e que por sua vez seguem, respeitam e significam tais valores.

Defendemos no capítulo anterior, que a questão da permanência ultrapassa até a própria compreensão dos jovens que se encontram na casa dos seus pais. Os jovens pensam que

encontram-se naquela situação por uma questão necessariamente de condições económicas e outros ainda por uma questão da precariedade e ausência de infra-estruturas nos bairros em que irão se mudar. Por sua vez, para os jovens casados permanecer ali, significa continuar a partilhar o ganho de cada dia, a felicidade e tristeza de cada dia com as pessoas mais importantes das suas vidas.

O que podemos explicar a partir das refeições, que são feitas na mesma panela para todos os membros da casa independentemente do número dos membros. Esta atitude segundo os entrevistados demonstra a unidade familiar, a qual procuram sempre afirmar e preservar. O mesmo pode ser explicado a partir de Bourdieu (2007), que segundo ele, a questão da alimentação traduz-se nos gostos alimentares do mundo de origem. Que representa o gosto pela alimentação maternal, onde encontra-se a alimentação fundamental e originária da relação com o bem cultural.

Assim, a permanência dos casais na casa dos pais é vista, como sendo um fenómeno natural, que é peculiar àquele meio social bem antes mesmo da existência destes jovens. Foi possível constatar que os jovens casados permanecem na casa dos pais, porque julgam ser seu dever assim como direito como filhos, que lhes foi transmitido pela tradição, entretanto, fruto do aprendizado, estando assente na cultura na qual foram socializados. Este facto, sugere-nos teoricamente o que Schutz (1979) denomina *atitude natural*, pelo facto dos jovens perceberem a sua permanência segundo a explicação que ouvem no seu dia-a-dia e a dada no seu meio social de inserção, subordinando deste modo, o seu comportamento a essas explicações.

Os jovens casados que permanecem na casa dos pais, são indivíduos que por um lado, existem como seres unos e por outro lado, como membros de um determinado grupo e /ou família que tem a própria história. Deste modo, eles identificam-se e respondem também nesta dupla dimensão. Contudo, devido ao estoque de conhecimento à mão sobre os papéis sociais que deles se esperam, eles apenas procuram casa para que os outros saibam e vejam que também são capazes e competentes para tal acto. Ademais, a aquisição da casa por parte dos jovens torna-se importante pois representa a herança para os seus filhos, pois os jovens sendo pais também precisam deste bem para os filhos assim como eles permanecem na casa dos seus pais. Contudo,

continuam na casa dos pais em resposta a estas questões tradicionais. Reservando-se a casa própria, o arrendamento, lazer familiar e de amigos durante os finais de semana.

Assim, pela existência do *estoque do conhecimento* sobre a história e o contexto no qual os jovens casados cresceram e o facto dos mesmos estarem conscientes da socialização que tiveram faz com que tenham uma carga afectiva bastante elevada pela sua família e porque não, do contexto e comunidade em que cresceram, caso concreto, bairro Polana Caniço “A”. Ora, pela história de todos os entrevistados (no total de 100%), os quais afirmaram estarem a levar uma “vida boa “actualmente que na altura em que eram mais novos, e bem antes do casamento (anos 80 e 90), pois nesta altura, a família vivia de doações, em que os seus pais pediam comida aos familiares menos desfavorecidos para o sustento da família.

Por essa razão, o reconhecimento do esforço e sofrimento que os pais fizeram e passaram para a família atingir o estágio em que hoje se encontra (que chegava a ser desencadeado juntamente com os próprios filhos, hoje jovens e casados), torna a relação destes jovens com os pais imprescindível. Por isso, a permanência dos jovens casados na casa dos pais explica-se também por esta força dos laços familiares, aliado ao modo de vida precário que se levava antes, que faz com que os jovens não “abandonem” a sua família, sobretudo no momento em que a vida mostre melhorias. É assim que os jovens, mesmo depois do casamento continuam a viver com os seus pais para poder com eles partilhar o que conseguem, pois vê na casa o lugar de superação, resistência e de sobrevivência.

Do mesmo modo, que a aquisição da casa e saída dos filhos casados significa para alguns pais, uma perda muito grande, sobretudo aos que não querem que os filhos saiam das suas casas. A saída do filho representa a perda do próprio filho que sai, do tempo e esforço enveredado para a criação do mesmo, que agora sai no momento em que precisa ajudar os que tanto sofreram para o mesmo estudar e alimentar-se. Facto observável pelo facto da metade dos entrevistados (correspondem a 50%) participar das despesas domésticas, custeando com praticamente todas as despesas. Assim, os jovens não podem “abandonar” os pais para sustentar os outros (esposa, família desta e filhos) que em nada contribuíram para aquilo que é o jovem hoje.

Contrariamente ao que Elias (1994), mostrava como características estruturais das modernas sociedades, que registaram o avanço da industrialização ligado à sua ascensão, que influenciou

no afastamento do indivíduo da sua família sem perder suas probabilidades de sobrevivência física e social. Aliado aos papéis das instituições previdenciais que contribuíram para a inclinação da balança “eu-nós” para o lado do eu. Assim, a realidade africana mostra-se diferente desta, pois o desenvolvimento tanto das cidades bem como do social africano, particularmente moçambicano, não nasce da industrialização nem a sucede. Sem falarmos das instituições previdenciais que apresentam-se de forma deficitária e não cobrem a maioria da população.

Por isso, a balança eu-nós descrita por Elias (1999) para a realidade nossa, particular dos jovens casados do bairro Polana Caniço “A”, inclina para o lado do grupo, do bairro, e a família de origem que tem predominância sobre os jovens casados exigindo a subordinação dos mesmos sobre o grupo. Daí, a permanência deles com este grupo depois do casamento, como representação da unidade de sobrevivência, segurança e prosperidade mesmo tendo já a casa e/ou espaço próprio, como é o caso de alguns entrevistados nossos.

Pelas razões acima apresentadas, aliado ao facto de os jovens terem nascido e crescido no bairro Polana Caniço “A”, entretanto, terem o tempo de residência no mesmo bairro com uma duração maior ou igual a 20 anos e menor ou igual a 34 anos de idade, jovem mais novo e mais velho respectivamente. Entretanto, o tempo em que eles estão no seu bairro de origem em convivência com sua família e amigos, por si só cria o grau de coesão do grupo no qual os mesmos pertencem. E por conseguinte, um vínculo de intimidade bastante forte entre os membros, principalmente aos jovens do sexo masculino, pois é na casa dos pais destes que permanece o casal depois do casamento.

Entretanto, é possível perceber que a permanência dos jovens casados na casa dos pais está directamente relacionada com a afirmação das identidades sociais, a qual manifesta-se sobre o território próprio ao grupo no qual os jovens nasceram e cresceram e por um discurso sobre os outros territórios. Assim, o tempo durante o qual, os jovens casados encontram-se no seu bairro é suficiente para a criação de identificação colectiva, capaz de criar normas comuns que inspiram os jovens na sensação de “perfeito” bem-estar. A qual, acompanha a consciência de pertença à sua família, ao bairro Polana Caniço “A” e aos amigos de infância que também aqui ainda se encontram, sendo a maioria também já casado e vivendo igualmente na casa dos seus pais. Este facto, cria nos jovens casados o senso de consciência de pertença a este grupo e espaço, com

normas por eles interiorizados, partilhados, significados e valorizados como sendo de altíssimo grau, e por sua vez vai desdenhar e depreciar outros grupos e bairros.

O facto descrito no parágrafo anterior, reflecte-se no pretexto que os próprios jovens alegam para a sua permanência na casa dos pais, que como mostramos anteriormente, a questão de permanência ultrapassa até a própria compreensão dos jovens que se encontram nessa situação. Ora, ir ao novo bairro implica convivência com um novo grupo, e tratando-se de “bairros novos” onde os jovens casados adquiriram (os que tem casa própria) e provavelmente irão outros também adquirir (os que não tem nem terreno), a realidade será estranhamente diferente. Na medida em que para os casais será estranho o bairro de mudança bem como os residentes do mesmo, tal como eles serão igualmente estranhos para os outros que já lá se encontram e os que chegarão. Assim, estes no novo bairro serão residentes estranhos entre estranhos.

Assim, a opinião da família, dos amigos do bairro, ou do grupo dos jovens influencia bastante no comportamento e conduta dos jovens casados. Por essa razão, estes com o estoque de conhecimento à mão, e sobretudo, a divisão social de papéis que é do conhecimento dos jovens e é até por todos interpretado e significado, faz com que o controle do grupo seja maior. Por isso, se o jovem sair da casa dos pais estaria a contrariar a opinião do seu grupo e dessa forma vir a perder a herança material e cultural (a casa dos pais e o respeito e importância que o mesmo tem para os indivíduos daquele grupo). Para ganhar a mesma herança e o reconhecimento como filho daquele grupo tem de obedecer as normas do mesmo. Assim, o que a família e os membros do grupo pensam sobre os jovens chega a ter impacto sobre a consciência dos próprios jovens, a qual sendo estrutural permanece vinculada aos membros daquele contexto social.

A coesão social que existe no grupo de pertença destes casais, por ser bastante grande os mesmos chegam a ignorar o que os outros membros de outros grupos e bairros pensam deles, interessando-se apenas com a imagem que vão deixar passar aos membros do seu grupo, o qual reverencia. A valorização de si mesmo e a representação que os casais fazem da situação por eles vividos estão vinculadas a representação que os outros membros do grupo fazem deles (pais, irmãos, vizinhos e amigos). Assim, o autocontrole dos jovens casados sobre as suas acções, sentimentos e comportamentos está directamente interligado à opinião dos seus pais, amigos e seus irmãos.

Os jovens casados podem até perceber-se das mudanças que ocorrem nas regras e normas tradicionais do seu grupo devido as próprias transformações que de forma incessante vão ocorrendo na sociedade, por diversos factores que não são importantes mencionar neste trabalho. Mas a crença por um lado, na reverência, na consideração e na superioridade exclusiva e fora do comum da sua família, amigos e bairro e por outro, na maneira de ser e estratégias comportamentais que o acompanham mantém-se inalterada, como se algo lhe impedisse de sentir essa mudança e conseguir ajustar-se as novas condições e exigências da sociedade.

Com o exposto acima queremos mostrar, usando mais uma vez, alguns dos conceitos definidos pela teoria em análise, que por mais que os jovens percebam as mudanças sociais e conseqüentemente transformações na sua forma de ser e estar específico. Mas o facto de permanecer na casa dos pais conforme a tradição, questionando ou não as crenças do seu meio social, o facto de haver domínio do grupo sobre o indivíduo causa nos mesmos a prevalência da *atitude natural* Schutz (1979). Pelo facto dos mesmos comportarem-se segundo as leis e normas estabelecidas, dissociando-se assim, da sua participação na criação das instituições, as quais dependem deles e eles também das mesmas.

Assim como forma de explicar o conceito *redução fenomenológica*, os jovens teriam que ao mesmo tempo apropriar-se das normas que envolvem o seu mundo reproduzindo-as, por meio da recriação e enquadramento nas novas formas de ser e estar oferecidos pelo meio urbano. O que não ocorreria apenas na sua permanência na casa dos pais mas também na saída desta casa, sem se esquecer deste grupo mas fazendo parte de outros novos, nos quais teriam outras e novas experiências do quotidiano.

Conforme mostrou Goffman (1999), nem sempre que os indivíduos agem estão interessados na moral, na ordem social e numa sociedade harmoniosa. A dimensão imoral também está presente, pois os indivíduos podem agir de forma a alcançar os objectivos subjectivos. O facto de os indivíduos conhecerem as estruturas sociais do contexto em que estão inseridos faz com que tenham um conhecimento tácito das normas que prevalecem nesse contexto. Por isso, irão representar e manipular a sua identidade, e esta remete para a gerência de papéis de acordo com o contexto. De acordo com o mesmo autor, estamos num universo simbólico em que durante a interacção, sabemos das expectativas do outro e este das nossas em relação ao comportamento.

Por existência deste universo simbólico e expectativas recíprocas, iremos sempre procurar adequar a imagem às expectativas, por isso estamos sempre a manipular de modo a gerir os nossos papéis de acordo com o contexto.

Assim, os membros pertencentes a este bairro partilham do mesmo património cultural que neles dá origem a um conjunto de valores e de crenças que os torna *sui generis*, e que muitas vezes está perfeitamente inconsciente. Assim, a permanência dos jovens casados na casa dos pais permite a cada jovem de se unir emocional e afectivamente a sua família de origem e aos seus amigos no espaço que o viu crescer, no qual se sente pertencer por haver compatibilidade e partilha das mesmas atitudes e comportamento, ou seja, da maneira de ser e estar.

Esta interpretação remete-nos a busca da questão de *identidade cultural*, a qual nos é trazida por Lustosa (2009), como estando apoiada num passado com um ideal colectivo projectado e se fixa como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes. É neste sentido que independentemente dos jovens casados terem casa própria ou não o facto de todos permanecerem na casa dos pais (os que detém casa própria e os que não), faz de todos em seres iguais, pelo espaço, pela partilha de valores e pelo passado comum.

Deste modo, percebe-se que o facto de os jovens permanecerem na casa dos pais depois do casamento é uma forma dos mesmos continuarem a partilhar os mesmos valores, apoiados na tradição, e por conseguinte sentirem-se mais próximos e semelhantes dos outros do mesmo contexto. Entretanto, a permanência dos jovens é uma forma de identificação deles, ao mesmo tempo um símbolo da representação da cultura e tradição própria. Portanto, a permanência destes casais na casa dos pais, contribui para criar a identidade cultural, na medida em que esta atitude e comportamento demonstra a partilha de valores dum grupo que foi transmitido através dum passado comum, e esse sentimento faz com que os indivíduos se sintam mais próximos, semelhantes e homogéneos, explicando-se a predominância da “*solidariedade mecânica*” no grupo.

Assim, os casais a partir das interpretações que fazem da sua permanência na casa dos pais, a partir de interacções sociais que se estabelecem entre eles no seu dia-a-dia (os jovens na mesma situação e vivendo no mesmo bairro) bem como os ambientes externos ao seu bairro, eles constroem assim a sua identidade. As condições habitacionais dos mesmos jovens na casa dos

pais (se vivem na dependência ou casa principal, a divisão ou separação das panelas e as relações dos jovens com os pais) representam o seu modo de ser, de estar e de pensar. Desta forma, a permanência dos casais na casa dos pais pelas condições habitacionais acima descritas e pela interpretação que se faz do fenómeno pelos jovens e outros membros do mesmo espaço, ela demonstra e revela uma maneira de ser de um povo peculiar em tradições.

Contudo, é importante analisar a permanência dos jovens na casa dos pais tendo em conta o contexto urbano, o qual contém outros agentes de socialização que igualmente actuam no sentido de influenciar no comportamento dos indivíduos e conferir a estes, uma capacidade de escolha do que consideram adequado para as suas vidas. Daí algumas transformações sociais resultantes das influências das características específicas do espaço urbano.

Assim, é possível perceber que no espaço urbano, o facto de os indivíduos fazerem parte de variados grupos sociais e existir uma relativa facilidade no acesso aos meios de comunicação social, permite a que os indivíduos tenham uma visão mais ampla sobre a realidade, conferindo-lhes desta forma, uma postura crítica em relação a própria tradição. Facto que possibilita para que no meio urbano os jovens tenham uma capacidade reflexiva sobre a realidade na qual estão inseridos.

Já defendia Park (1979), que a cidade tem que ser vista como tendo uma cultura própria, aliás, a cidade é isso. Assim como Castells (1983) abordando o simbólico urbano, mostrou que o espaço está carregado de sentido. Trata-se de uma evolução do espaço como facto social. Entretanto, as características específicas da cidade e vida urbana exercem influência no dia-a-dia dos jovens casados, conferindo mudança na sua maneira de ser e estar descritas por Wirth (1979), como sendo a característica da vida urbana. Assim, a cidade altera os costumes, os valores, os hábitos, sentimentos e convicções dos jovens.

Em contrapartida, já dizia também Trindade (2000), ao estabelecer a relação entre “etnicidade” e “cidade”, mostrando que os indivíduos mesmo quando vivem na cidade por um período idêntico a uma ou mais gerações mantém viva a sua identidade étnica. Sobretudo o cidadão africano que actua de acordo com a sua idiossincrasia rural conduzindo a sua vida económico-social de acordo com a manutenção das instituições tradicionais, mas agora com base urbana. Com efeito o elo de

ligação com a terra natal mantém-se e dificilmente se perde. Na verdade, a mistura étnica e a manifestação dos seus efeitos, além de ser um fenómeno contemporâneo, é tipicamente urbano.

Do mesmo modo que Lefebvre (2001), defende que a sociedade moderna é a que resulta do processo de industrialização e a sucede. E por sua vez, Trindade (2000), defende que a complexidade e riqueza das cidades africanas reflete a história do continente, pois sendo cidades de inspiração europeia tem sua história e origem no processo de colonização. Recordamo-nos também da Sassen (2008), que defende que, cidades diferentes têm características igualmente diferentes.

Entretanto, o que queremos aqui defender, é a especificamente espacial do contexto africano, concretamente moçambicano na análise tanto da vida urbana bem como da realidade das próprias cidades. Dito em outras palavras, embora a vida urbana tenha cultura própria, a influência desta na vida dos jovens casados do bairro Polana Caniço “A”, é “mínima”, pois no grupo, há manutenção das instituições tradicionais e da sua maneira própria de ver e reagir, a qual comanda as suas vidas.

Como mostra Giddens (1997), que mesmo na mais moderna das sociedades actuais, as tradições não desaparecem totalmente, porém, em alguns contextos elas florescem, ou ocorre o processo de “destraditionalização”. Para o caso do nosso contexto, particularmente nos jovens casados do bairro Polana Caniço “A”, verifica-se uma simbiose do tradicional e moderno no mesmo espaço, com peso do primeiro sobre o outro. Por isso, a partir daquilo que os jovens casados vêm através dos meios de comunicação social, sistemas de informação e em outros grupos com os quais se relacionam, verifica-se uma tendência dos jovens casados, por influência destes agentes, mudar o significado que os mesmos atribuem a sua permanência na casa dos pais. Podendo deste modo, não acompanhar a forma tradicional local de *famílias alargadas*, o que se nota pela aquisição da casa, a construção, aquisição de terreno e no facto de pelo menos pensarem no assunto.

Sem querermos com isto defender que as mudanças somente ocorrem por influências exógenas (outro continente, país, grupo social ou família) pois, as mudanças na forma de ser e estar ocorrem também por influências endógenas. Pois segundo (Costa, 2002), a permanência da tradição no presente social implica a actualização e a recriação de diferentes referentes que

legitimam esse mesmo presente por um passado que constantemente é evocado e reinventado. Na sua evocação no presente a tradição não é estática mas sim a sua essência é dinâmica e criadora. Portanto, cada vez que os pais evocam a tradição sobre as famílias locais e sobre a permanência dos jovens casados na casa dos pais, interpreta-se e recria-se a mesma tradição e ao recriar-se e interpretar-se, cria-se a mesma. Nessa recriação lançam-se identidades e valores familiares e do espaço de origem, do mesmo modo que, ao evocar a tradição recriam-se identidades e valores e dessa recriação interpretativa nasce a mudança e a inovação.

Por isso, adquirida a casa própria, daqui, os próprios jovens pensam na atitude que irão tomar, se permanecem ou saem, caso optem pela primeira, pensam ainda na utilidade da casa própria, que pode culminar no arrendamento e lazer familiar durante os finais de semana. Porém, pelo peso da tradição dificilmente os jovens saem da casa dos pais para a própria casa, o que vem a ocorrer na maioria das vezes quando há desentendimentos na casa dos pais, que pode ocorrer entre o casal e/ou entre este e outros membros da casa.

Portanto, os jovens casados permanecem na casa dos pais, pois esta representa o mais alto grau de familiaridade e intimidade. A casa dos pais representa a casa paterna, a língua materna, a família, o amor, os amigos, o bairro, o espaço querido, as histórias contadas pelos pais, a comida preparada de modo específico, costumes e hábitos próprios. Resumindo, a permanência dos jovens casados na casa dos pais representa a continuidade de um estilo peculiar de vida composta de pequenos elementos mas, importantes e queridos.

Considerações Finais:

Chegados à parte do remate do presente trabalho, podemos recordar o problema que pretendíamos investigar com a presente pesquisa, que pressupunha dar a resposta sobre as percepções sociais que os jovens casados têm sobre a sua permanência na casa dos pais. Com o trabalho, pretendíamos compreender o processo pelo qual, os jovens casados constroem suas percepções em relação a sua permanência na casa dos pais. Assim, chegados ao fim da realização do trabalho, apresentamos os resultados encontrados sob forma de conclusão.

Como resultados, constatamos que a permanência dos jovens casados na casa dos pais é por eles vista como um fenómeno natural, produto da própria história, portanto transmitido no processo de socialização. Assim, os jovens percebem a sua permanência na casa dos pais, como um direito assim como um dever como filhos da casa, percebem como sua tradição, ou seja, estando assente na cultura na qual foram socializados. O jovem casado, ao acatar as normas do seu meio social torna-se no ser respeitador capaz de dar continuidade as regras do grupo. A sua permanência na casa dos pais está ligada à distribuição de papéis existente no meio social de inserção, ligado ao modelo cultural e étnico patrilinear. Pois todos os nossos entrevistados são originários da região sul do país, privilegiando por isso, a transferência de papéis de pai para o filho homem, daí a passagem da casa e sua chefia para o filho tendo por isso que permanecer para dar continuidade ao que o seu pai iniciou. Por essa razão, a permanência constitui uma norma.

Contudo, este fenómeno apesar de ser incorporado pelos mesmos no processo de socialização como elemento cultural, não faz dos jovens seres “drogados” de cultura e com a obrigatoriedade total de seguir a prática pois, eles têm alguma capacidade de escolha. O que é possível, pelo facto dos jovens casados encontrarem-se no meio urbano, que contém características peculiares e com agentes socializadores da modernidade. Daí que, alguns deles tendem a adquirir casa própria, mas pelo peso da tradição em suas consciências estas casas são usadas para o lazer nos finais de semana, e para o arrendamento. Assim, identificamos que ter casa detém um elevado prestígio e estatuto social por isso, os jovens procuram adquirir casa própria mesmo que seja apenas para que o outro vê e reconheça o seu crescimento mas não para naquela casa morar.

Partimos da hipótese segundo a qual, a permanência dos jovens casados com os seus pais é por eles percebida como produto da “solidariedade mecânica”, portanto, relacionada com o forte sentido de intimidade, afectividade, valor do grupo doméstico, uma forte coesão das células sociais de base que são a família, os amigos próximos ou o bairro. Assim, constatamos que as nossas respostas prévias foram validadas, na medida em que os resultados observados revelaram que os jovens casados nasceram e cresceram no bairro Polana Caniço “A. Entretanto, têm o tempo de residência no bairro, maior ou igual a 20 anos e menor ou igual a 34 anos. Este tempo em que os jovens estão no seu bairro de origem em convivência com sua família e amigos, por si só, cria o grau de coesão do grupo e por conseguinte um vínculo de intimidade bastante forte, por um lado. Por outro, este tempo é suficiente para a criação de identificação colectiva, criando nos jovens o senso de consciência de pertença a este grupo, casa e família e desdenhar outros grupos e bairros.

Com os resultados obtidos, verificamos outros elementos que enriquecem ainda mais a nossa análise. Pois, constatamos que a casa dos pais, onde os jovens permanecem depois do casamento, carrega consigo uma dimensão material, cultural, afectiva, emocional e identitária. Existem laços fortes entre os jovens e sua família de origem, amigos do bairro, pois há partilha de mesmas atitudes e comportamentos, ou seja, da maneira de ser e estar.

Dentre vários aspectos, pudemos também identificar três elementos que achamos importantes e igualmente sustentam a hipótese levantada: em primeiro lugar, temos as despesas domésticas, as quais independentemente do número de famílias e consequentemente dos membros na casa, regista-se uma divisão das mesmas pelos membros assalariados da casa. Ainda no primeiro elemento, verificamos que a questão do filho, principalmente o mais novo e filho único da casa, ser considerado e se considerar herdeiro da casa dos pais é por um lado uma questão da própria organização social ou linhagem familiar, pelo facto destes filhos, constituírem a continuidade do apelido da família nas sociedades patrilineares, e estar assente na própria divisão social de papéis do contexto. Por outro lado, verificamos que a permanência dos jovens casados na casa dos pais é uma questão de despesas, visto que alguém precisa continuar o que os pais não mais conseguem devido a idade e ao estado de aposento, é preciso que alguém continue a sustentar os outros que também permanecem na casa dos pais (podem ser os próprios pais e/ou irmãos dos jovens) facto que também é reforçado pela tradição e faz parte da própria organização social.

Ligado ao primeiro, encontra-se o segundo elemento, que é a questão das refeições na casa, as quais são feitas na mesma panela para todos os membros da casa e apresenta-se como o garante da unidade familiar. Independentemente da quantidade que um ou todos conseguem deve-se garantir que chegue a todos os membros da casa, existindo duas formas de contribuir nas despesas das refeições, tirando diariamente o que se consegue ou mensalmente e/ou a definição de escalas para cada indivíduo tirar.

Terceiro e último têm o caso das doenças e dos problemas da casa, em que todos os membros da casa cuidam de todos. Todos na casa cuidam dos problemas de todos e dos doentes contudo, no caso de internação são as mulheres que ficam a cuida-los daí, percebe-se a necessidade desta nora também permanecer na casa principalmente onde o marido desta é o mais velho ou o único filho ou ainda mais novo da casa. Pois ela, a semelhança do marido é vista como sendo a mãe da casa, o pilar da casa tendo por isso que permanecer para cuidar dos outros, principalmente nos momentos de doenças ou dificuldades. Assim, as percepções dos jovens em relação a sua permanência na casa dos seus pais estão intimamente ligadas aos três elementos apresentados, pois permanecer na casa dos pais é continuar dividindo as despesas, os problemas, as alegrias da casa e partilhar da mesma panela o fruto do suor do seu trabalho com as pessoas mais próximas e importantes das suas vidas conforme a tradição.

Portanto, no bairro Polana Caniço “A”, a questão de habitação e precisamente a questão da permanência dos jovens casados na casa dos pais, é mais do que uma questão de género, é mais que uma questão de renda ou condições económicas, é também mais do que uma questão de planeamento do governo. Mas acima de tudo, é uma questão de cultura, de valores locais e/ou tradicionais que movem e acompanham os indivíduos na sua forma de ser e estar no meio urbano.

Deste modo, percebemos que pelo facto da questão de habitação neste contexto, transcender a questão económica, os jovens casados mesmo tendo casa própria permanecem com os pais. Por outro lado, nem todos procuram esta propriedade, o que podemos observar nos nossos próprios entrevistados, nos quais podemos considerar que o salário que auferem não chega ao da classe média emergente no país pois, pela tabela dos gastos os que mais gastam encontram-se na faixa dos 6 salários mínimos actuais do Aparelho do Estado (sem conhecermos a renda mensal exacta

do casal), e estes são os que não têm casa própria apenas têm terrenos mas sem pressa para construir. Entretanto, verificamos que os que mais gastam que supomos que sejam os que mais ganham desse grupo são os que não tem casa própria e se a procuram é pelo prestígio e estatuto social e pela imagem que procuram passar aos demais.

Assim, percebe-se que o debate ocidental sobre a questão de habitação faz um certo sentido, mas apresenta suas limitações na análise da realidade africana e moçambicana em particular. O que leva a crer que as teorias sobre a habitação para jovens em particular criadas tendo em conta a realidade europeia não são de todo aplicáveis para entender a realidade africana. Entretanto, existe a racionalidade europeia que não se adequa a especificidade africana, pois aqui vigora mais o sentido da “solidariedade mecânica” em função das normas e regras consolidadas através da tradição.

A especificidade africana perante a racionalidade europeia expressa-se também por meio do perfil socioeconómico dos entrevistados, onde percebe-se que o trabalho informal ocupa grandes percentagens das actividades dos jovens casados. Assim, o desemprego e o subemprego é que levaram e levam a maioria dos jovens a buscar saídas informais para ajudar nas despesas domésticas e para o sustento da família uma vez que trata-se de jovens que encontram-se casados. Contudo, não são apenas os desempregados que encontram-se na informalidade, pois todos os nossos entrevistados (sexo masculino) para aumentar a renda doméstica participam dos trabalhos informais. Daí, percebe-se a continuação da especificidade africana, moçambicana associados ao peso da tradição que influencia de certa forma na maneira de ser, estar e agir dos indivíduos e particularmente dos jovens casados.

Entretanto, de acordo com as entrevistas feitas, percebe-se que a *família* no nosso contexto tem um significado próprio e específico. Ela funciona como um sistema por meio do qual os jovens se estruturam, pois os mesmos jovens tem um vínculo bastante forte com as suas famílias, o que faz com que contem com a família para tudo o que der e vier. Por isso, uma *casa de habitação* é sinónimo de união e partilha, já que existe uma elevada complexidade na composição das casas de habitações, onde o número de habitantes chega a ser 2 vezes maior à média nacional, que segundo INE (1997) é de 5 pessoas por família (*apud* Castel-Branco, *et.al*, 2004).

Quanto ao *casamento*, verificamos ser o elemento que demonstra algumas transformações, pois o casamento actual na cidade de Maputo, em particular no bairro Polana Caniço “A”, já não é inteiramente tradicional (lobolo) nem é o civil e nem religioso. Os jovens tendem a ficar juntos sem usar nenhuma das formas de oficializar a união. A união de facto virou hábito nos jovens do bairro Palana Caniço “A”.

Quanto as percepções sociais dos jovens casados, verificamos que o autocontrole individual e a opinião do grupo estão articulados entre si e conseqüentemente, as actividades tanto dos jovens casados quanto dos outros membros do meio social devem tornar-se significativas para os outros. O que é possível devido a partilha dos valores consolidados a partir da tradição e da socialização no mesmo contexto social. Por isso, este processo vai dar na partilha dos significados a partir da qual, as percepções tornam-se também semelhantes, o que se vai reflectir no facto de interpretarem o meio social envolvente da mesma maneira e isto faz com que as percepções sobre as actividades sejam partilhadas por todos.

Deste modo, a forma como os jovens casados lidam com a sua permanência na casa dos pais depende do mecanismo de percepção individual e social. Por isso, a percepção social dos jovens casados sobre a sua permanência na casa dos pais envolve a tradição, os sentimentos das pessoas, a cultura, as atitudes, os comportamentos, a identidade e sobretudo a cultural e práticas do dia-a-dia, conforme explicado anteriormente.

Na interrupção do presente trabalho, queremos acreditar que uma vez iniciado, o mesmo venha a servir de móbil de outras pesquisas científicas. Na medida em que, reconhecemos algumas fragilidades na abordagem de alguns aspectos, principalmente no que diz respeito a delimitação do nosso universo de pesquisa. O qual, não permite ler as diferentes especificidades de jovens (diferenças intrigantes em termos económicos), não permite ainda colher as percepções de outros actores sociais que directa ou indirectamente estão relacionados com a permanência dos jovens casados na casa dos pais (seus pais, amigos, irmãos, chefes dos quarteirões, outros jovens casados vivendo em outros bairros e até os que saíram da casa dos seus pais depois do casamento). Por isso, o nosso trabalho não pretende ser definitivo, mas despertar interesse de investigação na influência que a cultura, a tradição exercem sobre os jovens casados e sua permanência na casa dos pais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. 18ª Edição. Petrópolis: vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: edusp zouk, 2007.

BRÁS, Eugénio José. Maputo: *a cidade dos homens*. In NAIR, Teles & BRÁS, Eugénio José. *Género e direitos humanos em Moçambique* Maputo: Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2010. Cap.3 165-188.

CAMPENHOUDT. Luc Van. *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*. Lisboa: gradiva, 2003.

CASTELLS. Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: editora paz e terra, 1983. Cap. III. A Estrutura Urbana. P.181-337.

CÉSAR, Miguel. *Tradição, Modernidade, Habitação e Habitat (ou tradição versus modernidade)*. In SERRA, Carlos. *Conflito e Mestiçagem*. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 2000.

COSTA, Ana Bénard da. *O preço da Sombra: Sobrevivência e Reprodução Social entre Famílias de Maputo*. Lisboa: livros horizonte, (s/d).

CRESPI, Franco. *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão Do Trabalho Social*. 2ªed. São Paulo: Martins fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar editor, 2000. I Parte. Introdução: Ensaio Teórico Sobre As Relações Estabelecidos-Outsiders. p.7-50.

GIDDENS, Anthony. *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social Moderna*. São Paulo: editora unesp, 1997.

_____ Sociologia. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed editora, 2005.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ªed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu Na Vida Cotidiana*. 8ª Edição. Petrópolis: vozes, 1999.

GOMES. Paulo César Da Costa. *A Condição Urbana: Ensaio ou Geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRANJO, Paulo. *Lobolo em Maputo: Um velho Idioma para Novas Vivências Conjugais*. Porto: campos das letras, 2005.

INKELES, Alex & SMITH, David. H. *Tornando-se Moderno*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. III Parte. *Contextos e Causas da Modernidade*. p. 129-247.

LEANDRO, Maria Engrácia. *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta, 2001. Cap.4: *Imbricação das lógicas familiares e sociais*, p.189-258.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: centauro editora, 2001.

_____ *A Revolução Urbana*. São Paulo: editora ufmg, 2002. Cap. I. *Da Cidade À Sociedade Urbana*. P.15-33.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins fontes, 1997.

MARCONI, M. A De. & LAKATOS, E. M. *Sociologia Geral*. 7ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

_____ *Metodologia Científica*. 5ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MATOS, Elmer. A. de, et.al. *A Cidade de Maputo: Alguns característicos Geo-Espaciais*. Maputo: Centro de estudos da população, UEM, 2006. Cap.III: *Dispositivos legais e uso do solo*.

MONTEIRO, Ana Cristina. *Lei de Família: União de Facto*. 2ªed. Maputo: WISA Moçambique, 2010.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da moeda, 1993.

PARK, R. *A Cidade: Sugestões para Pesquisa do Comportamento Humano no meio Urbano*. In: VELHO, Otávio G. V. (Org.). *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro. 4ª ed. Zahar Editores, 1979.

ROCHA, Aurélio. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição Para o Estudo das Origens do Nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Ciedima, 2002.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SARACENO, Chiara & NALDINI, Manuela. *Sociologia da família*. 2ªed. Lisboa: editorial estampa, 2003.

SIMMEL, Georg. “*A Metrópole e a Vida Mental*”. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O Fenómeno Urbano*. Rio de Janeiro.4ªed. Guanabara, 1987.

TRINDADE, Augusto José Pereira. *O Fenómeno Urbano na África Subsahariana: O caso de Luanda*. Lisboa: Instituto superior de ciências sociais e políticas, 2000. Cap.III: *O fenómeno Urbano na África Subsahariana*, p. 187-241.

TRIVIÑOS, A. Nivaldo S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Atlas, 1987. P. 147.

WIRTH, Louis. *O Urbanismo Como Modo De Vida*. In: VELHO, Otávio G. V. (Org.). *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro. 4ª ed. Zahar Editores, 1979.

WLSA. *Famílias em Contexto de Mudança em Moçambique*. Maputo: centro de estudos africanos, 1998.

Teses/Dissertações/Monografias

BAIA, Alexandre H. M. *Os Conteúdos da Urbanização em Moçambique*. 2009. Tese (Pós-Graduação em Geografia Humana) —Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

COSTA, Ana Bénard da. *Famílias na periferia de Maputo: Estratégias de Sobrevivência e Reprodução Social*. 2002. Dissertação (Doutoramento em estudos africanos) —Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa de Lisboa.

MALOA, Joaquim Miranda. *No processo do Divórcio, qual é o lugar dos filhos? Estudo de caso na cidade de Maputo (2000-2995)*. 2007. Monografia (para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia) — Faculdade de Letras e ciências sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

MONJANE, Valuarda Gabriel. *Análise das Percepções dos Crentes Muçulmanos e Sua Influência na Prevenção do Hiv/Sida: Caso das Mesquitas Muhamad, Juma e Chadulia*. 2007. Monografia (para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia) — Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

MUTOLO, Paulina. *Formas de Ocupação do Espaço nas Zonas Suburbanas da Cidade de Maputo: Estudo de caso bairro Polana Caniço "A", (1992-2005)*. 2007. Monografia (para a obtenção do grau de licenciatura. em História) —Faculdade de Letras e ciências sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

VENIÇA, Lourenço. *Intervenção de Estado no Mercado de Habitação: Caso da APIE- Cidade de Maputo*. 1995. Monografia (para a obtenção do grau de licenciatura em Gestão) — Faculdade de economia, Universidade Eduardo Mondlane.

Documentos Oficiais

CASTEL-BRANCO. Carlos Nuno. *Et.al. Estudo Sobre os Critérios de Fixação do Salário Mínimo em Moçambique: Consultoria para a comissão consultiva do trabalho em Moçambique*. [s.l]: [s.n], 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007: indicadores Sócio-Demográficos, Resultados definitivos, Moçambique*. 2010.

_____. *Recenseamento Geral Da População E Habitação, 2007: Indicadores Sócio-Demográficos*. Maputo cidade: 2010.

_____. *Manual do Recenseador: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007*. Maputo: Documento número 6, 2007.

REPÚBLICA de MOÇAMBIQUE. *Constituição da República (actualizada)*. Maputo: imprensa Nacional de Moçambique, 2004.

Fontes Electrónicas

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *APIE Deixa de Cobrar Rendas nos Imóveis do Estado*. Maputo: 2008. Disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/infraestrutura> acessado em: 20 Fev.2012.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Habitação: Necessárias Fontes Alternativas de Financiamento*. Maputo: 2010. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_sociedade_cultura Acessado em: 09-fev. 2012.

LUSTOSA, Rogério *in* *Jornal Sociológico*, 2009. Disponível em: <http://jornalsociologico.blogspot.com/2009/06/identidade-cultural-perda-ou-acrescimo.html>.

PORTAL DO GOVERNO. DE MOÇAMBIQUE. *APIE Deixa de Cobrar Rendas nos Imóveis do Estado*. Disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/infrasestrutura/outubro2008>. Acessado em 20/02/12.

_____. *O Fundo de Fomento para Habitação*. Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_sociedade_cultura Junho 2010, acessado em 09-02-12.

SASSEN, Saskia. *As Diferentes Especializações das Cidade Globais*. 2008. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/livros/livros.asp>. acessado em: 31 de Janeiro de 2009.

ANEXOS

Bom dia/ boa tarde/ boa noite, meu nome é Olga Nwandzu, Estudante do curso de Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane, neste momento estou a realizar uma pesquisa para o trabalho final do curso procurando compreender as “percepções sociais dos jovens casados em relação à sua permanência na casa dos pais depois do casamento”. O estudo leva cerca de 1h a responder e os dados recolhidos são totalmente anónimos e desde já agradecemos a colaboração que aceitou prestar-nos.

GUIÃO DE ENTREVISTA

I. Dados Demográficos:

- P1. Idade; 1.1 Sexo; 1.2. Bairro e o número do quarteirão?
- P2 Naturalidade: Província; Distrito
- P3. Qual é a sua Religião?
- P4. Profissão; ocupação?
- P5. Nível de escolaridade completo?
- P6. Número de famílias nesta casa; e Nº total dos membros da casa?

II. História do entrevistado e sua opinião em relação à sua permanência na casa dos pais

- P7. Onde é que foi a sua infância? E como foi?
 - P8. Os seus amigos de infância, de onde são? Onde estão hoje? e seus estados civis?
 - P8.1. Quando criança, qual era o seu grande sonho? E hoje?
 - P9. Onde cresceu até a altura em que se casou?
 - P10. Como é que caracteriza a sua família de origem (em termos de valores e condições económicas)?
 - P10.1 O que é que costumava fazer durante as férias? E hoje?
 - P10.2 Que valores lhe foram transmitidos? Regras da casa?
-

P10.3 O que é que a família tinha como lazer? E hoje?

P11. No caso de doenças, quem cuida de doentes em casa?

P12. A vida que leva hoje tem alguma diferença com a que seus pais levam/ levaram (financeiramente)? P12.1 Não () porquê?-P12.2 Sim () Qual?

P13. A quanto tempo está casado? Com quantos filhos estão agora?

P13.1 por quê se casou?

P13.2 Desde que se casou, vive aqui com o/a seu/a esposo/a? 1. Sim (), 2. Não (), onde viviam? (), -3. Porquê voltaram?

P13.3 para si, o que é mais importante num casal? E para si e sua família?

P14. Tem casa Própria? 1. Sim () porquê não está lá com a sua família? 2. Não () porquê

P14.1 Se tivesse que escolher um bairro para construir sua própria casa, em que bairro seria? Porquê?

P15. Pensa em sair daqui e levar uma vida independente com sua família

P16. O que é que significa a sua família de origem (pai, mãe, irmãos, amigos e o bairro)?

P17. Tem alguma razão especial para continuar a morar na casa dos seus pais?

P18. O que significa para si, ter casa própria?

P19. O que significa sair da casa dos seus pais?

P20. O que significa permanecer na casa dos seus pais?

P21. O que é que poderia vir a lhe fazer sair daqui?

P22. Qual é a sua opinião em relação a vida que leva aqui na casa dos seus pais? .

P23. Quanto às refeições, a sua família cozinha a sua própria panela ou é a mesma panela para todos que aqui moram? Porquê?

III. Características e condições habitacionais dos jovens casados

P24. Onde dorme a sua família? 1. Na casa principal (); 2. Na Dependência (); 3. Uns na casa principal e outros na dependência () e 4. Outro, especifique

P25. Quantos compartimentos da casa ocupa só a sua família?

P26. Quantas divisões tem a casa toda (incluindo dependências, se tiver)?

P26.1 dessas divisões, quantas são usadas para dormir?

P27. Tipo de casa é? 1. Convencional (); 2. Básica (); 3. Flat/apart();4. Palhota ();5. Mista (); 6. improvisada () e 7. Outro, especifique

P28. A cobertura da casa é de 1. Cimento (); 2. Telha (); 3. Lusalite(); 4. Chapa de zinco (); 5. Capim () e 6. Outro, qual?

P29. O pavimento da casa é : 1. Madeira/ parquet (); 2. Mosaico/ tijoleira (); 3.Cimento () 4. Terra batida (); 5. Sem nada () e 6. Outro, especifique

P30. As paredes da casa são construídas de: 1. Bloco de cimento (); 2. Tijolo (); 3. Madeira/zinco (); 4.Caniço/bambu/palmeira (); 5.lata/ papel/saco/casca () 6. Outro, especifique

P31.O casal tem: 1.Carro (), 2. Motorizada (); 3.Rádio (); 4. TV (); 5. Computador (); 6. Telefone fixo (); 7. Internet () 8. Casa (); 9. Tem energia () e 10. Tem água canalizada em casa (); 11. Nenhum desses bens ().

P32. O rendimento mensal do casal está entre:

1. <2000 ()
2. 2000-4000 ()
3. 4000-6000 ()
4. 6000-8000 ()
5. 8000-10000 ()
6. 10000-12000 ()
7. 12000-14000 ()
8. 14000-160000 ()
9. 16000-18000 ()
10. 18000-20000 ()
11. >20000 meticais ().

P.33. Quais são as despesas que a tua família têm, durante um mês? Quanto gasta a sua família, num mês?

Muito Obrigada pela atenção dispensada!

Fim.
